

*revista de estudos guineenses*

n.3 jan. 87

**SORONDA**



**NATURE ET FONCTIONNEMENT  
DU POUVOIR  
CHEZ LES BALANTA BRASSA**

**DIANA LIMA HANDEM**



INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA

**edições INEP**



**A TRANSIÇÃO HISTÓRICA  
NA GUINÉ-BISSAU**

**CARLOS LOPES**



INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA

**edições INEP**



Arquivos Históricos do INEP



# SORONDA

## REVISTA DE ESTUDOS GUINEENSES

---

### SUMÁRIO

● Homenagem a Aquino de Bragança <i>Carlos Lopes</i>	3
● Considerações sobre as estruturas sócio-económicas das sociedades agrárias e a sua evolução histórica: um estudo de caso <i>Carlos Cardoso e Rui Ribeiro</i>	5
● As relações de trabalho numa sociedade de cultivadores de arroz: o caso dos Balantas de Tombali <i>Pablo Sdersky</i>	21
● A industrialização é possível na Guiné-Bissau? <i>Yvan Avena</i>	39
● Análise da rentabilidade económica da barragem hidro-eléctrica do Saltinho <i>Wilson Cruz</i>	52
● A Guiné-Bissau: adaptar-se à crise <i>Diana Lima Handem</i>	77
● Contribuição para uma reflexão-educação: multilinguismo e unidade nacional <i>Ibrahima Djalo</i>	101
● Análise de uma infelicidade: religião e interpretações pessoalistas <i>Eve Crowley</i>	112
Documentos	
A necessidade de cooperação técnica entre os países em desenvolvimento: uma reflexão <i>Vasco Cabral</i>	127
ACTIVIDADES DO INEP	133

# HOMENAGEM A AQUINO DE BRAGANÇA

Fazia frio lá fora. Acabara de chegar ao meu pequeno escritório no Instituto Escandinavo de Estudos Africanos, onde me encontrava temporariamente instalado no quadro de um intercâmbio académico, quando irrompeu uma colega para me dizer também friamente: caiu um avião na África do Sul e parece que transportava o Presidente Samora Machel.

A primeira reacção foi localizar um rádio, porque através deste deveriam fluir notícias como é prática nesta Suécia desenvolvida. E assim foi. Não tardaram a chegar, hora a hora, detalhes e mais detalhes sobre o que parecia ser uma brincadeira de mau gosto.

Era verdade: o Presidente Machel tinha morrido mesmo se as autoridades moçambicanas não confirmaram imediatamente a notícia. Que tragédia. Que convulsões este facto poderia provocar. Que lástima!

Foi no dia seguinte que soubemos todos a composição da delegação que acompanhava o Presidente moçambicano e pouco depois o nome das outras vítimas da tragédia. Entre eles Aquino de Bragança.

Para nós da equipa do INEP, Aquino de Bragança era o símbolo da geração activa dos movimentos de libertação nacional mas também o exemplo da solidariedade internacional. Da sua Goa natal quem suspeitara que viria a ocupar um lugar cimeiro na política e no mundo académico dos países africanos de língua oficial portuguesa.

Aquino representava para nós diversas facetas. Era sobretudo o «mais velho» que nos dizia que era preciso reler o que tínhamos lido com os olhos de Cabral, que tanto admirava.

Em Lisboa, em Julho de 1986, numa conferência pública, encorajava-nos por termos a coragem de ir para frente com a pesquisa.

«Nem sempre vos compreenderão, não é certamente fácil», dizia, mas também não podemos deixar de o fazer porque tal como ele acreditamos que o debate construtivo não se faz sem base científica.

Aquino foi-se.

O Conselho Consultivo de Soronda, acaba de perder um dos seus eminentes impulsores.

A Soronda prosseguirá como prosseguirá a obra de Aquino e esta é talvez a melhor homenagem que lhe podemos prestar.

Que os mais directos colaboradores do Centro de Estudos Africanos de Maputo e a família enlutada — e particularmente a sua esposa D. Sílvia do Rosário de Bragança — aceitem a emoção de todos quantos fazem esta revista.

*Carlos Lopes*  
*Director do INEP*

Bissau, Dezembro de 1986

# CONSIDERAÇÕES SOBRE AS ESTRUTURAS SÓCIO-ECONÓMICAS DAS SOCIEDADES AGRÁRIAS E A SUA EVOLUÇÃO HISTÓRICA — UM ESTUDO DE CASO \*\*\*

por Carlos Cardoso(\*)  
e Carlos Rui Ribeiro (\*\*)

## INTRODUÇÃO

*Antes de passar ao desenvolvimento do tema que nos propusémos, gostaríamos de tecer algumas considerações de ordem político-económica sobre a evolução das sociedades agrárias na Guiné-Bissau.*

*Com a conquista da independência política, desencadeou-se nas antigas colónias portuguesas um processo de transformações sócio-económicas profundas, cujo carácter muitos precipitaram em definir como socialista ou não-capitalista. De acordo com a programática política dos movimentos de libertação dirigentes nesses países, estas transformações deviam, em primeira linha, transformar a vida das populações do campo no sentido do progresso, conservando as tradições positivas (incluindo as culturais e políticas) consolidadas ao longo de uma história secular. Segundo o Programa do P.A.I.G.C., as populações camponeses deviam não só ser a autora*

---

(\*\*\*) Versão corrigida da Comunicação apresentada ao Simpósio sobre as sociedades agrárias nos países africanos de língua oficial portuguesa realizado em Maio de 1986, em Mühlheim, República Federal Alemã.

(\*) Carlos Cardoso é licenciado em Filosofia pela Universidade de Friedrich Schiller JENA e Coordenador do Centro de Estudos de História Contemporânea desde 1984.

(\*\*) Carlos Rui Ribeiro, sociólogo, investigador do INEP.

*principal do desenvolvimento, como também o beneficiário principal de todas as realizações sócio-económicas. De facto, as experiências da Reconstrução Nacional iniciada nas zonas libertadas revelaram que era possível, baseando-se nas conquistas populares, construir uma sociedade capaz de satisfazer as necessidades básicas das camadas sociais até aqui menos privilegiadas, construir uma sociedade de novo tipo.*

*Porém a construção desta nova sociedade que durante a luta armada começou a tornar-se uma realidade, revelou-se depois da independência política como uma tarefa complexa e cheia de contradições. A política praticada de 1975 a 1980 não contribuiu para tornar realidade o modelo social inspirado nos ensinamentos de Amílcar Cabral. Este fracasso não se deve porém a uma falta de intervenção do Estado nas zonas rurais, mas sim à sua incapacidade de transformar a vida destes povos no sentido do progresso, quer dizer, de tal forma que, estes ao aumentarem o seu nível de vida, conseguissem manter e desenvolver as suas aquisições históricas.*

*Não há dúvida de que no domínio da Saúde e do Ensino foram alcançadas alguns progressos, que por sua vez se limitam fundamentalmente na democratização das estruturas destes sectores da vida social; hoje em dia o número de pessoas que têm acesso aos cuidados médicos é muito superior ao dos princípios dos anos 70. Resultados consideráveis foram alcançados na educação sanitária através da acção dos agentes da Educação Sanitária e da Saúde de Base. O número de alunos triplicou-se. Mas a articulação das tradicionais relações comunitárias na concepção e implementação dos Programas Escolares por exemplo, bem como na concepção da política do Ensino continua a ser um problema que ainda não foi resolvido. Por isso, é nas zonas rurais que se verifica com maior incidência fenómenos de absentismo e de reprovações. E aqueles que conseguem êxitos nas escolas rurais vêem aumentar o número daqueles que deixam o campo para procurar melhores condições de trabalho e de vida nos centros urbanos, particularmente em Bissau.*

*Em todos os domínios da vida social guineense continua a persistir a dificuldade de combinar as formas de produção e de vida tradicionais com as tendências modernistas de desenvolvimento. Mas é sobretudo no domínio da produção material que esta contradição se manifesta mais aguda. O problema da articulação entre formas de produção tradicionais africanas com modos modernos de produção e de troca continua a ser, como na época colonial, uma contradição viva. As relações de propriedade e as formas de utilização da terra, bem como as tecnologias de produção agrícola dos diferentes grupos étnicos por exemplo dificultam frequentemente uma optimal utilização das bolanhas recuperadas. No que concerne por exemplo à recuperação das bolonhas, de 1975 até 1985 foram recuperadas 4.939 hectares (ha) de terra, mas apenas 30% destas terras estão a ser actualmente utilizadas (1). O Estado vê-se perante a dificuldade de mobilizar esta população para a realização dos trabalhos. A este estado de coisas acrescenta-se que desde a conquista da Independência até à adopção do primeiro plano quadrienal (1980-81) a maior parte dos investimentos realizados na agricultura foram em primeira linha condicionados pela necessidade imperiosa de aumentar a produção do arroz e menos por uma estratégia de desenvolvimento agrícola cabalmente concebida. O Estado aceitou «ajudas de desenvolvimento» que nem sempre estavam em conformidade com a estratégia nacional de desenvolvimento.*

A consequência foi um esbanjamento de meios, motivado especialmente por uma deficiente coordenação entre os projectos. Não obstante existir aproximadamente 20 Projectos no sector agrícola nos finais dos anos 70, com uma soma total de investimentos orçados em 18,0 Milhões de Dólares dos Estados Unidos, pode-se dizer que as zonas rurais caíram no esquecimento (2). Este facto pode-se comprovar tomando em consideração a distribuição dos meios financeiros no orçamento do Estado. Em 1980 por exemplo apenas 7% até 10% do orçamento do Estado era destinado à agricultura.

Está fora de discussão que a estagnação económica verificada nas zonas rurais após a conquista da independência se deve também a outros factores como por exemplo à deterioração das condições climáticas. Mas as causas principais desta estagnação devem ser procuradas na incapacidade do Estado e das suas instituições em combinar os mecanismos modernos da agricultura com as formas tradicionais de produção e de troca. Num documento oficial é reconhecido que esta falhada combinação se manifesta no baixo nível da produção e da troca interna. Os camponeses não reagiram aos estímulos provocados pelo Estado, e a diferença entre o preço praticado pelo Estado e o do mercado paralelo cresceu ininterruptamente. (3)

As consequências sociais desta má política económica foi uma deterioração das condições de vida das sociedades agrárias e o conseqüente crescimento do foço entre a cidade e o campo. A nível político esta evolução conduziu a uma desmobilização de uma grande parte da população.

Contudo, numa contribuição tão pequena como esta não se pode detalhar as razões que levaram ao falhanço de um modelo social baseado no desenvolvimento das sociedades agrárias. A nossa pretensão aqui é simplesmente de iniciar a discussão deste tema a partir de um ponto de vista novo para as ciências sociais na Guiné-Bissau, nomeadamente a partir de uma abordagem político-económica, realçando o aspecto que mais directamente está ligado com a nossa pesquisa: a necessidade de respeitar as relações histórico-sociais concreta em que se inserem as transformações modernistas. Nesta contribuição queremos ocupar-nos apenas de um dos aspectos desta problemática utilizando para tal o estudo de um caso. Como se poderá constatar ao longo da nossa exposição, este estudo irá lidar como um problema que não só enfrentava o poder colonial, como também o Estado actual. Na primeira parte debruçar-nos-emos sobre alguns aspectos da história colonial, dando um realce particular às relações estabelecidas entre o poder colonial e os nativos. Na segunda parte queremos abordar estas relações num contexto mais restrito, tomando como exemplo a interacção entre a estrutura política a colonial e a estrutura política dos papéis no contexto da produção orizícola.

No trabalho de campo realizado durante o mês de Janeiro de 1986, sobre o problema da recuperação de bolanhas, em Biombo, verificamos que ao Estado se colocava a seguinte questão: perante o problema da recuperação da bolanha de Picle, que tem uma barragem («ourique») cuja extensão mede cerca de 14 km, os camponeses se dividiam em dois grupos distintos. De um lado os que preferem que os trabalhos da recuperação do «ourique» sejam feitos em conjunto e de forma contínua por todas as «moranças» (habitação de família extensa), de Ondame — a principal povoação que cultivava essa bolanha —, uma vez que o Estado garante a alimentação

*dos trabalhadores durante os dias de recuperação; e por outro lado, os que defendiam que o «ourique» devia ser dividido em partes («cordas»), de modo a que cada proprietário (chefe de «morança») se encarregasse de recuperar a extensão que lhe couber, recebendo à mesma ajuda do Estado, no que se refere à alimentação durante os trabalhos.*

*Para que se possa compreender a verdadeira dimensão deste dilema em que se encontra o Estado pós-independência, torna-se indispensável enquadrar devidamente esta questão, analisando de forma aprofundada alguns aspectos, quer da história da Guiné, quer da articulação entre a estrutura política colonial e, posteriormente, a do Estado pós-independência com a estrutura política e sócio-económica da etnia Papel de Biombo.*

## A PRESENÇA COLONIAL

A história da presença dos portugueses na actual Guiné-Bissau pode ser dividida em três períodos distintos:

O primeiro, que vai do séc. XV até por volta de 1850, é aquele em que os negociantes portugueses eram considerados como «emigrantes» em território estrangeiro (África), tendo a presença deles o objectivo de realizaer comércio. Como condição pagavam um tributo aos régulos africanos, devido ao seu estatuto de comerciantes europeus. Esse imposto tinha a designação de DAXA.

Honório Barreto, em 1843, dizia a propósito, que «por cada navio que entra no Porto, o Governo paga dois Régulos um imposto, que se chama — DAXA — talvez corrupto de taxa». (4)

O segundo período vai de 1850 a cerca de 1900/1915. Caracteriza-se por um certo equilíbrio de poder entre as duas forças em presença: a euro-colonial (especialmente a portuguesa) por um lado, vivendo nas Praças e Presídios (Fortalezas), e a étnico-africana por outro, cujos réis locais dominavam todo o território fora das Fortalezas. No começo deste período, as Daxas iniciam a sua gradual descida, devido ao paulatino aumento do poder defensivo e ofensivo dos portugueses. Este período termina com as ditas campanhas de «pacificação», a partir da qual se efectiva a dominação colonial sobre a maioria das populações opositoras.

O terceiro e último período da presença colonial portuguesa na Guiné foi aquele durante o qual a população e as riquezas naturais se tornaram num apêndice da economia portuguesa. Começa por volta de 1920, logo após as Guerras da Campanha, e termina, oficialmente, em 1974, com a queda do fascismo em Portugal e o reconhecimento, por parte deste país, da independência política da Guiné, proclamada unilateralmente em 1973, nas zonas libertadas pelo PAIGC.

Na verdade, à chegada dos portugueses, a dominação Mandinga na maior parte do território da actual Guiné-Bissau era uma realidade a que os portugueses não puderam escapar.

Segundo Marques Galdes, «não há muito tempo que os Mandingas eram senhores de quase todos os territórios da nossa Guiné, e muitos povos que habitam próximo

das costas do Atlântico, tais como os Beafadas, junto da embocadura do Rio Grande; Papéis junto do Rio de S. Domingos e os Balantas entre Beafadas e Papéis, eram tributários do réi de Kabu, chefe principal dos Mandingas, que mais tarde veio a ser derrotado pelos Futa-fulas, capitaneados pelo Almamy.» (5)

A revolução do comércio, motivado pela abolição do tráfico de escravos (1836), e pelo encerramento do mercado brasileiro em 1850, provoca um abalo nas estruturas políticas dos reinos, uma vez que já tinham as suas estruturas adaptadas a este negócio.

Por volta de 1840, iniciam-se as guerras inter-étnicas com a invasão do Gabú pelos Futa-fulas. O desequilíbrio do maior reino da região provoca uma tensão interna entre os pequenos chefados acarretando consigo a desagregação dos mesmos.

Um outro reino, este mais a Norte, nas actuais fronteiras da Guiné-Bissau, entra também em decadência. É o reino de Bassarel pertencente aos Manjacos-Papéis e Brames. Este tinha sob a sua dependência cerca de 26 pequenos chefados.

Neste clima de tensão política e de revoluções, alguns chefados da área periférica sublevam-se em relação ao poder central e independentizam-se. Os outros seguem-lhe o exemplo.

Esta fase revolucionária, marcada pela abolição do tráfico de escravos e pelas rupturas na estrutura política dos reinos e impérios da costa ocidental, culmina com o desaparecimento das grandes unidades políticas em todo o território. Contexto favorável pois, à emergência e consolidação das estruturas coloniais portuguesas. Daí que, o verdadeiro período colonial seja o que vai de 1915/20.

Vejam os agora o sistema global de produção da Guiné, resultante da articulação entre o Modo de Produção Colonial e o Pré-colonial ou linhageiro.

País agrícola por excelência, a Guiné, apesar da sua diversidade étnica, apresenta, ao nível do sistema de produção, três aspectos essenciais, comuns a todas as etnias:

- 1.º) a terra pertence a toda a comunidade, e existem leis sociais que regulam a sua distribuição;
- 2.º) é a própria família camponesa quem cultiva a terra. E só em tarefas especiais convida outras famílias ou grupos de trabalho, para a ajudarem.
- 3.º) o objectivo fundamental da produção visa a subsistência alimentar; o excedente é vendido ou trocado para a obtenção de produtos não-agrícolas.

São dois os métodos principais de produção utilizados: temos a cultura das zonas alagadas (bolanhas), por um lado, e a cultura de sequeiro, por outro. E da mesma forma, também são duas as técnicas usuais de produção agrícola: a técnica de cultura intensiva e a técnica de cultura itinerante.

A primeira, a técnica de cultura intensiva, é usada fundamentalmente nas bolanhas, por todos os povos do litoral, especialmente os Balantas. A técnica itinerante consiste no desmate da vegetação natural de um terreno, através da queimada. Após alguns anos de cultivo este terreno é de novo abandonado para que a floresta volte a ocupá-la. anos depois volta-se a utilizá-lo de novo por um certo período de tempo. O grande inconveniente desta técnica é que, contrariamente à primeira, não permite a obtenção de alimentos necessários (nem em quantidade nem em qualidade), à satisfa-

ção das necessidades de grandes aglomerados populacionais. O que a torna incompatível com uma grande densidade demográfica.

O sistema colonial adaptou-se a este sistema encontrado e procurou a melhor forma de obter as matérias primas de que necessitava. Na produção camponesa de carácter familiar, em que o fenómeno troca ou venda raramente ultrapassa os limites embrionários, tende, progressivamente, a introduzir um novo carácter: a produção para exportação.

E como o produto privilegiado era a mancarra, o seu incremento pela Administração Colonial veio a alterar completamente o regime de culturas itinerantes tradicional (que se destinavam só à alimentação), provocando a redução dos períodos de pousio e a intensificação das queimadas.

Ao mesmo tempo que a cultura da mancarra aumenta, a do arroz desce. Em 1917, segundo Teixeira da Mota, Ernesto de Vasconcelos apontava já a necessidade de regulamentar a cultura da mancarra, afim de combater a desarborização. «Cita também o déficite da produção do arroz da Colónia que obrigava à importação, propondo por isso que se tomassem medidas para aumentar aquela.» (6)

É neste quadro que se devem entender as tentativas de recuperação de «bolanhas» iniciadas na década de 40 pela mesma administração.

Mas, como havemos de ver mais à frente, as causas fundamentais da queda da produção orizícola não têm uma ligação directa com o aumento da produção da mancarra. Aliás, os grandes produtores do arroz (população do litoral) praticamente não produzem mancarra. Salvo algumas excepções: os Brames, e durante um certo período do séc. XIX, os Balantas (nas Propriedades do Sul).

Por uma questão de organização do texto preferimos esquematizar em três pontos, os parâmetros históricos que enquadram o desenvolvimento da nossa argumentação:

- 1.º) a implantação do sistema colonial (1915/1920), e a imposição do seu poder às sociedades rurais da Guiné — verificaram-se simultaneamente com a desagregação das estruturas sócio-económicas e políticas destas sociedades;
- 2.º) A adaptação das sociedades rurais a esta desagregação provocada pela implantação das novas estruturas de poder, não foi a mesma para o conjunto dos povos animistas (povos que habitam todo o litoral até à zona limite da influência das marés), quando comparados com os povos do interior, islamizados, que habitam as zonas fora da influência das marés. Nestes últimos encontramos, fundamentalmente, os Fulas e Mandingas.
- 3.º) Considerando ainda os povos do litoral, isoladamente, isto é, o grupo Balanta e o tronco dos Burames, que historicamente se cindiram em Mancanhas, Manjacos e Papéis, podemos verificar que a desagregação provocada e a readaptação imposta pela Administração Colonial, foi «vantajosa» para os povos acéfalos (grupo Balanta), onde as estruturas hierárquicas são mínimas, e «desvantajosa» para os povos que possuíam uma estrutura hierárquica de organização social mais acentuadamente diferenciada. É o caso do tronco dos Burames no novo contexto — o colonial.

A nossa tese defende que, com a desagregação das grandes unidades políticas (os Reinos e Impérios), e devido ao tipo de características das estruturas políticas dos

litorálicos, as «tabancas» (povoações) e as «moranças» (células de família extensa), reforçam a sua autonomia económica e social, embora o vínculo ideológico e religioso continue suficientemente forte para manter uma certa coesão espiritual. E é exactamente essa coesão espiritual que, apesar de nos permitir identificar as etnias (tendo em conta o seu alto nível de mestiçagem ou de entrelaçamento) não se manifesta suficientemente forte para unir a mão-de-obra das diversas Unidades de Residência («moranças») para as tarefas de maior exigência em termos de braços.

### *AS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO ORIZÍCOLA NO CONTEXTO DA ARTICULAÇÃO ENTRE A ESTRUTURA POLÍTICA COLONIAL E A ESTRUTURA POLÍTICA DOS PAPÉIS*

Até 1915/1920, ou seja, antes da implantação da dominação efectiva, os Papéis de Biombo encontravam-se sob o regime dos regulados. A autoridade máxima era o régulo, que habitava a povoação de Durce, e era representado nas outras povoações pelos chamados «filhos do régulo», que eram uma espécie de chefe de povoação. A função principal do régulo era, para além da justiça, executar as cerimónias mágico-religiosas que a actividade agrícola de cada ano exige.

No período anterior a esta data, o comércio com os portugueses era regular e estava completamente articulado e submetido às estruturas políticas da sociedade Papel. O que permitia pois, que os trabalhos de recuperação e manutenção constante dos bolanhas constituíssem tarefa executada normalmente, excluindo a necessidade de uma autoridade máxima, acima dos moranças, a impôr e a dirigir os trabalhos.

Não se colocava ainda o problema da falta de mão-de-obra, devido à inexistência da emigração, o que fazia com que, através do sistema da entre-ajuda entre moranças ou entre grupos de idade as resolvesse, de forma eficaz, as tarefas que exigem maior quantidade de mão-de-obra. A coesão era maior.

Ao nível do direito sucessório, como as estruturas não tinham sofrido abalo significativo com a presença colonial, sucessão verificava-se de forma legal, cumprindo todos os preceitos que constituem os princípios básicos da sucessão legítima nos Papéis.

Segundo Carvalho Viegas, «a sucessão na soberania doméstica e nos bens imóveis constitui sempre o privilégio de um só herdeiro, o qual é considerado como a continuação das personalidades do morto e por isso mesmo obedecido e respeitado por todos os parentes que constituem o agregado familiar.» (7)

É orientada invariavelmente segundo o sistema matrilinear, e a herança é considerada como uma espécie de vínculo que se transmite de geração em geração sem que possa ser alienada ou dividida pelos herdeiros. «Por isso mesmo não admitem senão um único e universal herdeiro, embora os outros possam ficar na expectativa, para quando chegar a sua vez, de virem a entrar na direcção do agregado familiar e, conseqüentemente na administração dos bens que constituem a herança.» (8)

Assim, o princípio basilar da hereditariedade fundava-se na sucessão entre irmãos. O herdeiro é sempre o mais velho de entre os sobrevivente (filho da mesma mãe).

E a explicação reside no facto de considerarem que «o meu irmão por parte de mãe é decerto meu irmão: o de parte de meu pai, sê-lo-á ou não». (9)

Na ordem de sucessão temos em primeiro lugar os irmãos uterinos pela ordem decrescente de idades *seguido dos sobrinhos*, filhos de irmãs uterinas, dos primos, sempre descendentes de irmãs ou sobrinhos do autor da herança e, finalmente o régulo para o caso de não haver descendentes ou herdeiros legítimos. (10)

Após as ditas campanhas de «pacificação», em que os portugueses se basearam nos Fulas de Abdul Injai, e durante a qual a População do Regulado de Biombo, dirigidos pelo seu régulo (de nome N'Kanandê), evidenciou uma forte resistência, iniciou-se a desestruturação do sistema político e sócio-económico deste regulado.

O pagamento do imposto de «palhota» (posteriormente substituído para imposto de «capitação» — 1952); o trabalho forçado nas estradas (que durava cerca de dois meses de cada ano); a possibilidade de emigração étnica para qualquer ponto do território; e a política inicial, da Administração Portuguesa, em desprestigiar ao máximo as estruturas políticas vigente na sociedade Papel de Biombo, foram, com certeza, factores concretos que interferiram profundamente nesta sociedade.

Relativamente ao trabalho forçado, nas estradas, o Anuário de 1925 conta que «quem vê as coisas distraidamente (...), não pode imaginar a soma prodigiosa de esforços que isto representa: construir uma estrada sobre lálás (\*) ou bolanhas, e certeza, esse céptico distraído, deixaria cair o cigarro, varado e de assombro, se lhe dissessem que todo esse esforço foi realizado pelo *bárbaro indígena*, o preguiçoso preto, sem ter a coadjuvá-lo o auxílio da engenharia local». (11)

Todo este trabalho foi realizado a partir da década de 80. Se a abertura e a construção de estradas exigiam bastante, quer em volume de trabalhos quer em intensidade, a manutenção, ou seja, a conservação e reparação, de ano para ano, chegava a perturbar o trabalho agrícola de todos os anos.

Apesar do argumento em contrário da administração, que procurava realizar esta actividade «no fim da quadra das chuvas, no intervalo entre as últimas mondas e a colheira, em que a população indígena não é prejudicada nas suas actividades.» (12)

Convém referir que é exactamente esse o período em que se realizam os trabalhos de reparação e conservação das barragens («ouriques»).

Relativamente à emigração étnica que não existia, pelo menos com fins económicos de região étnica para outra, com a implantação colonial efectiva um novo contexto se lhe abre.

Manuel Baptista, em relação aos Fulas, Mandingas, Beafadas, Felupes e Bijagós, povos que, ou não exploram o palmar ou o exploram deficientemente, sendo os palmares das suas regiões, exploradas por outras raças que se deslocam para ali, diz-nos o seguinte:

---

(\*) Lálás — são manchas de terreno sem árvores, nem arbustos, que muitas vezes se mostram anexas a zonas de mangal.

«é assim que muitas centenas e até milhares de Papéis, Manjacos e Balantas se deslocam para as Ilhas dos Bijagós, para Bissorã, para Farim, Bafatá, etc., arrancando à floresta muitos milhares de quilos de coconote e óleo de palma. Outrora não se verificava tal emigração;» (13)

O conjunto de todas estas interferências, umas positivas outras negativas, no espaço sócio-económico e político da componente étnico-africana, neste caso dos Papéis, e especialmente o aparecimento — devido à desautorização dos régulos e chefes — de vários níveis de relacionamento entre estas duas componentes em presença (a étnico-africana e a euro-colonial, vão intensificar o ritmo de desagregação das estruturas de organização da primeira. O que quer dizer que, com a perda do poder político e o desprestígio provocado pelo novo poder às estruturas políticas étnicas, surgem, como é natural, vários canais de relacionamento a atravessarem da base ao topo a estrutura hierárquica das sociedades em causa.

E como resultado de todo este processo encontramos a Administração Colonial com sérias dificuldades de organizar e resolver os conflitos que se avolumam.

Para uma abordagem mais clara, vejamos alguns dos principais pontos litigiosos com que essa administração se confrontava nos meios rurais da Guiné. A eleição de régulos e chefes de povoação, o regulamento para concessões de terrenos e as questões de propriedade, são algumas delas.

Segundo a Portaria n.º 167, de 28 de Junho de 1924 (B.O. n.º 31) fixou-se o seguinte:

«Considerando que é urgente (...) estabelecer o regime a seguir (...), para pôr cobro às constantes questões levantadas entre os indígenas por causa das «bolonhas» e dos «palmares», que dificultam a acção administrativa nas circunscrições civis, pelo tempo que toma a sua resolução, e dão lugar a abusos por parte das autoridades indígenas, sobre o pretexto dos “usos e costumes”.»

Determina-se:

Artigo 4.º — «Nas “bolonhas” existentes nas regiões habitadas por indígenas da tribo “manjaca”, seguir-se-á o seguinte regime» (14):

- a) «As “bolonhas” serão anualmente arrendadas aos indígenas em hasta pública presidida pela Comissão Municipal ou pelo Administrador, onde aquele não existia, da circunscrição respeitarem.»
- b) «Os régulos ou chefes de povoação independente têm direito conforme o respectivo administrador entender conveniente a uma das melhores bolonhas, ou parte dela, existente na área de sua jurisdição, que lhes ficará pertencendo somente enquanto exercerem as funções de autoridade indígenas, sendo-lhes expressamente proibido aliená-las por qualquer forma, ou alugá-las.»
- c) «A importância dos arrendamentos constituirá um fundo destinado à instrução pública e assistência dos indígenas da circunscrição em que foram feitos.» (15)

Na opinião de António Carreira, a qual subscrevemos, esta posição da Administração denota «um desconhecimento total da questão, desconhecimento esse que se traduziu na impossibilidade de se pôr na prática tais medidas.

Segundo ele, «é urgente a solução do problema das chefias a arrendamento das propriedades a eles adstritas, em vista de não ser conveniente, nem de boa política, eliminar os régulos e chefes ou confiscar-lhes os imóveis.» (16)

Esta divergência de posições no seio da Administração leva-nos a concluir que esta encontrava-se perante um sério dilema: ou destruía e desautorizava por completo as estruturas de organização e a hierarquia vigente nos sistemas de regulado; ou então, apoiava essas mesmas estruturas, depois de modificá-la ligeiramente.

No entanto como é facilmente perceptível, esta conciliação ou modificação ligeira não se apresentava como tarefa fácil, considerando o desconhecimento, por parte do agente transformador dos mecanismos de funcionamento daquelas estruturas.

Em relação à eleição de régulos e chefes de povoação, por exemplo: «Se se contraria a escolha feita pelos métodos previstos pelos costumes, impondo-se o processo de eleição ou outro, desagradando as populações, surgem as consequentes reacções que tanto podem assumir um aspecto de surda e pacífica hostilidade contra o eleito ou escolhido, como tomarem a feição de campanha aberta, envolvendo o administrador porque aparecem logo civilizados ou semi-civilizados (urbanos) a orientar na sombra a forma de pretexto (...). Se se aceita o sistema admitido pelos costumes e tradições (...) há que intervir quando o escolhido não convém aos interesses da administração.» (17)

E acontece que, até pelo menos 1939, a Administração Colonial portuguesa não tinha compreendido ainda a importância de que se revestiam essas instituições e suas autoridades no papel de «auxílio» que podiam desempenhar no seio do contexto colonial. É que desautorizando estas instituições sem possuírem estruturas alternativas para enquadrar e organizar toda esta população é a mesma coisa que perder o controlo efectivo sobre a população em causa. Uma vez que esta levaria muito tempo até conseguir articular os seus usos e costumes aos da administração colonial.

Carvalho Viegas, no seu relatório de Governador da Guiné, em 1939, afirma que «o respeito pelos usos e costumes, estabelecidos desde a Conferência de Berlim em 1885, a que se seguiram a de 1888 promovida em Lausanne pelo Instituto de Direito Internacional e vários Congressos Coloniais, têm sido a causa impeditiva do aparecimento ou da aproximação às nossas suas instituições.»

E toda esta desarticulação originou sérias consequências ao nível da produção orizícola.

Na estrutura política dos regulados, a propriedade da terra e o seu arrendamento andam associadas a cerimónias mágico-sociais de grande influência. Neste contexto, «O régulo, o chefe, o homem notável, são na realidade tidos como os intermediários indispensáveis nessas cerimónias para que se faça o arrendamento.» (18)

E, segundo o mesmo autor «com a ocupação europeia todo este sistema sofreu forte abalo. Muitos régulos e chefes foram depostos, e em seu lugar colocados outros do agrado das autoridades — mas não dos indígenas, que os consideravam usurpadores. Em muitos casos as “sociedades secretas” (que contêm e controlam os poderes sobrenaturais, estabelecem normas de conduta social e vigiam a sua observância,

dispondo de largos poderes punitivos que vão até à morte), encarregam-se de os eliminar, o que cada vez mais veio a complicar a política indígena. Isto acarretou largos reflexos na propriedade e exploração da terra.» (19)

No decorrer do nosso trabalho de campo podemos constatar que após a época colonial, o período da Luta de Libertação Nacional, e cerca de doze anos depois da independência, a situação actual não é menos complicado do que anterior.

A nível político, o Partido e as suas estruturas forjadas na luta vieram anular por completo qualquer tipo de poder que podesse restar aos régulos e chefes de tabancas.

A nova legitimidade forjada nos duros anos de luta não se coaduna de maneira alguma com o tipo de poder dos antigos régulos. Até porque todos os chefes e régulos existentes no momento da independência (1974) tinham sido o acordo tácito dos portugueses e representavam os interesses da Administração Colonial.

Esta situação dá origem ao «estrangulamento» final da autoridade mínima que os régulos ainda mantinham. Embora a nível simbólico continuem a ter um papel relevante na direcção das cerimónias mágico-religiosas, que continuam a anteceder todo o ciclo agrícola.

Perante este quadro, pensamos que a situação se tornou ainda mais complexa depois da independência política. Senão vejamos alguns sintomas visíveis desta situação: ao nível do direito sucessório o legítimo herdeiro deixou de ser o irmão, uterino, como afirmou Carvalho Viegas em 1939, para ser o sobrinho, mantendo contudo a linha matrilinear.

Tivemos ocasião de assistir, na povoação de Quitá-a, a uma efectivação da transmissão da herança em que apareceram nada menos do que onze sobrinhos a reivindicar o direito de sucessão. Com a agravante de todos eles terem sido legitimados pelo actual régulo, que já não tem mais que um poder simbólico.

É natural pensar-se que esta segunda desarticulação veio acentuar ainda mais os problemas anteriormente referidos.

No caso de Biombo, as bolanhas de Picle, por exemplo, tiveram uma redução da sua área cultivável para mais de 3/4, enquanto o fenómeno da emigração étnica se manifesta de forma mais acentuada.

Vejamos pois, de forma geral, as características socioeconómicas do sector de Biombo.

## *CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÓMICAS DO SECTOR DE BIOMBO*

O sector de Biombo é uma quase península, e corresponde ao antigo regulado de Biombo. A leste encontramos a Bia de S. Martinho, a Norte e a Oeste a Ria de Mansoa, e a Sul o canal de Ceba.

Segundo o Recenseamento Geral da População de Abril de 1979, o sector conta com 34.856 habitantes. Uma população equivalente a 4,5% do total do país e com a seguinte particularidade: é o terceiro da lista dos mais densamente povoados, conta somente com 50 tabancas. Ao contrário dos dois primeiros da lista dos mais densamente povoados — Bissorã e Bafatá —, que contam respectivamente com 174 e 197

tabancas. O que transforma Biombo num sector com tabancas grandes e bastante populosas.

Possui uma densidade acima dos 90 hab. por km, o que o coloca com a mais alta densidade populacional do país.

Em termos de distribuição étnica, 93% da população é de etnia Papel, enquanto só 7% pertencem à etnia Balanta.

A economia do sector é de subsistência, embora possua uma larga esfera de economia monetarizada. A principal produção de subsistência é o arroz de bolanha, apesar de se cultivar frutas e legumes. A economia comercializada situa-se ao nível da economia recolectora. E os principais produtos são: a castanha de cajú e o coconote.

Na etnia Papel não existe uma especialização acentuada de tarefas.

O «djambacus» (responsável pelas operações religiosas) é tão lavrador como o tecelão, o oleiro ou o ferreiro — apesar deste último possuir um estatuto especial.

No geral, a economia dos Papéis de Biombo é extremamente voltada para o exterior. A ruína da produção orizícola, motivada pela invasão da água salgada, a elevada densidade populacional, a fraca infra-estrutura existente no sector, a inexistência de extensos palmares, a impossibilidade de praticar a técnica itinerante da cultura do arroz, devido às condições do solo e à pobreza da região, devido à inexistência de «palhas» e de «paus» para cobrirem as suas casas — facto que os obriga a remarem regularmente para as ilhas vizinhas (Pecixe ou Arquipélago dos Bijagós) em busca desses materiais indispensáveis —, tudo isto são factores que tornam a economia do sector extremamente voltada para o exterior.

Daí que sejam eles os maiores fornecedores de mão-de-obra para o porto de Bissau (estivadores) e para a construção civil na capital.

Anualmente, na época seca (Janeiro a Maio), uma boa parte das famílias Papéis emigram, para diversos pontos do território nacional para exercerem o corte de chabéu e a extracção do óleo de palma, assim como a prática da tecelagem e dos trabalhos domésticos.

Este intenso movimento de migração pendular (vai-vem), além da emigração definitiva, prejudicam imenso a economia do sector. E um dos aspectos que sofre imenso com todo esse movimento são os trabalhos de recuperação de bolanhas que se fazem exactamente neste período do ano.

## *O QUE É UMA RECUPERAÇÃO DE BOLANHAS*

Nos meados da década de 40, devido à enorme quebra da produção orizícola na Guiné, as autoridades coloniais desencadearam toda uma ofensiva no sentido de reduzir a ruína económica que o maciço abandono de bolanhas estava a produzir.

Para se ter uma ideia da produção orizícola da Guiné pode-se referir que este produto constituía um dos elementos fundamentais da nossa exportação, pelo menos até à década de 40.

Assim, em 1937 exportamos para Portugal 3.908.403 kg de arroz, e nos anos de 1938, 1939 e 1940 a nossa exportação para o mesmo destino foi aumentando de uma

forma global. Deste modo, apesar de 1938 acusar uma descida para 1.788.970 kg, nos dois anos seguintes subiram para 4.906.831 kg e 7.304.840 kg, respectivamente.

A década de 40 parece-nos ser o período de viragem.

«Tivemos este ano ocasião de constatar em toda a sua extensão, mercê da fotografia aérea, a ruína trazida à orizicultura em certas regiões de Manjacos onde as perturbações de política indígena têm sido maiores. No regulado da Tame essas perturbações são crónicas... A fotografia aérea revela traços de uma diminuição da área de povoamento, e a invasão, pelas marés e mangal, da quase totalidade das bolanhas (extensos restos de ouriques arruinados pelo meio do mangal). A área de Cajegute... A população é diminuta, e não há praticamente bolanhas no território, embora a fotografia aérea revele vestígios delas no meio do mangal». (19)

E, em termos de conclusão, faz-se um confronto com a situação dos Papéis nos seguintes termos: «Entre os Papéis o fenómeno, análogo, ainda é mais acentuado. Há poucos anos, quando a situação vinha assumindo já proporções alarmantes, encentou o sr. comandante Sarmento Rodrigues (governador da Guiné) uma obra que reputamos de grande alcance, procurando sustentar por todos os meios esta regressão e iniciando em larga escala a reconquista das bolanhas perdidas.» (20)

Estes trabalhos de recuperação que tiveram lugar na bolanha de Picle, em 1944 e 1945 (dado que a primeira tentativa foi um fracasso) evidenciam a prática da ofensiva, a que referimos atrás, por parte da Administração Colonial.

Com a participação de «milhares de indígenas», durante 45 dias, foi possível o «aproveitamento de cerca de 1500 hectares de terras a que corresponde um aumento na produção de arroz orçado, muito por baixo, em 2.000 toneladas.» (21).

O ourique construído tinha aproximadamente, 14 km de extensão. Para um melhor esclarecimento, vejamos pois o que é uma bolanha e em que consistem os trabalhos de sua recuperação, antes de passarmos à análise das razões que levam ao seu desaproveitamento posterior.

Na Guiné, são dois os tipos de terreno utilizados na prática da orizicultura: as planícies, da onde se pratica a orizicultura de sequeiro, através da técnica de cultura itinerante, e as planícies aluvionares, onde se pratica a técnica de cultura intensiva.

A escolha destas planícies aluvionares tem uma estreita relação com o fenómeno das marés, pelas duas razões seguintes: primeiro, porque a influência das marés condiciona o aparecimento do mangal, que fixa os aluviões arrastados pelas chuvas, provocando assim o enriquecimento do solo pela formação de uma espessa camada do lodo («poto-poto»); segundo, pelo facto de fornecer comodamente a diferença de nível precisa para as operações de purga da bolanha, ou seja, a extracção da água nas bolanhas.

Aproveitando a inclinação natural destes terrenos, os camponeses constroem as barragens ou «ouriques» que impedem a entrada da água salgada na preia-mar. E, em diversos pontos do ourique colocam as «bombas» (engenhosas válvulas automáticas que só abrem de dentro para fora) e a aguardam durante dois, três ou quatro anos pela dessalinização, que se processa da seguinte forma: «Vindas as chuvas, a água doce retida pelo ourique vai subindo, e é purgada automaticamente pelas válvulas logo que atinge determinado nível. O terreno é desta forma, sucessivamente dessalgado e ao mesmo tempo os aluviões trazidos pelas chuvas depositam-se nela, enriquecendo-o todos os anos e permitindo assim uma cultura intensiva do arroz.» (22)

Os ouriques que defendem as bolanhas da acção das marés têm, normalmente, a forma triangular com cerca de dois a três metros de base.

Apesar disso, como são construídos de paus entrançados e de lama, independentemente da sua resistência à acção das marés, existem factores que o enfraquecem e encaminham-no rapidamente para queda.

Esses factores podem ser agrupados em dois: por um lado, os animais, os «Cakris» e os «Djapuf», que fazem furos transversais nos ouriques, e as «Linguanas» que, habitando esses furos encontrados os ampliam ainda mais; e, por outro lado, o próprio descuido dos camponeses na vigia constante que manter sobre os ouriques.

A acção destes animais referidos e o «descuido» dos camponeses leva a que, nos períodos das águas vivas, em que a amplitude das marés é muito superior, os ouriques não aguentem ao aumento da pressão da água nas zonas mais frágeis, isto é, aquelas que haviam sofrido perfurações.

Como consequência, dá-se a penetração da água salgada nas bolanhas e a completa destruição do cultivo, caso não se exerça uma acção imediata de defesa e reparação do local destruído, seguida da extracção da água salgada que havia penetrado.

Na opinião de Teixeira da Mota, e voltando ao caso dos Papéis, «o caso de Biombo constitui um dos mais belos exemplos (...) de domínio da natureza pelo homem. Mas o que fora uma esplêndida conquista da organização da sociedade Papel antes da ocupação europeia (e que lhe permitiu atingir uma elevada densidade populacional) tornou-se, após esta, num dos mais elucidativos casos dos males que pode acarretar a dissociação tribal pelo contacto com o colonizador.» (23)

Até à data presente se mantém em uso os ouriques construídos em 1945. Porém, com imensas rupturas, o que faz com que, actualmente só 1/4 da antiga bolanha recuperada em 1945 esteja a produzir. E as terras que ainda estão a ser cultivadas são aquelas que se encontram quase fora da acção das marés independentemente da existência ou não de um ourique.

Partindo do princípio que esta bolanha de Picle constitui a base da economia de subsistência da maior parte das povoações do sector de Biombo, e considerando ainda a alta densidade populacional por km<sup>2</sup> que caracteriza Biombo (acima de 90 hab. por km<sup>2</sup>), podemos imaginar o desequilíbrio na economia familiar que a ruína da orizicultura desta bolanha acarreta para a população do referido sector.

Perante este quadro, torna-se pertinente questionar sobre o porquê do desaproveitamento e do abandono a que esta bolanha está votada, por parte da população, após a recuperação de 1945.

Segundo a memória da própria população, para os trabalhos que decorreram durante 45 dias, a maioria da população activa que, ou chegasse tarde ou não quisesse participar voluntariamente, era mantida presa, no quartel de Biombo. E em certos casos houve mesmo castigos corporais.

A opção adoptada pela Administração Colonial era a de trabalho em conjunto e contínuo, por toda a população e para toda a extensão do ourique.

Após a recuperação, uma das causas que explica o desaproveitamento e o abandono de algumas bolanhas é o tipo de regime de propriedade em vigor nos Papéis.

É que depois de «concluídos dos trabalhos, apresentam-se, vindos de fora, antigos proprietários a reivindicar as suas terras, no que eram contestados pelos que

haviam trabalhado nos ouriques. Estes invocavam o seu esforço como causa suficiente de aproveitamento dos terrenos abandonados.» (24)

Como nenhuma das partes em conflito se rende, o resultado normal costuma ser o abandono do terreno em litígio. O antigo e «verdadeiro» dono não o cultiva por não reunir suficiente força moral para o fazer, enquanto que o novo pretendente é pura e simplesmente impedido, por razões que encontram explicação no complicado sistema de herança, de aproveitar o terreno recuperado.

No entanto, como as bolanhas estão em paralelo relativamente ao mar, neste caso ao canal do Geba, o abandono de uma significativa necessariamente a invasão de água salgada nessa bolanha. Acontece porém que, logo que a água invade uma bolanha, atravessando o ourique num determinado ponto, em curto espaço de tempo, todas as bolanhas anexas e aquela que sofreu invasão também ficam invadidas pela água do mar.

E esta situação actual, é o resultado de todo este complexo processo de abandonos sucessivos.

Perante ela, apesar de o nosso Estado manifestar a decisão de recuperar a bolanha de Picle este ano, continua em aberto a decisão quanto à questão que havíamos colocado no início deste texto: qual o método de trabalho qual o método a adoptar na realização dos trabalhos? Ou se aplica o método de trabalho em conjunto e contínuo, tendo provavelmente a necessidade de recorrer ao emprego da coacção, ou se aplica o método da divisão por partes («cordas»).

E tudo isto sem contar com a preocupação de como manter, com eficácia, a sua conservação.

## BIBLIOGRAFIA:

- BIIJAZ, R. e DIAWARA, Y., «*Enquêtes en Milieu Rural Sahelien*» *Techniques Vivantes*, Agence de Cooperation Culturelle et Technique, França, 1981, pp. 195.
- Institut Panafricain pour le Développement, «*Comprendre une économie Rural*» (Guide pratique de recherche), l'harmattan, Paris, 1981, pp. 165.
- Junta da Investigações do Ultramar, «*Perspectiva do Desenvolvimento Económico e Social da Guiné*», JIU, Lisboa, 1972, pp. 239.
- MOTA, A. TEIXEIRA, «*Serviços de Agricultura*», in Apêndice I, *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, Bissau, Outubro 1947, n.º esp., pp. 476-480.
- MOTA, TEIXEIRA, «*A Agricultura dos Brames e Balantas vista através da fotografia aérea*», *Bol. Cul. G.P.*, Bissau, 1950, Vol. V, n.º 18 pp. 131-171.
- MOTA, TEIXEIRA, «*Notas sobre o Povoamento e a Agricultura na Guiné Portuguesa*», *Bol. Cul. G.P.*, Bissau, 1951, Vol. VI, n.º 23, pp. 627-690.
- MOTA, TEIXEIRA e NEVES, M.G. VENTIM, «*A Habitação Indígena na Guiné Portuguesa*» Centro de Estudos da G.P., Bissau, 1948, Memória n.º 7, pp. 538.

## NOTAS

(1) *Dados fornecidos pelo Departamento de Hidráulica Agrícola do MDR, Agosto 1986.*

(2) *Veja: Guiné-Bissau — Relatório Económico Introdutório, Doc. do BM, Vol. II 1981, pág. 12*

(3) *Veja: Situação Económica em 1984 e Perspectivas para 1985 e 1986, Vol. V, Doc. do Ministério do Plano, 1985, pág. 5*

(4) *Barreto, H. «Sobre o estado actual...» pág. 22*

(5) *Geraldes, M. «Guiné Portuguesa» pág. 516*

(6) *Mota, T. «A agricultura de Brames e Balantas...», pág. 165*

(7) *Viegas «Guiné Portuguesa», Vol. II, pág. 356*

(8) *Idem, pág. 361*

(9) *Idem, pág. 357*

(10) *Idem, pág. 362*

(11) *Anuário de 1952, pág. 26*

(12) *Carreira, «Relatório...», pág. 102*

(13) *Baptista «Problemas Agrícolas Coloniais...» pág. 886*

(14) *Como existe uma extrema similitude nos usos e costumes entre os Manjacos e os Papéis, e até se considera que historicamente tiveram a mesma origem (o reino de Bassarel), optamos pelo Art. referente aos Manjacos onde a situação de conflito atingiu o seu ponto máximo.*

(15) *Carreira, Op. cit., pág. 55, 56, 57 e 58*

(16) *Idem, pág. 58*

(17) *Idem, pág. 50*

(18) *Viegas, Vol. II, pág. 354*

(19) *Mota, «Notas sobre o povoamento...», pág. 672*

(20) *Ibidem*

(21) *Viegas, Vol. III, pág. 107*

(22) *Mota, Op., cit., pág. 673*

(23) *Ibidem*

(24) *Correia, «Fomento Agrícola», pág. 334*

# AS RELAÇÕES DE TRABALHO NUMA SOCIEDADE DE CULTIVADORES DE ARROZ O CASO DOS BALANTAS DA REGIÃO DE TOMBALI

por Pablo Sidersky \*

O artigo que segue é o resultado de uma pesquisa levado a cabo pelo autor durante a sua estada na Guiné-Bissau em duas aldeias da região de Tombali, no sector de Calio: Mato Farroba e Cantone.

*O trabalho que apresentamos tem como preocupação principal o estudo da vida material, da produção, do povo Balanta da região de Tombali (Guiné-Bissau), com a qual convivemos durante quase quatro anos (1).*

*Julgamos que analisar o sistema de produção enquanto substrato material da sociedade, era a melhor forma de começar a entender a sociedade na qual trabalhávamos.*

---

(\*) Pablo Sidersky é economista, diplomado do Institut des Études Supérieures pour le Développement Economique et Social de Paris I. Actualmente é coordenador dos projectos de avaliação Fase — Permanbuco — Brasil. Foi assistente técnico do CEPI — Tombali durante 4 anos, de 1977 a 1982.

(1) Nossa estadia na Guiné-Bissau foi no quadro de um projecto de educação popular para o meio rural, os centros de Educação Popular Integrada (C.E.P.I.). Este projecto foi elaborado e executado conjuntamente pelo Ministério da Educação Nacional da Guiné-Bissau e o IRFED-EDI (Institut de Recherche et Formation Education et Développement — Education et Développement Interculturels).

*A escassez de estudos anteriores sobre a sociedade estudada nos levou, ao lado da observação directa, à consulta bibliográfica sobre outros povos rizicultores, inserindo nossa reflexão num contexto mais amplo (2).*

*É claro que um estudo de caso como este é apenas uma peça de um quebra-cabeça muito maior. Ficaríamos satisfeitos se, simplesmente, a nossa peça ajudasse a compôr um quadro mais geral.*

*O objectivo principal deste trabalho é caracterizar as relações de trabalho na produção de arroz da região estudada.*

*Para tornar isso possível fazemos primeiramente uma apresentação do contexto. Num segundo parágrafo, apresentamos o sistema agrícola, dando especial ênfase nos tempos de trabalho.*

*Estes instrumentos nos permitirão tentar, num terceiro parágrafo, uma análise das relações de trabalho.*

## **I. CARACTERIZAÇÃO DO CONTEXTO**

### *A. A Guiné-Bissau: alguns dados gerais*

As características dos solos, do relevo e do clima da Guiné-Bissau permitem dividir o país em duas grandes regiões agro-ecológicas: o litoral e o planalto do interior.

A região do litoral é uma planície baixa, cortada por braços de mar. As marés, particularmente importantes na região, penetram por estes braços de mar, atingindo pontos situados até 100 kms da costa, dando origem a grandes extensões de terra semi-emersas, cobertas de mangue.

Na terra emersa a paisagem se diferencia em função da densidade populacional e da pluviosidade (a densidade diminui de Norte para Sul, enquanto que a pluviosidade aumenta); a formação vegetal varia de savana (no Norte) para floresta (em algumas regiões do litoral Sul).

O clima é tropical húmido, com estação seca bem demarcada (o período chuvoso vai de Junho até Outubro-Novembro). Os dados climáticos deixados pelo portugueses falam de 2500 mm/ano no Sul e de 1800 mm/ano para o litoral Norte. A temperatura, sendo elevada durante o ano inteiro (temperatura média, 27° S em Maio e 24,4° em Janeiro), raramente ultrapassa os 35° C. (3).

---

(2) Existem vários povos cultivadores de arroz na África Ocidental. Eles ocupam as planícies alagadiças do litoral de uma região que vai do sul do Senegal até à Serra Leoa.

(3) É importante lembrar que, nos últimos dez anos, as chuvas anuais parecem indicar uma marcada diminuição da pluviosidade, não somente na Guiné-Bissau, mas em toda a África Ocidental.

Os solos da região são geralmente de formação recente. As grandes superfícies inundáveis aparecem como o resultado de um processo de depósito de material aluvial.

O planalto do interior é uma planície com uma elevação média de 50-100 m, sulcada por dois rios: o Geba e o Corumbal.

Existem ainda algumas áreas cobertas de florestas, mas a paisagem dominante do interior guineense é a savana, na qual a densidade do estrato arbóreo vai diminuindo para o Leste.

O clima, semelhante ao do litoral, é porém mais seco. A pluviosidade vai diminuindo de Sudoeste para Nordeste, atingindo no extremo nordeste 1000 mm/ano. A humidade relativa do ar é sempre menor no interior e a temperatura média mais elevada.

O recenseamento de 1979 indicou a população do país: 770 000 habitantes. Desta, aproximadamente 80% é rural. Um dado importante é que a população é composta por uns trinta grupos étnicos diferentes. Destes, os cinco mais importantes compõem 90% da população. (4)

### *B. A Região Pesquisada*

A nossa pesquisa (5) se desenvolveu principalmente em torno de duas aldeias (6) na região de Tombali.

Esta região encontra-se no extremo sudoeste do país. A quase totalidade da região se encontra no que nós definimos anteriormente como as planícies do litoral.

As aldeias estudadas se situam onde convergem a terra emersa e o mangue.

A população destas aldeias é de etnia balanta, tradicionalmente grandes cultivadores de arroz. A situação geográfica das aldeias traduz este traço, sendo que os arrozais são instalados em terras baixas, geralmente conquistadas ao mangue.

Tombali é a região mais favorecida da Guiné-Bissau do ponto de vista das chuvas. O posto meteorológico mais próximo às aldeias estudadas indica uma média anual superior aos 2400 mm. Porém, considerando dados mais recentes, as chuvas da região alcançariam os 2000 mm anuais (7).

---

(4) Segundo dados de 1972 a participação dos cinco grupos étnicos mais importantes na população do país era a seguinte: balantas — 32,4%; fulas — 21,9%; — mandjacos — 14,5%; mandingas — 12,9%; papéis — 7,4%.

(5) Os dados de campo foram colhidos pelo Projecto de Pesquisa Camponesa executado pelo IRFED-EDI (ONG francesa) em convénio com o Ministério da Agricultura da Guiné-Bissau. Como membro do IRFED nós participamos na elaboração do projecto de pesquisa, assim como acompanhamos a sua execução. além destes dados primários foram utilizados dados secundários de várias fontes, assim como dados colhidos durante a nossa estadia de quatro anos na região estudada.

(6) As aldeias de Mato Farroba e Cantone.

(7) Em 1982, ano em que foi feita a pesquisa, choveu 2100 mm.

## II. BREVE DESCRIÇÃO DO SISTEMA AGRÍCOLA BALANTA (8)

Os Balantas de Tombali são quase que exclusivamente produtores de arroz alagado. Fora os arrozais, objecto do presente estudo, os camponeses de Mato Farroba e Cantone cultivavam apenas algumas pequenas parcelas de amendoim, utilizando um sistema de roça, e algumas poucas hortaliças.

É isto que nos autoriza a falar de sistema agrícola balanta quando descrevemos a produção de arroz.

### A. Os Recursos Naturais

Como já dissemos no primeiro parágrafo, a região de Tombali beneficia de um clima tropical, com pluviosidade anual de mais de 2000 mm e temperaturas médias entre 25,6°C e 28,1°C, propícias à cultura do arroz.

A localização das aldeias estudadas garante o acesso a uma grande extensão de solos alagadiços, de declividade muito suave, de formação aluvial recente. Estes solos, de textura areno-argilosa, se apresentam como relativamente férteis e particularmente apropriados à cultura do arroz alagado.

### B. Os Meios de Trabalho

Claude Meillassoux, retomando uma sugestão de Marx, afirma que a terra pode ser considerada meio de trabalho quando ela se «torna produtiva mediante um investimento em energia». (9) Esta observação nos pareceu extremamente pertinente no que diz respeito aos arrozais dos rizicultores do oeste africano: a preparação de um arrozal em terra de mangue exige uma grande quantidade de trabalho. Como o campo produz, sem interrupções, durante muitos anos, podemos dizer que se trata de um verdadeiro investimento.

Para construir um arrozal são necessários três operações principais:

- isolar o perímetro do futuro arrozal por meio de um dique, construído em lama e reforçado com estacas;
- eliminar a vegetação natural;
- eliminação do sal, presente no solo.

Os arrozais são divididos em pequenos campos, por meio de pequenos diques secundários. Todo este sistema retém as águas da chuva durante o tempo necessário ao crescimento do arroz. Existe também um sistema de drenagem que permite evacuar as eventuais sobras.

---

(8) Faremos aqui uma apresentação sumária deste sistema agrícola, na medida que ela é necessária para entender as relações de trabalho, objecto principal deste trabalho.

(9) MEILLASSOUX, C. — Femmes, Greniers et Capitaux — Paris, Maspero, 1975.

Estes arrozais exigem, além do enorme esforço da construção inicial, um trabalho anual de manutenção.

Os balantas possuem, assim como os outros rizicultores da África Ocidental, um conjunto de instrumentos próprios. Deste conjunto, o instrumento mais conhecido é o «kebindé», o instrumento com o qual se faz a preparação do solo. Este parece uma pá alongada, feita de madeira, tendo no extremo uma pequena peça cortante de ferro. O desenho, a elasticidade dos materiais e a habilidade do camponês no manejo do seu instrumento fazem com que o «kebindé» esteja maravilhosamente adaptado ao meio.

Existem também uma série de instrumentos menores: uma faca especial para a colheita, o facão.

O Balanta de Tombali possui também uma gama de variedades de arroz, com ciclos vegetativos, necessidades hídricas e produtividade diferentes.

### *C. As Técnicas de Cultivo*

#### A Preparação do Solo.

Esta exige duas «lavouras» do «Kebindé»: a primeira permite a destruição da cobertura vegetal que se pode ter desenvolvido na entre-safra. A segunda para enterar as ervas derrubadas e formar os leirões onde será plantado o arroz.

Entre as duas «lavouras», é comum ver as crianças alinharem as ervas derrubadas, facilitando assim a segunda lavoura.

#### O Plantio de Arroz

Os camponeses balantas utilizam a técnica do transplante. Logo após as primeiras chuvas eles preparam, em solos mais leves perto das casas, os viveiros.

Uma vez prontos os arrozais, as pequenas plantas são arrancadas e transplantadas. Este trabalho é feito geralmente pelas mulheres.

#### Os Cuidados da Cultura

Durante todo o ciclo cultural, o camponês realiza uma série de tarefas que têm por objectivo garantir ao arroz as melhores condições possíveis de crescimento e desenvolvimento.

O sistema de parcelas e diques lhe permite controlar, em parte, a água. O sistema está bem adaptado para tirar o máximo proveito da água de chuva. Porém, o camponês não tem como remediar a insuficiência desta.

Quando as parcelas ficam invadidas por ervas, pode ser necessária uma capina. Geralmente a presença de um nível suficiente de água na parcela elimina as ervas concorrentes do arroz.

No tempo da colheita os pássaros são inimigos temíveis do arroz. Cabe às crianças a tarefa de espantá-los.

## A Colheita

Ela é realizada manualmente pelos jovens, (com a faca da colheita). Depois de colhido, o arroz é transportado para as eiras de debulho, onde é debulhado. Esta operação feita batendo o arroz com simples paus. A maior parte da colheita é estocada em silos existentes no interior das casas ou construções especiais nos terreiros.

### *D. O Calendário Cultural e os Tempos de Trabalho*

Pôr em prática estas técnicas de cultivo, combinando recursos naturais e meios de trabalho, se faz por meio do trabalho humano. Implica a realização das tarefas no decorrer do tempo.

O calendário depende sobretudo dos dados climáticos.

A estação chuvosa se estende, normalmente de Junho até Outubro.

Assim, os viveiros são preparados com as primeiras chuvas, no mês de Junho ainda. Em Julho, Agosto e Setembro se preparam os campos e se faz o plantio.

No final de Novembro começam a ser colhidos os campos de arroz de ciclo mais curto. A colheita vai até Janeiro. De Fevereiro a Maio é que se realizam as tarefas de transportar, debulhar e estocar o produto.

As técnicas de cultivo dos agricultores balantas aplicadas se materializam numa quantidade de tempo de trabalho. Apresentamos aqui dois gráficos que representam o tempo de trabalho utilizado por cada unidade de produção para cultivar as suas terras. (10)

Distinguímos doze tipos de trabalhos agrícolas e, partindo de fichas de observação dos trabalhos e fichas da actividade quotidiana, contamos o número de dias de trabalho dedicados a cada tarefa (sendo um meio-dia a unidade menor).

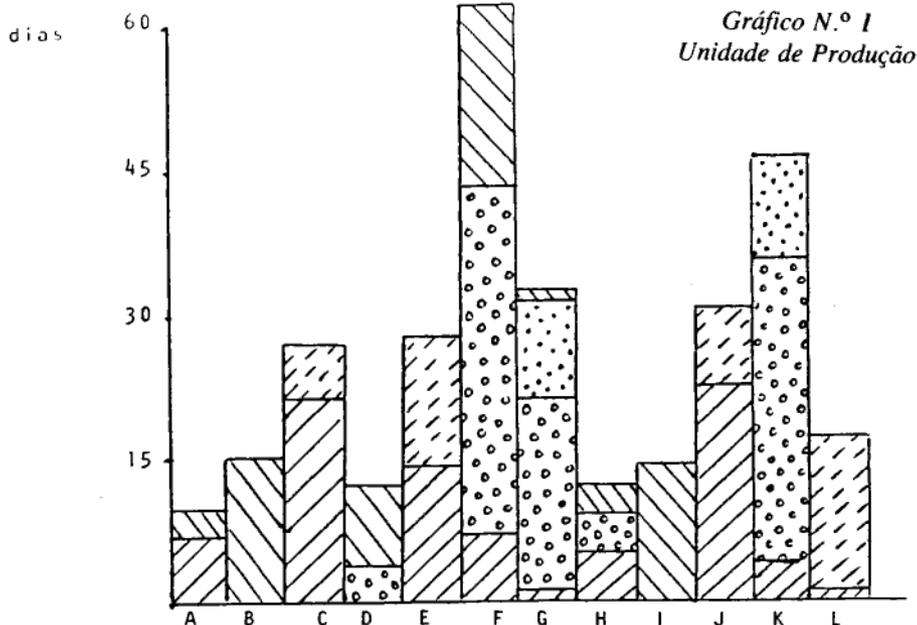
Distinguímos o trabalho masculino, o trabalho feminino e o trabalho infantil. Fizemos ainda a diferença, no trabalho masculino e feminino, entre a mão-de-obra mobilizada no interior da UP (11) (a mão-de-obra que pertence à unidade doméstica do chefe da UP) e a mão-de-obra exterior.

Advertimos o leitor que consideramos os gráficos como indicativos, podendo fornecer uma ideia sobre os processos que querem representar. Por exemplo nós não comparamos um dia de trabalho vigiando os viveiros a um dia de trabalho na preparação do solo.

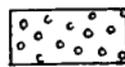
---

(10) A pesquisa de campo foi feita em seis unidades de produção, três em Mato Farroba e três em Cantone. Por razões de ordem prática apresentamos aqui somente dois a título de ilustração, sendo a UP M1 da aldeia de Mato Farroba e a UP C1 de Cantone. Não pretendemos inferir que o quadro apresentado seja generalizável a todas as UP da região, já que não temos dados para fazer essa afirmação. Podemos dizer sim que os dados colhidos nas 4 UP restantes não contradizem o material apresentado.

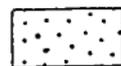
(11) UP — unidade de produção, definida a partir da existência de um silo e uma cozinha. («Solbá» em língua balanta).



Trabalho dos homens da unidade de produção



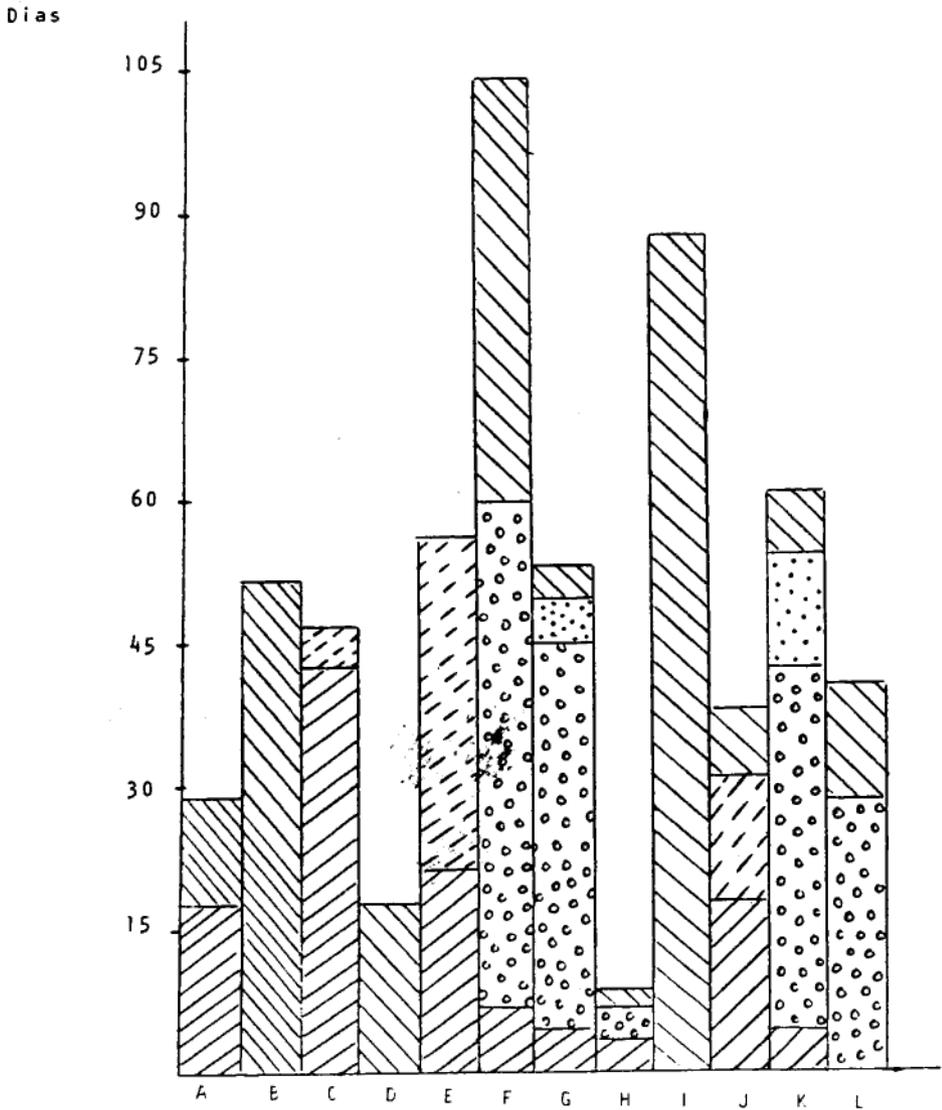
Trabalho feminino de «fora»



Trabalho infantil

- Trabalho A: conservação dos diques  
 B: vigiar os viveiros  
 C: 1.ª lavoura  
 D: amassar as ervas derrubadas  
 E: 2.ª lavoura  
 F: arranque das plantinhas do viveiro  
 G: transplante  
 H: capina  
 I: vigiar os arrozais  
 J: colheita  
 K: transporte e arrumação do arroz  
 L: debulho

Gráfico n.º 2  
Unidade de Produção CI



### *Características principais das UP*

	<b>Homens</b> (economicamente activos)	<b>Mulheres</b> (economicamente activas)	<b>Superfície arrozais</b> <b>disponíveis</b>
C1	02	06	6,5 ha
M1	01	03	3,5 ha

As diferenças importantes que podemos constatar nos gráficos se devem principalmente às características das UP: enquanto que C1 tem mais de seis hectares de arrozais disponíveis para cultivar, M1 só dispõe de 3,5 ha. C1 também dispõe de mais mão-de-obra na própria unidade doméstica. Porém terra e mão-de-obra «própria» não são os únicos factores que determinam as superfícies cultivadas. Por exemplo o agricultor M1 não cultivou toda a terra disponível (cultivou 2,9 ha). Outros factores, como o prestígio e o dinamismo do agricultor, (12) influem na sua capacidade de mobilizar mão-de-obra fora da unidade doméstica. (13)

Os gráficos também nos dão informações sobre a divisão do trabalho segundo o sexo e a idade, assim como sobre a quantidade de trabalho de «fora» utilizada e sua distribuição segundo as tarefas agrícolas.

### *III. O TRABALHO, RELAÇÃO ENTRE OS HOMENS*

#### *A. A Divisão Social do Trabalho*

Observando os gráficos apresentados podemos constatar que existe uma divisão de trabalho segundo a idade do indivíduo. Existem certas tarefas que são executadas quase que exclusivamente por crianças (quando na unidade doméstica não há crianças estas tarefas são abandonadas). Na medida que as crianças crescem elas vão desempenhando tarefas mais pesadas. No caso dos rapazes, chegando ao trabalho de lavoura entre os 12 e os 15 anos de idade. O aprendizado da lavoura e do transplante (para o rapaz e a menina respectivamente) representa, na nossa opinião, o acesso do indivíduo ao estatuto de produtor propriamente dito (pessoa «economicamente activa»). (14)

Podemos também perceber, através dos gráficos, que existe uma divisão do trabalho segundo o sexo do indivíduo. Assim, os trabalhos dos diques, a colheita, o debulho mas sobretudo o trabalho de preparação do solo são tarefas masculinas. E, se

---

(12) O prestígio é um factor de grande importância numa sociedade sem desigualdades explícitas. Confessamos não conhecer muito bem as razões que determinam o maior ou menor prestígio de um agricultor.

(13) A questão da mão-de-obra «de fora» será tratada no próximo parágrafo.

(14) Chegar a ser produtor não implica ser considerado adulto, na sociedade balanta. Chegar a ser adulto implica em outros aprendizados, longos e, por vezes, penosos.

atribuímos tanta importância ao preparo do solo, é porque ele justifica, no universo de representações balanta, o acesso à terra. Uma mulher não pode ter um arrozal porque «ela não prepara o solo».

A instalação do arroz no arrozal (arranque, transporte e transplante propriamente dito) assim como o transporte são tarefas essencialmente femininas. (15)

### Tarefas das Crianças

Vigiar (viveiros e arrozais); amassar e alinhar as ervas derrubadas pela primeira lavoura; às vezes ajudam nas capinas, no arranque das plantinhas de arroz nos viveiros, etc.

### Tarefas Masculinas:

A preparação do solo (incluindo a preparação do solo do viveiro); trabalho dos diques (construção e conservação); colheita; debulho.

### Tarefas Femininas

Instalação do arroz no arrozal (arranque das plantinhas e transplante); transporte; joeirar; capinas quando necessário.

Mas esta divisão do trabalho por sexo não é absoluta. Por exemplo ela não comporta tabús (ou não comporta tabús que proibem aos homens realizar trabalhos «femininos»). Os gráficos antes apresentados demonstram isto claramente. É frequente ver os homens participando nos trabalhos de transplante ou transporte por exemplo. Mas nós nunca vimos uma mulher trabalhando na construção e/ou conservação dos diques e, sobretudo, nunca vimos uma mulher lavrar a terra. A simples ideia de ver uma mulher trabalhar com o «kebindé» é um absurdo para o homem balanta, já que «a mulher não tem força suficiente» para este trabalho. Porém, se compararmos as possibilidades físicas de uma jovem adulta com as de um adolescente que começa a trabalhar com o «kebindé», podemos duvidar desta interpretação. Mas, será que isto nos permite falar de uma proibição?

Nossa pesquisa nos permite afirmar que não há, na sociedade balanta estudada, uma verdadeira divisão social do trabalho, que, ultrapasse o nível familiar, no que diz respeito à produção de arroz.

Cada família realiza o conjunto dos trabalhos que são necessários para cultivar os seus arrozais.

Não há uma divisão do trabalho colocando de um lado aqueles que possuem meios de trabalho e que não trabalham e do outro aqueles que não possuem meios de trabalho e que devem utilizar meios de trabalho alheios para sobreviver. A construção dos instrumentos, acessível a todos, e um sistema fundiário que garante, em princípio, o acesso à terra a todo homem adulto, são os mecanismos que garantem, por enquanto, esta situação.

Porém, cabe perguntar se isto permanecerá assim. Com efeito, certos indícios nos fazem duvidar. Por exemplo, o facto de que alguns donos de arrozais «absenteistas» os fazem cultivar por grupos de trabalho, enviando dinheiro a algum parente, que «gere» as terras do agricultor ausente. (16) Será isto um sinal precursor de outras mudanças?

#### B. *O Trabalho e a Unidade de Produção: a Mobilização de mão-de-obra*

O trabalho concreto, realizado na unidade produção, combina duas grandes categorias de mão-de-obra:

- a) a mão-de-obra da própria unidade de produção, que engloba todas as pessoas que pertencem à unidade doméstica do agricultor, chefe da unidade de produção. (17)
- b) a mão-de-obra exterior à UP, constituída por pessoas que, não sendo da unidade doméstica do agricultor, vêm trabalhar nos seus arrozais. Nesta categoria devemos ainda distinguir:
  - os trabalhadores exteriores individuais
  - os grupos de trabalho.

Tomando em conta esta subdivisão, podemos afirmar que o agricultor pode convocar, de facto, três categorias de mão-de-obra.

A leitura dos gráficos dos tempos de trabalho nos mostra que os agricultores só convocam mão-de-obra exterior para certos tipos de trabalho:

- a preparação do solo dos arrozais (1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> lavoura);
- o transplante (às vezes o arranque);
- a colheita;
- o transporte e a arrumação do arroz colhido;
- o debulho.

---

(15) Neste trabalho consideramos o arroz em casca como o produto final. Não tomamos em consideração o trabalho que é necessário ainda para que o arroz possa ser consumido (pilagem e cocão). Estas duas tarefas são ainda trabalhos desempenhados pelas mulheres.

(16) Trata-se, em geral, de pessoas que têm um emprego assalariado na cidade.

(17) A categoria de unidade doméstica («solbá» em balanta) se define a partir de uma cozinha e de um silo. O acto de constituir a sua própria cozinha, o que dá direito a um silo, é o acto que simboliza a independência do jovem em relação ao seu «ainé» (parente de tutela) e representa também o nascimento de uma UP independente. É interessante notar, a fins comparativos que este momento não se confunde com o «fanado», momento que define o acesso à categoria de homem adulto para os balantas.

A conservação dos diques (18), vigiar, capinar e em certa medida o arranque são feitas exclusivamente pela mão-de-obra da unidade doméstica.

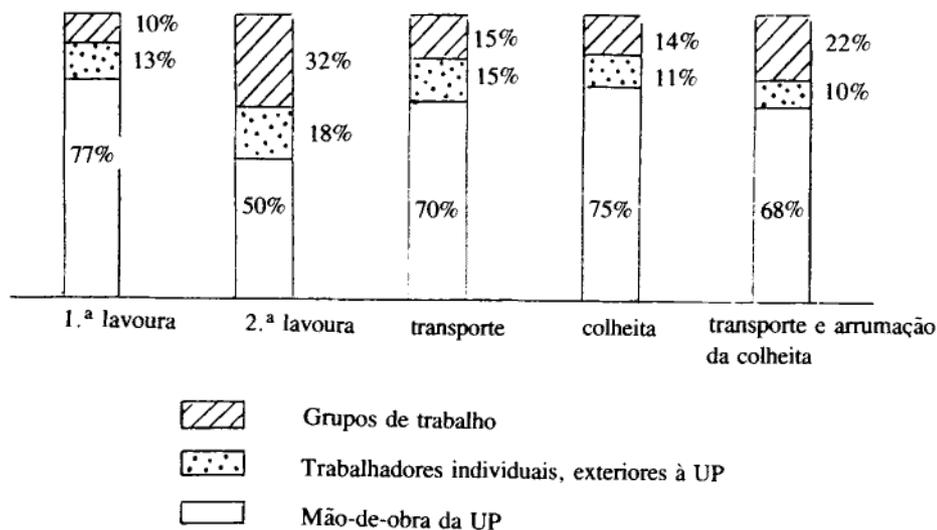
Apresentamos a continuação em gráficos elaborados a partir de dados colhidos em UP (19).

Este gráfico representa, para o conjunto de dias de trabalho dedicados ao preparo do solo, à colheita, ao transporte e arrumação da colheita, das 5 UP, as proporções dos diferentes tipos de mão-de-obra utilizada.

Distinguímos, para a mão-de-obra exterior, os trabalhadores individuais e os grupos de trabalho.

Gráfico n.º 3

Percentagem dos três tipos de mão-de-obra para os trabalhos de lavoura, transplante, colheita transporte e arrumação da colheita (para o conjunto de 5 UP).



(18) Todos os testemunhos colhidos sobre a construção dos grandes diques de cintura nos falam da convocação de grandes contingentes de trabalhadores, vindos inclusive de outras aldeias. Infelizmente, nós não possuímos dados concretos sobre este tipo de trabalho.

(19) Embora tenham sido feitas observações em 6 UP, nós estimamos que os dados de uma das UP de Cantone não apresentavam as garantias de uma confiabilidade mínima. Optámos por excluir os dados desta UP.

Estas cifras foram calculadas na base dos dias de trabalho efectivos e não a partir das superfícies trabalhadas por cada tipo de mão-de-obra. Devemos portanto, introduzir uma «nuance» na interpretação dos dados: nós temos desprezado a questão da eficiência dos diferentes tipos de trabalho, supondo que um dia/homem de trabalho de um membro da UP é igual a um dia/homem de trabalho de grupo. Um estudo ulterior deverá tratar desta questão do ponto de vista das superfícies trabalhadas por cada tipo de mão-de-obra.

Mas, mesmo se se demonstra que um dia/homem de trabalho de grupo é mais eficiente, acreditamos que o resultado final não será muito diferente do que podemos dizer hoje, a partir dos dados colhidos. Queremos insistir sobre a importância da mão-de-obra da UP. Uma hipótese nossa é que o dinamismo e a prosperidade da UP dependem fundamentalmente desta.

A análise do material colhido no campo nos deixou a impressão que é necessária a mão-de-obra própria para poder aproveitar bem a mão-de-obra exterior, sobretudo se se quer, os grupos venham nos momentos óptimos do ponto de vista do ciclo agrícola.

Até agora só falámos do que acontece nas terras da UP. É preciso lembrar que as UP que recebem dias de trabalho deverão também fornecer dias de trabalho a outras UP. Isto produz uma redistribuição da mão-de-obra em diversas escalas, desde uma redistribuição da mão-de-obra no seio de uma «moranga», até uma redistribuição entre várias aldeias, às vezes bastante distantes entre si. Assim, por exemplo, uma UP de Cantone convidou um grupo de trabalho da aldeia de Areia, que se encontrar a uns 15 k de distância de Cantone. Ainda nós não temos uma compreensão dos mecanismos de redistribuição ao nível da aldeia, muito menos ao nível regional. Apresentamos aqui uma tabela comparando, por UP, os dias de trabalho recebidos e os dias fornecidos, especificados por tipo de trabalho.

Tabela n.º 1 — Trabalho recebido e fornecido por tipo de trabalho e por UP (ano agrícola de 1982).

Tipo de Trabalho	U.P.		C1		C3		M1		M2		M3	
	A	B	A	B	A	B	A	B	A	B	A	B
Preparo do Solo	38	14	29	11	20	15	17	10	24	02		
Transplante	05	11	22	06	11	18	10	01	11	17		
Colheita	13	5,1/2	08	14	08	12	05	—	07	01		
Transporte e Arrumação	13	05	12	03	13	13,1/2	15	03	12	14		
<b>Totais</b>	<b>69</b>	<b>35,1/2</b>	<b>71</b>	<b>34</b>	<b>52</b>	<b>58,1/2</b>	<b>47</b>	<b>14</b>	<b>54</b>	<b>34</b>		

- A: trabalho *recebido* pela UP (dias de trabalho feitos nos arrozais da UP por pessoas exteriores);
- B: trabalho *fornecido* pela UP (dias de trabalho dos membros da UP realizados nos arrozais de outras UP).

É provavelmente arriscado somar assim os dias recebidos e os dias fornecidos para os diferentes tipos de trabalhos, mas constatamos nesta soma que somente uma das 5 UP levadas em conta forneceu um pouco mais de trabalho do que recebeu. Todas as outras, ao contrário, receberam muito mais do que forneceram. Mesmo se devemos introduzir «nuances» por tipo de trabalho, segundo seja uma tarefa masculina ou feminina, etc., temos de admitir que não é possível que todas as UP sejam «deficitárias». Devem existir compensações, mas, qual o nível: «bairro», aldeia, região? Temos aqui outra pista para pesquisas futuras.

Um elemento importante para a compreensão deste problema poderia ser o facto de que a troca de dias de trabalho muito raramente incluem os homens adultos, chefe de UP. São os jovens que vão trabalhar no exterior, e são geralmente jovens que vêm trabalhar nas terras da UP. Daí é provável que uma UP onde tenha mais de um jovem forneça mais trabalho do que receba...

### C. O Acesso à Mão-de-Obra

Enquanto que, nas sociedades capitalistas ocidentais, o acesso à mão-de-obra é realizado quase exclusivamente pelo mecanismo do assalariamento, as unidades de produção (UP) de Mato Farroba e Cantone têm acesso à mão-de-obra graças a três mecanismos diferentes. É justamente a existência destes três mecanismos diferentes de acesso à mão-de-obra que justifica a distinção que fizemos entre os diferentes tipos de mão-de-obra.

Pertencer à unidade doméstica implica em trabalhar nas terras da UP. O chefe da UP trabalha nas suas terras evidentemente, mas também os jovens, mulheres e até as crianças têm a obrigação de trabalhar.

Assim, por exemplo, um jovem pode ter uma parcela, dada pelo pai como primeiro elemento do seu futuro arrozal. O jovem cultiva esta parcela para si. Mas o trabalho nas terras da UP será sempre prioritário, podendo trabalhar na parcela própria nos tempos «livres».

Também podemos exemplificar a obrigação da mulher trabalhar nas terras da UP: é costume a mulher visitar o pai dela no momento do debulho, ajudando neste trabalho. Neste caso ela recebe uma quantia de arroz para o seu usufruto pessoal. Mas a mulher só fará esta visita se a sua ausência não atrapalhar o andamento do trabalho na UP do marido.

Vemos então que a UP passa sempre à frente dos interesses individuais dos membros da unidade doméstica.

A UP pode se beneficiar do trabalho de pessoas estranhas à unidade doméstica. Um primeiro mecanismo que organiza o acesso a este tipo de mão-de-obra é a reciprocidade.

Com efeito, é comum verificar que pessoas amigas ou parentes vêm «ajudar» o agricultor na preparação do solo, na colheita. Fica subentendido que o agricultor irá «ajudar» o seu amigo quando seja necessário. Porém, a «compensação» aqui referida não é estrita. Não há uma contabilidade de dias trabalhados. Trata-se de uma forma de *reciprocidade complementar*.

Existe ainda o mecanismo dos grupos de trabalho.

#### D. Os Grupos de Trabalho

Nossa pesquisa de campo mostrou que os grupos de trabalho representam uma parte significativa da mão-de-obra. Tentaremos descrever os diferentes tipos de grupos de trabalho que podem existir numa aldeia e o seu modo de funcionamento.

Podemos distinguir diversos tipos de grupos de trabalho:

- a) Os grupos (masculinos) de jovens que se podem organizar segundo critérios de «classes de idade» (20) ou critérios de aliança entre famílias estendidas.

Cinco classes de idade são convocadas, aquelas que precedem o fanado: — N'cuman, N'ghaê, Nghês, Thom, Bidog'n. (21)

O grupo dos N'cuman organiza-se exclusivamente segundo o critério de classe de idade. Os grupos N'ghaê, Nghês, Thom e Bidog'n podem se estruturar segundo o critério da classe de idade (constituindo assim o grupo de todos os N'ghaê da aldeia, por exemplo), ou segundo o critério de aliança entre famílias estendidas: juntam-se então, para formar um grupo de trabalho, os N'ghaê, os Nghês e Thom de várias «moranças». (22)

É importante notar que não é ao acaso que as moranças se juntam para formar um grupo de trabalho.

---

(20) A sociedade balanta se encontra organizada em grupos de jovens de uma mesma faixa etária, que denominamos classes de idade. Estes grupos funcionam com uma lógica própria, tendo funções pedagógicas: cada classe de idade se encontra sob a tutela de classe de idade imediatamente superior e é esta a encarregada de velar pela aprendizagem dos menores. A passagem de uma classe de idade para outra é sempre marcada por ritos, o mais importante dos quais sendo, o «fanado» (rito de circuncisão) que marca a passagem do homem para a fase «adulta» da vida. Cada fase tem o seu nome específico. As mulheres também estão organizadas em classes de idade, o rito de casamento sendo a marca de adulez.

(21) A participação dos Bidog'n, em geral homens adultos, não é sistemática apesar de muito procurada pelo «empregadores».

(22) «Morança» palavra do crioulo da Guiné que designa o grupo de casas habitadas por famílias ligadas por laços de parentesco.

- b) os grupos de mulheres casadas que se organizam segundo critérios de aliança entre «moranças»;
- c) Os grupos de meninas que formam um grupo único por aldeia.

Não é difícil entender o tipo de recrutamento dos grupos de classes de idade: a simples pertença à classe de idade faz com que o indivíduo seja «recrutável».

É mais difícil, para nós, definir a aliança entre «moranças» acima mencionada. Pensamos que as «moranças» que se juntam para formar um grupo de trabalho têm certas afinidades, sendo que a união não é feita ao acaso. A hipótese mais atractiva é que a vizinhança, que definiria «bairros» na aldeia, é a afinidade maior. É também provável que existam laços de parentesco mesmo longíquo que reforçam (ou dominam) estes laços de vizinhança. Infelizmente o estado da nossa pesquisa não nos permite ir além destas hipóteses de trabalho.

Um agricultor, chefe de UP, que deseja obter os serviços de um grupo entra em contacto com um de seus membros que será o delegado encarregado das relações entre o agricultor e o grupo. A escolha dos delegados pode ser feita por diferentes razões. Por exemplo, pode ser que o delegado tenha contraído uma «dívida» com o agricultor. (23) Pode ser também que o delegado tenha uma ligação especial com o agricultor (relação de parentesco, amizade, etc.).

É interessante observar que certos agricultores, que gozam de mais prestígio na aldeia, e que têm um melhor contacto com os jovens, têm mais facilidade para obter a ajuda de um grupo de trabalho. O prestígio entre os jovens é geralmente função da generosidade do agricultor, da sua forma de receber. Mas esta generosidade, que depende dos seus meios, faz dele um homem de prestígio também entre os seus iguais. (24)

As decisões do grupo são colectivas. Se um dos membros entra em conflito com o grupo, ele é rejeitado. Mas isto não acontece com frequência; em geral o membro do grupo julgado em falta deve pagar uma multa (geralmente em aguardente de cana) proporcional à gravidade da falta. Caso o conflito não tenha solução interna, é a classe de idade imediatamente superior que se reúne para encontrar a solução.

Qualquer que seja o trabalho do grupo, ele é sempre remunerado. (25)

Os grupos de classes de idade podem ser chamados para irem trabalhar em outras aldeias da região. Estas «viagens» reúnem os grupos de trabalho maiores, sendo muito apreciados pelos jovens já que é certeza ser bem recebidos, com muita bebida e

---

(23) Esta «dívida» poder ser contraída em nome do grupo. É prática frequente o grupo receber o «pagamento» de trabalho por adiantado, na época seca anterior. Neste caso trata-se, geralmente, de um porco que será sacrificado numa das festas organizadas pelo grupo.

(24) O prestígio parece ser o principal critério de diferenciação social no seio de uma sociedade não estratificada de forma explícita. A noção de «riqueza» medida em arroz, mas também a importância do rebanho bovino, assim como a ordem de chegada da família na aldeia são factores que participam na definição deste prestígio.

comida e noites de muita festa e alegria. Um convite feito a um grupo de outra aldeia tem sempre um custo maior para o agricultor.

A maior parte destas remunerações são usadas nas festas colectivas. As meninas podem, em certos casos, ficar com uma parte do dinheiro ganho para as despesas pessoais.

Devemos confessar ao leitor que restam uma série de pontos obscuros. Já mencionámos a hipótese sobre as alianças entre «moranças» que deve ser testada no campo. Tão-pouco sabemos bem como e porque o agricultor decide de contactar um ou outro grupo. Observamos, por exemplo que os grupos de aliança entre «morança» não trabalham exclusivamente para os agricultores das «moranças» em questão, longe disso.

Vimos no parágrafo sobre os tempos de trabalho que nas 5 UP estudadas elas recebiam e forneciam trabalho. Isto se realiza sobretudo através dos grupos de trabalho. Emitimos a hipótese de que nem todas as UP podiam receber mais trabalho do que forneciam (como era o caso das UP pesquisadas) e que deve existir uma compensação que se realiza ao nível da aldeia ou da região. Este mecanismo amplo se apresenta então como uma troca generalizada de dias de trabalho, organizada pelo sistema de grupos de trabalho. É muito cedo ainda para podermos explicar a lógica profunda destes mecanismos. Mas podemos apontar ao facto da ligação dos grupos de trabalho com os grupos de idade, sendo estes últimos verdadeiros instrumentos da educação das crianças e jovens. Aparece assim novamente a ligação íntima da esfera da produção material com as outras esferas da reprodução social.

(25) Damos aqui, a título de exemplo, alguns preços praticados em Mato Farroba e Cantone na época dos trabalhos agrícolas de 1982. (Na época, o salário mínimo mensal era de, aproximadamente, 3000 pesos).

<b>Grupo</b>	<b>Tipo de Trabalho</b>	<b>Remuneração para um grupo da mesma aldeia</b>
Masculino	Preparação do solo	Refeição com aguardente + 1000 pesos/dia + um porco
	Colheita	1 balaio (com 30 kg) de arroz ou 500 pesos/dia.
	Conserto do dique	5 l de aguardente ou equivalente em vinho (de cajú, de mel, etc.)
	Cortar o manguê	Vinho
Feminino	Transplante	1000 pesos + um porco ou um balaio de arroz.
	Transporte do arroz	600 a 1500 pesos.
	Ajuda no Debulho	1 balaio de arroz.
De meninas	Transplante	500 pesos
	Transporte de arroz	1 balaio de arroz
	Ajuda no Debulho	1 balaio de arroz
	Cortar Lenha	100 pesos
	Transporte de Tijolos	150 a 300 pesos
	Transporte de Palha	150 a 200 pesos

## CONCLUSÃO

O objectivo deste trabalho era caracterizar as relações de trabalho na produção agrícola entre os Balantas da região de Tombali.

— A análise dos sistema agrícola e, particularmente, dos tempos de trabalho nos forneceu os elementos para esta caracterização.

Constatamos que existe uma divisão do trabalho segundo os sexos e a idade dos indivíduos. Por outro lado não constatamos especializações entre as famílias e, sobretudo, não encontramos famílias que recebessem uma parte da colheita sem trabalhar.

— O trabalho concreto, realizado em cada unidade de produção combina duas grandes categorias de mão-de-obra: a mão-de-obra da própria unidade de produção («solbá» em balanta) e a mão-de-obra exterior. Nesta última categoria devemos distinguir ainda os trabalhadores exteriores individuais e os grupos de trabalho.

Globalmente, é mais importante a mão-de-obra da «solbá», que a mão-de-obra exterior.

— Existem três mecanismos que garantem às unidades de produção o acesso à mão-de-obra. Os membros da «solbá», ligados ao chefe da unidade de produção por laços de parentesco, constituem a parte mais significativa daquela.

No caso dos trabalhadores exteriores individuais rege um princípio de «compensação» não estrito que poderíamos considerar como uma troca simples de dias de trabalho. Em realidade trata-se de uma forma de redistribuição generalizada.

No caso dos grupos de trabalho, existe um verdadeiro «contrato», entre o camponês e o grupo e isto implica um custo (em dinheiro e/ou produtos). A reflexão sobre este caso nos leva a propor a ideia de *redistribuição* de dias de trabalho, onde as compensações se dão ao nível da aldeia ou mesmo da região.

Constatamos que a relação de assalariamento não existe entre os Balantas de Mato Farroba e Cantone. Isto, porém, não quer dizer que não existe uma certa monetarização nas relações de trabalho (o caso dos grupos de trabalho).

Achamos que a possibilidade de um indivíduo cultivar parcelas estando ausente, por meio de dinheiro e um parente «gestionário» pode representar um sinal precursor de mudanças maiores num futuro próximo.

# A INDUSTRIALIZAÇÃO É POSSÍVEL NA GUINÉ-BISSAU

por Juan Avena (\*)

*O trabalho apresentado é uma contribuição à análise, dos impactos sociais e económicos da industrialização no mundo e da sua «paisabilidade» na Guiné-Bissau.*

## INTRODUÇÃO

*A questão da industrialização do Terceiro Mundo é objecto de muitos debates e controvérsias. Uns citam os fracassos, outros os sucessos, sem chegar a acordo sobre os efeitos e consequências da industrialização. Nefasta para alguns, ela representa exploração, poluição, gastos dos recursos naturais, urbanização selvagem, proletarianização do campesinato, dependência crescente das importações, desestabilização da sociedade tradicional. Devemos no entanto assinalar que este tipo de debate se situa, em geral, nos países ricos, e ricos porque são industrializados.*

*Os países do Terceiro Mundo, por seu lado, fizeram a seguinte análise: nós fornecemos aos países industrializados as nossas matérias primas, os nossos produtos agrícolas, a nossa mão-de-obra barata e continuamos pobres. Logo, se queremos enriquecer-nos, devemos, também nós, industrializar-nos. O que pode parecer evi-*

---

(\*) Juan Avena é Eng.º Industrial, actualmente assistente técnico junto do COOPAC, Cooperativa de Transporte, ligada à Secretaria de Estado dos Antigos Combatentes.

*dente ao espírito, o é menos na realidade. A industrialização foi, e é, um processo complexo, que necessita um contexto humano financeiro, comercial e cultural favorável, bem como um conhecimento que é fruto duma longa experiência. Que fazer então? Renunciar ao desenvolvimento, como o aconselham os pessimistas? Aceitar, de uma vez por todas, que a industrialização ainda não é acessível aos países mais pobres? Esta hipótese não é com certeza aceite. Então, para encontrar soluções, fazemos apelo aos países industrializados, pedindo conselho e ajuda. É nesse momento que começamos a fazer face às primeiras dúvidas e que nos arriscamos a cometer os primeiros erros.*

*Como escolher?*

Quer se trate dum sistema liberal ou dum sistema dirigista de Estado, os problemas da industrialização são encarados diferentemente, mas os perigos de erros não são menores. Os interesses privados não coincidem necessariamente com o interesse geral e o Estado não faz obrigatoriamente as melhores escolhas para o seu país.

Nos países do Terceiro Mundo, raros são os financeiros privados que investem a longo termo. Hoje menos que nunca. A instabilidade política e a fragilidade das estruturas do Estado, não são muito propícias a investimentos amortizáveis por períodos bastante longos. Os benefícios devem aumentar em função dos riscos. É assim que, apesar dos salários irrisórios de alguns países pobres, os produtos industrializados são, em geral, muito mais caros que nos países de salários altos, como os Estados Unidos ou a Europa. Estes produtos não são, portanto, exportáveis e, para poderem ser vendidos nos seus locais de produção, devem ser protegidos por barreiras aduaneiras. Deste sistema resultam numerosas aberrações económicas e sociais, que não podemos nem negligenciar nem ignorar.

Quando, para industrializar o país, o Estado se faz substituir por empresários privados, o longo termo pode ser encarado, e os investimentos são, em geral, justificados por razões de interesse nacional. A realidade é muitas vezes decepcionante para o Estado. As obrigações da industrialização não são muito compatíveis com a burocracia estatal. A rentabilidade das empresas estatais é, em geral, directamente proporcional ao seu grau de autonomia, na medida em que uma boa escolha económica foi feita à partida. Infelizmente não é sempre o caso. Nos países não industriais do Terceira Mundo devemos acrescentar aos erros possíveis de escolha e ao dirigismo estatal, a falta de experiência e de formação a todos os níveis. Há, igualmente, outros factores que não podem ser negligenciados. Estudá-lo-emos adiante, fazendo uma pequena retrospectiva da história do desenvolvimento industrial no mundo. Veremos que não foi simples.

## **QUANDO COMEÇOU A INDUSTRIALIZAÇÃO?**

Podemos afirmar que a industrialização começou desde que houve homens que se especializaram na fabricação de objectos utilitários com vista ao melhoramento da sua qualidade de vida, à sua segurança, à sua eficácia na agricultura e guerra assim como favorecer as suas necessidades de prestígio e poder.

Já no neolítico, deviam existir homens especializados no fabrico de utensílios e armas em pedra e madeira. Com a invenção da agricultura, por volta dos 8.000 a 10.000 anos A.C., e o nascimento do urbanismo 8.500 anos A.C., a fabricação de utensílios tornava-se indispensável.

Pierre Ducassé diz, na sua «História das técnicas»: «todo o ser humano traz consigo, de uma forma ou de outra, a lei interna da sua actividade. O instinto que move as abelhas, os castores, os passáros, a actos tão precisos como o é fabricação de células hexagonais, a construção regular de um dique, a edificação de um ninho, é, sem dúvida, muitas vezes misterioso para a nossa inteligência. Mas o que este instinto realiza, é, em contrapartida, bastante claro: o animal repetindo uma linha de actos bem definidos, suficientemente coordenados, atinge, para ele e para a sua espécie, uma *transformação* geralmente oportuna das coisas exteriores, uma elaboração eficaz dos materiais que a natureza lhe oferece. Esta sequência de operações definidas, de actos coordenados que alcançam uma transformação desejável das coisas que nos rodeiam, quer dizer do «meio» inicial, representa o que os homens chamam de *procedimentos* técnicos, ou mais simplesmente de *técnicas*.»

Durante milénios as técnicas evoluíram mais nos detalhes que no seu conjunto. O que trouxe mais progresso, certamente, na antiguidade, foi a utilização dos metais para a fabricação de utensílios. Por volta do terceiro milénio A.C., foram utilizados metais no seu estado nativo: cobre, ouro, prata, mas também certamente, o ferro dos meteoritos, que é maleável, fácil portanto de trabalhar. Mas já na Suméria certos artesãos moldavam na areia folhas de cobre para fabricar utensílios. Certos minérios de cobre, contendo estanho, permitem um progresso importante da metalurgia, fabricando, mais ou menos na mesma época, o bronze. O Egipto (por volta de 2.100 A.C.) utilizou-o correntemente. Mas o progresso mais importante foi, sem dúvida, a invenção da metalurgia do ferro.

Na sua «História da Metalurgia», Bertrand Gille diz-nos: «a origem da metalurgia do ferro deve situar-se entre 1.700 e 1.500 A.C., provavelmente nas regiões vizinhas ao Cáucaso, entre os Calibdas, de um lado, e os Hititas, doutro. É provável que *o segredo tenha sido cuidadosamente guardado por motivos de ordem militar*.»

Assim, já na antiguidade, o conhecimento técnico era *ciosamente guardado*. Seria ingénuo pensar que na nossa época a indústria moderna espalha os seus segredos de fabricação e as suas descobertas para que sejam exploradas por outros. Quando um país industrial vende a sua tecnologia é porque ela está ultrapassada.

## OS FENÍCIOS INVENTARAM AS MULTINACIONAIS?

Paul Bairoch diz, no seu livro «De Jericó a México», falando das cidades-estado fenícias: «trata-se de cidades-estado das quais o substrato económico não é somente a região vizinha, mas sobretudo a sua actividade comercial, cidades costeiras que se desenvolvem graças ao comércio internacional no qual elas jogem, de certa forma, o papel de intermediárias, mas intermediárias activas. Entre as cidades fenícias e as de Itália da Idade Média e mesmo as dos Países Baixos e da Hansa, houve um paralelismo estreito. E como no caso das cidades europeias, *é preciso não negligenciar a*

*contribuição económica das cidades comerciais que, geralmente, trazem um desenvolvimento industrial local mais destinado, também ele, ao mercado internacional. O vidro está ligado à civilização fenícia tal como à veneziana».*

Aí entramos numa nova etapa da industrialização moderna, a produção de bens de consumo para exportação. Trocam-se os géneros manufacturados, caros, contra as matérias primas e os géneros alimentícios baratos, pois que abundantes e fáceis de extrair ou produzir, se não nos poupamos a esforços. Para melhor desenvolver o seu comércio, os Fenícios criam capitánias que por vezes tornam-se verdadeiras cidades: Cartago é o exemplo mais notório. Falando deste «rosário de colónias», Bairoch diz ainda: «necessidade de colónias também com o fim de garantir um aprovisionamento regular de indústrias locais em matérias primas». Mais adiante, ele acrescenta que se bem que os Fenícios não tenham inventado o vidro, melhoraram a técnica e «tiveram, no domínio da produção, um papel primordial». Eles teriam igualmente produzido e exportado corantes, textéis de luxo e joalheria, «quer dizer, artigos com grande valor acrescentado e a preços elevados que justificam o seu transporte a longa distância».

Vemos assim um novo factor justificando a industrialização e a exportação: um grande valor acrescentado e preços elevados. Falamos de um conceito aplicado pelos Fenícios 3.000 anos A.C. e que é ainda hoje a base do comércio internacional.

## *OS GREGOS E ROMANOS ERAM PARASITAS?*

Desde 700 anos A.C. os Gregos conheciam a escrita e tinham generalizado a utilização da moeda. Eles foram também, no seu apogeu, o povo mais urbanizado da antiguidade. As cidades com mais de 5.000 habitantes agrupavam 15 a 20% da população na época clássica. Será preciso esperar pelo fim do século XIX para atingir a mesma percentagem da população urbana na Europa.

Como os Fenícios, os Gregos das cidades abasteciam-se em cereais importados, para alimentação. Estima-se entre 20 e 40% as necessidades em cereais para os cidadãos, sendo a importação local ou proveniente das colónias. Ainda que a cidade fornecesse aos camponeses artigos para o seu uso em troca dos seus produtos, uma parte dos seus dividendos vinha das taxas ou licenças pagas pelos mesmos camponeses, é o excedente agrícola produzido pelos camponeses e pelos escravos que alimentará as cidades.

As indústrias gregas deviam muito à herança técnica transmitida pelo Egipto e Mesopotamia. A sua contribuição foi sobretudo de ordem teórica. O pensamento matemático, introduzido pelos gregos, permite sistematizar as noções empíricas e transformá-las em ciências exactas. As invenções gregas estão na origem da «Técnica Geral das Técnicas» diz Pierre Ducassé, que acrescenta no entanto: «De uma maneira geral, as invenções técnicas dos antigos, à excepção, talvez, da azenha e dos instrumentos cirúrgicos, serviram mais à observação ou à curiosidade, à arte ou à guerra, que à transformação sistemática do trabalho humano».

A Grécia dispunha de todos os elementos indispensáveis para fazer uma primeira revolução industrial: investigação científica, inventividade tecnológica, mercados coloniais e mão-de-obra barata, elementos indispensáveis mas não decisivos pois que as

elites dirigentes das cidades-estado gregas não tinham em mente alterar o seu sistema social e político. A mão-de-obra escrava e o imperialismo económico e militar forneciam o excedente que permitiam ao cidadão viver numa relativa abundância sem produzir, por eles mesmos, riquezas. Os gregos não eram somente os inventores da filosofia, das matemáticas, da hidráulica ou da pneumática, do parafuso e da porca de união ou do parafuso-sem-fim de transmissão — assim como muitas outras descobertas que são ainda hoje os elementos essenciais da mecânica moderna —, mas eles eram também os pioneiros das cidades parasitas que abundam hoje em muitos países do Terceiro Mundo, cidades que vivem somente dos excedentes produzidos pelos camponeses do seu próprio país e da ajuda internacional.

Os Romanos, como veremos, não fizeram melhor, Roma tinha, talvez, ultrapassado, no seu apogeu (no século II D.C.), o milhão de habitantes, ou seja o equivalente de Londres aquando da revolução industrial nos alvares do século XIX. Roma, centro de um império de 50 milhões de habitantes, é um exemplo de parasitismo. A quase totalidade dos seus dividendos e das suas importações provinham das suas colónias, sem no entanto fornecer o que quer que fosse em troca. A influência positiva de Roma, nas províncias colonizadas, ao nível da tecnologia é puramente fortuita e involuntária. A corrente comercial ia num só sentido: para Roma. A indústria romana trouxe poucas descobertas susceptíveis de melhorar a produtividade, economizando o esforço humano. O escravo era o motor e a máquina da produção romana. É assim que, apesar de certos progressos introduzidos nas técnicas agrícolas e nos transportes, Roma, não tendo, mais do que os gregos, utilizado o seu génio para desenvolver a indústria do seu tempo, se encontrou, com a desintegração do império, incapaz de se alimentar e manter a sua posição, 700 anos D.C., a cidade não contava mais de alguns 50.000 habitantes.

Foi preciso esperar o século XI para que a primeira revolução industrial iniciasse o seu desenvolvimento na Europa.

## *A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL DA IDADE MÉDIA É UM EXEMPLO PARA O TERCEIRO MUNDO?*

Jean Gimpel, autor do livro «A Revolução Industrial da Idade Média» diz: «do século XI ao XIII, a Europa Ocidental conheceu um período de intensa actividade tecnológica e é uma das épocas, da história dos homens, mais fecundas em invenções». Mais adiante ele acrescenta: «O consumo de energia aumenta consideravelmente. Graças a inovações técnicas, o rendimento melhora e novas fontes de energia são descobertas. Inúmeras tarefas executadas à mão foram confiadas às máquinas. As ceifas, multiplicadas graças às mutações no ciclo das lavras e das sementeiras, foram suficientes para alimentar uma população em pleno crescimento. O regime alimentar torna-se mais variado. Para todo o mundo o nível de vida aumenta. No entanto, a expansão da indústria levanta já um problema que nos é familiar: a poluição dos rios, da atmosfera, de uma maneira mais geral, a destruição do ambiente. A pesquisa de matérias primas novas foi intensificada e os menores foram tratados como trabalhadores privilegiados».

Encontramos nesta descrição as motivações, os receios, as esperanças e os objetivos de grande número de países do Terceiro Mundo que procuram a todo o preço a industrialização. Raros são, na nossa época, os homens políticos que não ambicionam desenvolver a indústria nacional. Mais raros são, em particular nos países mais pobres e carentes, os que sabem analisar quais são todas as implicações e complexidades do sistema industrial moderno. O que pode parecer simples e evidente, na descrição que acabamos de dar, dos primeiros passos para a industrialização, comporta, um segundo plano de estruturas políticas, financeiras, técnicas, humanas e sobretudo comerciais favoráveis, que existiam já em certas regiões da Europa, que não encontramos, ou muito pouco, na maior parte dos países menos avançados. Não esqueçamos que mesmo nos países mais desenvolvidos existem ainda regiões extremamente pobres e atrasadas. Hoje, tal como no século XI, devemos ter em conta numerosos factores, pouco estáveis, para assegurar o sucesso de uma política industrial. A este propósito, Gimpel diz: «São os proprietários de latifúndios, os burgueses e os financeiros que se aproveitaram mais da expansão industrial. O crescimento do capitalismo fez nascer melhores métodos de contabilidade. Os bancos permitiram um manejo mais descontraído dos capitais. As grandes fortunas puderam influenciar o poder dos governantes. Sanções económicas foram empregues com sucesso, a fins políticos. Esta época é caracterizada por uma atitude de espírito racionalista e uma fé sólida na noção do progresso»... «As condições gerais da economia favoreceram a livre iniciativa e suscitaram a aparição dum novo tipo de homem: o *self made man*. Criaram-se companhias capitalistas. As acções eram negociáveis. Os promotores não recuaram diante de método algum para abafar a concorrência. Eles organizam a divisão do trabalho para aumentar a produtividade e criam voluntariamente um proletariado explorável. A réplica dos trabalhadores tomou formas diversas que conhecemos bem: reivindicações, absentismo, greves...». Aí, vemos o reverso da medalha. Quantos homens políticos, de hoje, e salvo os novos teóricos do «liberalismo», ousariam confessar o preço que é preciso pagar, em particular no início da industrialização, para atingir a competitividade, a produtividade e a rentabilidade das fábricas? O custo social da industrialização raramente entra no balanço dos êxitos neste domínio. Alguns dirão que são os efeitos nefastos do capitalismo. As obrigações que comporta a industrialização, não são nem de direita, nem de esquerda: é preciso produzir mais, melhor e menos caro. As indústrias que não respeitem as leis do mercado estão destinadas a desaparecer ou a viver de subsídios do Estado, em detrimento dos contribuintes. A industrialização dos países socialistas não foi menos dura ou dolorosa para o proletariado que a dos países capitalistas. Só que na última fase da industrialização moderna o factor social é considerado como um elemento económico essencial e digno de respeito. Citemos o que Lewis Mumfort escreveu em 1934 a este respeito: «O novo passo para a racionalização autêntica da indústria é de alargar os interesses e de fazer crescer os estimulantes sociais à produção».

E esta etapa que os países tecnologicamente mais avançados queriam atingir. Conseguem-no, no entanto, mal, pois o desequilíbrio mundial da produtividade, dos recursos, do nível de vida, de distribuição das riquezas produzidas ou naturais é tal que nenhum país está em condições de propor soluções universais aplicáveis em todas as partes do globo. Enquanto houver países muito ricos e outros muito pobres, países

muito avançados e outros muito atrasados, nenhum poderá atingir, só, o equilíbrio económico que permitiria humanizar os objectivos e os meios da produção industrial.

A revolução industrial da Idade Média, após um período próspero que durou até ao século XIII, culminará num impasse. As perseguições religiosas, as fomes, a guerra, a peste conjugam-se para «o declínio de uma grande época». No balanço técnico do período de prosperidade, Gimpel cita os seguintes comentários de R.A. Buchanan:

«Para que uma invenção se torne um sucesso comercial, são indispensáveis três condições, sendo todas as três *parte ou todo, função do contexto social*

A primeira condição é a existência, no seio da sociedade, de grupos prontos a encarar seriamente, e com receptividade, as inovações.

A segunda condição é que a inovação tecnológica responda a todas as necessidades sociais.

A terceira condição, os recursos sociais, não é menos indispensável. Numerosas invenções não puderam ser realizadas por *falta de capitais, material ou de pessoal qualificado*».

Devíamos também acrescentar a protecção e as subvenções directas ou indirectas do Estado, como condição para o sucesso.

Para reunir estas condições, a Europa teve que esperar pelo século XIII, para poder começar a sua segunda revolução industrial, a que teve seu início em Inglaterra em 1780.

## *A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL DO SÉCULO XIII PODE SER ALCANÇADA PELO TERCEIRO MUNDO?*

No prólogo do seu livro, «A revolução industrial 1780 a 1880» Jean Pierre Rioux diz:

«A partir do último terço do século XIII, um certo número de países conheceu a mais profunda mutação que jamais afectou os homens depois do neolítico: a revolução industrial. Pela primeira vez na história, o poder humano de produção liberta-se; as economias podem, doravante, fornecer, multiplicando-os sem cessar até os nossos dias, bens e serviços postos à disposição dos homens, sempre mais numerosos. Passamos, por vezes brutalmente, e mais frequentemente por transições lentas e dificilmente apercebidas, do velho mundo rural ao das cidades «tentaculares», do trabalho manual à máquina, da oficina ou manufatura à fábrica. Camponeses exilam-se para os novos centros industriais, o artesão inquieta-se ou desaparece, surgem profissionais, promotores, engenheiros, técnicos; uma elite burguesa suplanta os notáveis, tradicionais, da terra, um proletariado nasce e combate. Pouco a pouco, todos os domínios da vida são atingidos e transformados: o trabalho quotidiano, mentalidades, culturas».

Não nos alargaremos sobre este período da industrialização, que é o mais conhecido. Assinalaremos, no entanto, o que ele influenciou no que chamamos hoje de Terceiro Mundo, ontem de colónias.

A expansão industrial atinge rápido a saturação nos limites das fronteiras nacionais, as necessidades em matérias primas aumentam, as classes médias crescem em número e tornam-se mais refinadas quanto aos seus hábitos alimentares e consumo de bens usuais. A fase de expansão colonial não tem outras justificações. Ela era resultado da lógica em si mesma da industrialização. Se as razões do Estado são sempre morais, as razões da expansão industrial não o são nunca. O poder político apoia-se no poder militar, o qual se alimenta de armas cada vez mais potentes e sofisticadas que lhe são propostas pela indústria. A Europa de então não é uma unidade. A concorrência entre nações, pela conquista de novos mercados e obtenção de novas fontes de matérias primas, é desapietada. Numerosas guerras eclodem entre países industrializados, guerras cuja eficácia e violência são directamente proporcionais à evolução da tecnologia ao serviço do armamento. A segunda guerra «mundial», que concerne sobretudo os países desenvolvidos, mostra a importância estratégica da indústria. Se não houvesse nenhum outro motivo para prosseguir e melhorar, dia a dia, a qualidade e eficácia da produção industrial, a da defesa nacional seria suficientemente importante para justificar todos os esforços nesse sentido?

Nesta corrida aos armamentos, os países do Terceiro Mundo têm também uma importância estratégica, seja como fornecedores de matérias primas, seja como possíveis bases militares. A sua industrialização não é nem prioritária nem mesmo desejável pelas grandes potências a menos que, evidentemente, ele possa ser controlado pelas suas multinacionais.

Christopher Tugendhat, no seu livro «Estas multinacionais que nos governam», diz: «Um governo pode impedir que um novo investimento se faça no seu país, mas ele não pode obrigar uma sociedade internacional a instalar-se aí ou a desenvolver-se. A sociedade, em contrapartida, pode escolher o país que oferece as melhores perspectivas industriais, económicas, comerciais e políticas para a implantação de fábricas e outras».

Toda a gente conhece a eficácia extrema destas sociedades. Por ou contra, todos os países industrializados são ou seus clientes ou seus fornecedores. A sua eficiência económica e a qualidade da sua organização industrial e comercial são difíceis de vencer. Os seus meios financeiros são à escala das suas actividades. No entanto, a sua intervenção nos países do Terceiro Mundo não traz quase nenhum progresso social. As multinacionais não são organizações filantrópicas. A sua finalidade é de conseguir a maior quantidade possível de dinheiro para os accionários, com o fito de ganhar a sua confiança e ampliar o seu poder económico.

O estabelecimento de multinacionais num país do Terceiro Mundo não significa, em absoluto, que este país está em vias de industrialização. À volta de uma multinacional podem, é certo, criar-se sociedades de serviços ou agenciamento, mas o governo não tem nenhum poder para orientar a sua política industrial.

Logo a primeira precaução de um país do Terceiro Mundo que deseja industrializar-se é a de evitar controlar ou concorrer nos domínios industriais pertencentes às multinacionais. *Realisme oblige.*

## *SERÁ NECESSÁRIO, PORTANTO, RENUNCIAR À INDUSTRIALIZAÇÃO?*

A criação de indústrias pode ter dois objectivos: satisfazer as necessidades do mercado nacional ou orientar-se para a exportação.

Há 30 ou 40 anos, não era concebível criar uma indústria sem um mercado nacional importante. A conquista do mercado nacional era a primeira etapa com vista ao mercado internacional.

Por volta dos anos 60, dizia-se que para criar uma indústria nacional era necessário um país com mais de 40.000 km<sup>2</sup>, mais de 4 milhões de habitantes e com um rendimento não inferior a \$1.000 P.C.. Poucos países do Terceiro Mundo reuniam todas estas condições. E numerosos são aqueles que estão longe de o conseguir. No entanto, veremos que existem, felizmente, excepções.

Singapura, com os seus 616,3 km<sup>2</sup> e 2.360.000 habitantes chineses, malaios e indianos, demonstrou a falsidade de todas estas informações. Sem tradição industrial estabelecida, sem um mercado interno importante, sem recursos naturais mas com uma vontade política digna de nota, industrializa-se e torna-se exportadora de produtos manufacturados. A indústria emprega quase 37% da população ou seja, quase tanto como a Suécia.

Se bem que não seja senão um exemplo, queríamos demonstrar que para encarar a industrialização, é preciso antes de tudo a vontade política de vencer, sejam quais forem as dificuldades.

## *A INDUSTRIALIZAÇÃO É POSSÍVEL NA GUINÉ-BISSAU?*

Retomando o título do nosso artigo, entramos no cerne da questão: a industrialização é possível na Guiné-Bissau?

A nossa resposta é afirmativa: todos os países podem industrializar-se, em certo grau, na medida em que respeitem as obrigações que isto comporta: obrigações internas e externas.

A maior parte dos fracassos no domínio da industrialização são mais fruto da acção dos homens que das máquinas. Nos dias de hoje, raramente o mercado oferece máquinas defeituosas: é a escolha das máquinas que, por vezes, é má, e, mais frequentemente, os homens que devem utilizá-las não têm a competência que elas exigem.

Um Ministro africano teria dito: «a África começou onde a manutenção das máquinas acaba». Esta máxima contém mais verdades que muitos discursos sobre os problemas da industrialização do Terceiro Mundo. Quando falamos de fábrica falamos de manutenção. É um factor importante, mas não o único. Vamos ver a seguir, o que consideramos importante para o desenvolvimento industrial.

Por ordem de prioridade, propomos uma lista dos principais elementos, determinantes, para enfrentar a industrialização num país como a Guiné-Bissau:

- 1) Uma formação profissional intensiva, a todos os níveis.
- 2) Prioridade às importações de factores de produção.
- 3) Créditos às indústrias em moeda nacional e em divisas, em função das exportações directas ou das economias em importação de que façam beneficiar o país.
- 4) Concentração a curto prazo, de todos os esforços sobre duas ou três indústrias essenciais, assim como nas anexas ou complementares a estas.
- 5) Utilização da maior parte dos créditos e da ajuda internacional, para desenvolver estas duas ou três indústrias e suas indústrias e serviços anexas.
- 6) Escolhidas as indústrias prioritárias, procurar parceiros industriais sérios e experientes, que ofereçam as melhores garantias de competência, para pôr em marcha e gerir as fábricas, a produção e as exportações. Somente quando tiver os engenheiros, os gestores e os técnicos competentes ele poderá tomar progressivamente a seu cargo, as suas próprias indústrias.
- 7) Confiar a gestão dos fundos obtidos em moeda local e em divisas a bancos nacionais de crédito, especializados, sob controle e caução de instituições bancárias internacionais.
- 8) Induzir os melhores quadros do país, através de salários e prémios de produção estimulantes, para actividades produtivas prioritárias.
- 9) Criar uma comissão de promoção industrial, afim de evitar os bloqueios administrativos ou qualquer outro obstáculo à boa marcha das empresas.
- 10) Combater por tornar-se os melhores nos domínios escolhidos. Com dois ou três domínios de ponta, um país foi capaz de demonstrar a sua capacidade de engajamento e eficácia num sector. Ele pode então mobilizar com muita mais facilidade os financeiros e os empresários, para ser bem sucedido noutros sectores.

## *QUAIS SÃO OS DOMÍNIOS DE EXPLORAÇÃO INDUSTRIAL QUE A GUINÉ-BISSAU DEVE ESCOLHER?*

A curto prazo não vemos senão três domínios de produção onde o mercado mundial não está saturada: a pesca, a madeira e o cajú.

### *A pesca*

Quando dizemos pesca pensamos em peixes e crustáceos; mas quando falamos de indústria pesqueira, queremos dizer todos os factores necessários ao funcionamento desta indústria.

Aparte as condições que já enumerámos, é preciso prever infraestruturas indispensáveis ao bom funcionamento do *conjunto do complexo*, pois na indústria *tudo está interligado e nada deve ser negligenciado*. Vamos tentar demonstrar que a pesca pode ser um sector de ponta para a Guiné-Bissau, na medida em que se tomem posições enérgicas.

- Num primeiro tempo o país deve dotar-se dum estaleiro naval moderno e dar meios de trabalho aos estaleiros privados existentes.

*Sem estaleiros navais, não pode existir pesca industrial nacional.*

- Negociar com uma companhia aérea de transporte, a vinda regular dum avião para carregar o peixe tratado e os crustáceos para a Europa. Há certamente aviões que não são completamente carregados em Dakar e que poderiam, a baixo custo, fazer um desvio para virem buscar carga a Bissau e encaminhá-la para a Europa. Na mesma ocasião, poderiam ser transportadas para a Guiné-Bissau peças sobresselentes ou qualquer outro material de urgente necessidade. Fazer o mesmo com uma sociedade marítima de transporte frigorífico.
- *Não conceder licenças de pesca senão a pescadores que desembarcam o seu peixe em Bissau e que aceitem empregar a bordo pelo menos 50% de pessoal guineense.*
- Criar uma escola de marinha para formar oficiais e sub-oficiais em todas as especialidades da navegação. Enviar os melhores a frequentar cursos de especialização na Europa.

*Somente assim se criará um corpo de marinha disciplinado e competente para a marinha nacional.*

Quando todas as condições forem reunidas a Guiné-Bissau poderá então criar a sua própria frota pesqueira.

Não fazemos nenhum comentário às excelentes instalações frigoríficas existentes pois que certas demonstraram já a sua capacidade de tratamento do peixe e do camarão, com bons resultados. Se elas não puderem utilizar o seu potencial é mais por falta de peixe que de competência.

Outros factores são igualmente importantes, como o fornecimento permanente de electricidade pela central de Bissau, o bom funcionamento da fábrica de oxigénio e acetileno (cuja utilidade alguns parecem ignorar), para fornecer os estaleiros navais e, claro está, a adaptação do porto a esta actividade.

*A indústria pesqueira deveria ser a principal actividade de exportação da Guiné-Bissau.*

### *A madeira*

Se bem que limitada nas suas qualidades e quantidades, a madeira oferece igualmente boas possibilidades de industrialização. A fábrica de contraplacado e dos parquetes são os melhores exemplos. Poderia também ser prevista uma fábrica de portas e janelas para exportação, o que permitiria a criação de uma centena de empregos e renderia igualmente divisas. Na medida em que não se sub-explorará as florestas, a indústria da madeira é um sector interessante para a economia do país.

## *O cajú*

Pensamos que a Guiné-Bissau deveria mobilizar *toda a população* para desenvolver as plantações de cajú. *Deveriam ser plantadas cada ano nunca menos do que um milhão de árvores.* A partir do fruto e da noz, pode ser prevista uma indústria extremamente rentável e próspera. O fruto do cajú permite a fabricação de geleia e sumo. A noz pode fornecer a amêndoa (seleccionada e tratada, vende-se muito cara na Europa); o bálsamo é muito procurado para utilizações industriais e com os dejectos da noz é possível fabricar carvão activo utilizado como filtro na indústria química. Esta indústria é adaptada à Guiné-Bissau, ela pode fornecer numerosos empregos. *Tudo isto criaria uma actividade complementar rentável para os camponeses e poderia ser uma fonte considerável de divisas.*

## CONCLUSÃO

Concentrando todos os esforços sobre estes três sectores, a Guiné-Bissau atingirá um nível de desenvolvimento e de riqueza comparável à dos países mais dinâmicos de África. O efeito do engajamento permitirá fazer evoluir outros sectores da economia. Dentro de dez anos a Guiné-Bissau poderá ser citada como exemplo de um desenvolvimento conseguido. A luta pela conquista dos mercados mundiais não tem quartel. Para a ganhar, é preciso ser-se o melhor e a única maneira de o ser é especializando-se nos sectores favoráveis, utilizando o melhor possível a especificidade e os recursos, em mercados que ainda não estão saturados. Cremos que a Guiné-Bissau pode e deve fazer o esforço necessário para ganhar a batalha da sua industrialização. Vimos que ela não é fácil e que nunca o foi, mas é indispensável para o desenvolvimento do país.

## BIBLIOGRAFIA

- «História das Técnicas» por Pierre Ducassé — Presses Universitaires de France — 1974.
- «A História da Metalurgia» por Bertrand Gille — Presses Universitaires de France — 1966.
- «O Vidro» por Clement Duval — Presses Universitaires de France — 1974.
- «A História da Educação Técnica» por Antoine Léon — Presses Universitaires de France — 1968.
- «A Revolução Industrial da Idade Média» — Edition du Seuil — Collection Points-Histoire — 1975.
- «De Jericó a México, cidades e economia através da História» por Paul Bairoch Ed. Gallimard — Collection Arcada — 1985.
- «Técnica e Civilização» por Lewis Mumford — Ed du seuil — Collection Esprit «La cité prochaire» — 1934 — Ed. française 1950.
- «A Revolução Industrial 1780-1880» por Jean Pierre Rioux — Edition du Seuil — Collection Points-Histoire — 1971.
- «Estas multinacionais que nos governam» por Christopher Tugendhat — Ed. Bernard Grasset 1971 — Ed. française 1958.
- «Dois séculos de Revolução Industrial» — um dossier de «Expansion» — Collection Pluriel dirigida por Georges Lipbert — 1958.
- «O Homem e a Máquina» por Oswald Spengler — Ed. Gallimard — Collection Idées — 1931 — Ed. française 1958.
- «A Máquina e o Desemprego» por Alfred Sauvy — Ed. Dunod — Collection Pluriel — 1966.
- «Quem tem medo do Terceiro Mundo? Relações Norte-Sul: os factos» por J.Y. Carfantan/C. Condamine — Ed. du Seuil — Collection Points Politiques — 1980.

*(Traduzido por Nelson Fernandes)*

# ANÁLISE DA RENTABILIDADE ECONÓMICA DA BARRAGEM HIDROELÉCTRICA DE GALHINHO

*Por Wilson Cruz (\*)*

*Mário Biague*

*Braima Dpassi*

*Luís Alberto Gomes*

O desenvolvimento económico e social do nosso país, como o de qualquer outro, depende em grande escala da nossa capacidade de produzir energia de uma forma contínua, segura e barata. Isto requer, entre outras coisas, o aproveitamento nacional de recursos energéticos disponíveis.

Neste contexto foi realizado há alguns anos atrás um estudo sobre o aproveitamento hidroenergético do rio Combal pela COBA (Consultores para Obras, Barragens e Planeamento) cujos resultados finais são pouco conhecidos entre nós.

O trabalho que a seguir se apresenta é uma análise ao estudo atrás referido.

---

Wilson Cruz é engenheiro electrotécnico pela Universidade Técnica de Dresden e é chefe do Departamento de Estudos, Projectos e Planificação (DEPP) da Direcção-Geral de Energia; Mário Biague Fernandes é engenheiro hidroelectroenergético pelo Instituto de Energia de Moscovo; Braima Dpassi é engenheiro hidrotécnico pelo Instituto de ZAPARDZ (URSS); Carlos Alberto Gomes é engenheiro electrotécnico pelo Instituto Superior de Engenharia de Lisboa, todos são funcionários do DEPP.

## 1. INTRODUÇÃO

No estado actual do nosso desenvolvimento económico o consumo energético médio «per capita» é de 201 kep/ano, em que 94% provêm da biomassa (principalmente lenha), 2,1% da electricidade e 3,9% de produtos derivados do petróleo.

Esta repartição do consumo evidencia o risco de desertificação ao manter-se a actual situação. Por outro lado constata-se que os consumos de electricidade e dos produtos petrolíferos são baixos, facto esse justificado pelo fraco nível de investimentos nos referidos sectores.

Por outro lado a importação dos produtos petrolíferos, em que 40% são destinados à produção de energia eléctrica, torna o produto final bastante caro, para além de constituir um desperdício, dadas as potencialidades do petróleo.

Em face disto, urge pensar em alternativas para a produção de electricidade.

## 2. OBJECTIVOS

Na Guiné-Bissau, as fontes de energia potencialmente existentes são a biomassa, a turfa, o petróleo e a força hidráulica. As possibilidades de participação do petróleo e da turfa no equilíbrio do balanço energético são desconhecidas e continuarão a sê-la enquanto perdurarem as pesquisas para a determinação das suas potencialidades e viabilidade tecnicoeconómica da sua exploração.

Daí que, torna-se necessário rentabilizar ao máximo o sistema de oferta de energia eléctrica mediante o aproveitamento hidroeléctrico do rio Corubal.

Dos estudos da COBA recentemente concluídos, para o aproveitamento hidroeléctrico do rio Corubal, podem-se salientar as seguintes conclusões:

- a) Para o aproveitamento do potencial hidroenergético total do rio Corubal, deverão realizar-se duas centrais em cascata, situando-se a primeira no sítio de Saltinho com uma potência nominal instalada de 18 MW e a segunda a jusante no sítio de Cusselinta com capacidade para 40 MW.
- b) Realizar numa primeira fase a barragem e central hidroeléctrica de Saltinho e, quando a procura o justificar, construir a central de Cusselinta.

## 3. CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS DO APROVEITAMENTO HIDROELÉCTRICO DE SALTINHO

### 3.1. HIDROCLIMATOLOGIA

Os estudos hidrológicos tinham por objectivo fundamental, a caracterização do regime dos caudais do rio e a escolha de um sítio para a implantação da barragem no quadro do aproveitamento do troço do rio Corubal situado na Guiné-Bissau.

Para este estudo foram utilizados as seguintes infra-estruturas:

- Quatro estações hidrométricas na Guiné-Bissau (Saltinho, Cheche, Fefine e secção do troço internacional de Cabuca);
- Quatro estações hidrométricas na Guiné-Conakry (Gaoual-Koliba, Gaoual-Tominé, Gaoual-Koumba e Koumba-Koumba).

A partir dos dados recolhidos nestas estações foram determinados os caudais médios diários em Saltinho assim como a curva de calibragem.

Os estudos concluíram as seguintes características:

- a) Climatologia — valores anuais de temperatura entre 25 e 28 graus, humidade relativa do ar entre 60% (Bafata) e 90% (Gabu), evaporação com um valor máximo de 3400 mm para 1973/74.
- b) Regime de Precipitações — elaboração de cartas de isoetas para o período médio de 1955 a 1980 sendo 1958/59 um ano húmido e 1977/78 um ano seco. Observaram-se os seguintes valores:

	<b>Máx. (mm)</b>	<b>Min. (mm)</b>
Ano médio	2200	1200
Ano húmido	2700	1400
Ano seco	1700	1000

- c) Regime de Caudais — baseando-se fundamentalmente nos dados da estação hidrométrica e Saltinho, com um período de observação de onze anos (1957/58 a 1962/63 e 1977/78 a 1981/82) determinaram-se os seguintes valores de caudais mínimos, médios e máximos diários:

	<b>Mínimo (m3/s)</b>	<b>Máximo (m3/s)</b>
1957/58	10	2480
1958/59	15	2550
1959/60	10	1640
1960/61	10	1400
1961/62	10	2440
1962/63	10	2140
1977/78	5.4	1054
1978/79	3.3	1575
1979/80	6	1101
1980/81	5.4	1420
1981/82	7.7	1711

- d) Elaboração de um modelo de geração de caudais, com o qual se estimou o caudal de cheia milenar em 4800 m<sup>3</sup>/s.
- e) Transporte de Sólidos — por meio de comparação com o rio Gambia concluiu-se, que para o rio Corubal na secção de Saltinho o transporte de sólidos poderá ser de cerca de 200 t/ano km<sup>2</sup>, representando cerca de 4 800 000 t/ano.
- f) Exploração do Reservatório — Os estudos para uma exploração racional do reservatório conduziram a determinação dos seguintes parâmetros para a optimização da central hidroeléctrica:

— Superfície da bacia vertente em Saltinho .....	23.840 km <sup>2</sup>
— Precipitação média anual .....	1671 mm
— Escoamento médio anual .....	13.393 hm <sup>3</sup>
— Caudal de cheia milenar .....	4800 m <sup>3</sup> /s
— Caudal excepcional .....	6400 m <sup>3</sup> /s
— Nível de retenção normal (NNR fase I) .....	36.00
— Nível de retenção normal (NNR fase II) .....	39.00
— Nível de mais altas águas (Q = 4800 m <sup>3</sup> /s) .....	37.40
— Nível de mais altas águas (Q = 6480 m <sup>3</sup> /s) .....	39.50
— Volume total do reservatório (NNR 36.00) .....	295 hm <sup>3</sup>
— Volume total de reservatório (NNR 39.00) .....	528 hm <sup>3</sup>
— Volume útil (NNR 36.00) .....	194 hm <sup>3</sup>
— Volume útil (NNR 39.00) .....	394 hm <sup>3</sup>
— Superfície inundada (NNR 36.00) .....	62 km <sup>2</sup>
— Superfície inundada (NNR 39.00) .....	95 km <sup>2</sup>
— Caudal regularizado (NNR 36.00) .....	30 m <sup>3</sup> /s
— Caudal regularizado (NNR (39.00) .....	48 m <sup>3</sup> /s

### 3.2. BARRAGEM, EVACUADOR DE CHEIAS, CENTRAL E ALDEAMENTO

O aproveitamento hidroeléctrico de Saltinho no rio Corubal fica situado a SE do país a cerca de 170 km da capital Bissau. O sítio de Saltinho oferece as condições naturais favoráveis para a construção da barragem, das quais citamos as seguintes:

- As características favoráveis da rocha de fundação com as nivelações dos grês massivos que atravessam o leito;
- A forma do vale que não é extremamente larga;
- A existência da estrada e de uma ponte, que atravessa o rio a jusante do local de implantação da barragem, o que facilita muito a construção;

As obras a realizar no quadro deste projecto são as seguintes:

- Barragem de betão sobre as duas margens
- Evacuador de cheias
- Central e posto exterior de transformação
- Linhas de transporte — 110 KV (Saltinho — Bambadinca — Bissau) 30 KV (Saltinho — Quebo — Buba)
- Um aldeamento para os empreiteiros e futuramente para o pessoal da equipa de exploração da central.

O empreendimento está previsto para funcionar a duas cotas de retenção normal, a saber NNR 36.00 (fase I) e NNR 39.00 (fase II). As cotas de retenção normal da fase I correspondem a uma solução inteiramente nacional, enquanto que a cota de retenção normal da segunda fase corresponde a uma solução que deve ser objecto de negociação com a Guiné-Conakry, pois nesta situação haverá um aumento excessivo de três metros do nível do plano de água, em relação ao nível normal do leito, no começo do troço internacional do rio, implicando portanto uma inundação do território do país vizinho.

O complexo hidrotécnico terá um comprimento total de cerca de 715 m, com a zona central ocupada pelo evacuador de cheias, a central e dois diques laterais, que numa extensão de 300 m apresentam um perfil-peso tradicional em betão, com a parede a montante vertical e a parede a jusante com uma inclinação de 0.8:1. Na zona onde o terreno natural está acima da cota 37.50, o perfil-peso em betão é substituído por um perfil-misto rocha/betão. Procurou-se um traçado equilibrado, simples e agradável, que se adapta bem às condições naturais e em particular à ponte e à estrada existentes.

O evacuador de cheias, que ocupa a parte central das obras será formado por um limiar inclinado em betão com seis (6) descarregadores de 19 m de comprimento, cinco pilares intermediários de 3,85 m de largura máxima e 30.37 m de comprimento e um pilar de 3.85 m de largura e 50.00 m de comprimento, que separa o evacuador de cheias da barragem da margem esquerda. Os descarregadores serão equipados na primeira fase de funcionamento das obras com comportas tipo segmento de (19.00 x 7.47) m<sup>2</sup>. Como já tinha sido mencionado estas comportas serão aumentadas excessivamente de 3.00 m na segunda fase de funcionamento.

A central ficará situada na zona do leito próxima da margem direita, entre o evacuador de cheias e a barragem em betão da margem direita. Ela será equipada com três grupos turbina-alternador de 6 MW de potência nominal. As turbinas, de tipo Kaplan e de eixo vertical, devem ser concebidas para funcionar a duas cotas de retenção normal NNR 36.00 e NNR 39.00.

O período previsto para a construção do empreendimento é de quatro anos, podendo começar a funcionar o primeiro grupo turbina-alternador no quadragésimo quarto mês e os restantes a partir do quadragésimo sétimo mês após os inícios dos trabalhos.

### 3.3. CENTRAL ELÉCTRICA, LINHA DE TRANSPORTE E POSTOS DE TRANSFORMAÇÃO

A central do tipo pé de barragem, será construída na margem direita do rio, com três tomadas de água e grelhas móveis do tipo vagão. Ela será equipada com três turbinas Kaplan de eixo vertical e terá instalações apropriadas ao equipamento para serviços auxiliares, comando, controlo e comunicação (interna e externa) entre outras.

Os três grupos previstos para funcionar em paralelo, irão alimentar uma subestação de elevação com duas saídas; uma de 10/110 KV (Saltinho — Bissau) e a outra de 10/30 KV (Saltinho — Buba).

A central terá condições para funcionar integrada num sistema nacional de exploração a partir de um centro de despacho, que poderia ser instalado em Bissau ou em Bafatá. Contudo a central hidroeléctrica de Saltinho será explorada localmente por uma equipa de técnicos e pessoal auxiliar, a fim de permitir uma familiarização e experiência na exploração de centrais do género.

As principais características da central são as seguintes:

— Dimensões das grelhas móveis .....	10.35 x 4.80 m <sup>2</sup>
— Dimensão das comportas de tomada de água .....	6.4 x 4.80 m <sup>2</sup>
— Dimensão das comportas dos aspiradores .....	4.2 x 4.85 m <sup>2</sup>
— Caudal equipado .....	240 m <sup>3</sup> /s
— Nível mínimo de exploração .....	32.6 m
— Queda bruta (fase I) .....	6.18 — 10.15 m
— Queda bruta (fase II) .....	6.18 — 13.25 m
— Cota do eixo da roda da turbina .....	28.85 m
— Potência nominal instalada .....	3 x 6 MW
— Produção anual média (fase I) .....	81 GWh
— Produção anual média (fase II) .....	102 GWh.
— Turbina Kaplan	
— Potência máxima para a queda de 10.15 m .....	9.500 c.v.
— Velocidade de rotação .....	136.4 r.p.m.
— Caudal nominal .....	80m <sup>3</sup> /s
— Alternador	
— Potência nominal .....	7.500 KVA
— Velocidade de rotação .....	136.4 r.p.m.
— Factor de potência (cos phi) .....	0.8
— Frequência .....	50 Hz
— Tensão nominal .....	10 KV

A principal linha de transporte a construir será a de Saltinho — Bambadinca — Bissau com cerca de 152 km de comprimento em conductores de alumínio-aço dispostos em esteira horizontal através de apoios metálicos regularmente distribuídos.

Essa linha, embora com capacidade para transportar 20 MW, pode não atingir essa carga, em virtude de se prever um consumo local e para a linha de Buba, para além de eventuais derivações a fazer ao longo do traçado.

Uma outra potencialidade da linha de 110 KV é de servir de suporte à comunicação em altas frequências numa banda de frequência a determinar (com possibilidades de interligação com a rede telefónica nacional) e aos sinais de telecomando e telemedição.

Chama-se a atenção para o facto de o custo total da linha ainda não ser definitivo; isto é, a nosso pedido a EDF (Electricité de France) está a fazer um estudo de estabilidade da interligação da linha de 110 KV à rede de 30 e 10 KV já existentes.

Portanto só depois de se conhecerem as características dos equipamentos de comando e protecção, é que se poderá determinar com certa precisão o custo total da linha de transporte.

Principais características da linha:

— Tensão .....	110 kv
— Comprimento .....	152 kv
— Conductores de Al-Ac — secção .....	225 mm <sup>2</sup>
— Isoladores de capa em cadeia	
— Apoios metálicos com estrutura piramidal	
— Fundação em betão	
— Linha com cabos de guarda	

## 4. ANÁLISE ECONÓMICA DO PROJECTO

### 4.1. OS CRITÉRIOS DE ANÁLISE

Para a análise deste investimento, tomaremos dois critérios básicos entre muitos outros utilizados na análise económica de projectos que são o VAN (Valor actual netto) e a TRI (Taxa de rentabilidade interna).

O valor económico do projecto será determinado comparando-o com uma solução alternativa de produção de energia eléctrica. Assim, fez-se uma análise comparativa com uma central Diesel capaz de produzir a mesma energia que a solução hidráulica. Para ter-se em conta a flexibilidade dos investimentos para a solução térmica, em função da solicitação de potência e a energia produzida, fizeram-se calendários de investimentos para as duas soluções, com as respectivas despesas de manutenção e renovação do equipamento.

A solução hidráulica necessita ainda de uma componente térmica de apoio à produção hidráulica para a satisfação da procura de energia nos meses de pouco caudal, devido à grande irregularidade do regime de caudais do rio Corubal.

A central de Saltinho funcionará como central de base durante os meses de Julho a Dezembro inclusive e nos restantes meses como central de ponta. A potência da central de apoio à central hidráulica deverá ser de cerca de 15.5 MW para a cota NNR 36.00 e de 14.5 MW para a cota NNR 39.00.

A regularização do caudal permitirá na época seca a produção de uma potência garantida a 95% de 2.5 MW (NNR 36.00) e 3.5 MW (NNR 39.00).

A potência da central térmica alternativa é de 20.9 MW, tendo assim uma reserva de 16%, se tomarmos como potência de base para a análise 18 MW.

#### 4.2. AS HIPÓTESES DE BASE

As hipóteses de base tomadas em conta foram as seguintes:

		<i>COBA</i>
— Vida útil da barragem .....	50 anos	50 anos
— Vida útil do equip. mecânico e eléct. ....	30 anos	30 anos
— Potência de base .....	18 MW	18 MW
— Produtividade média anual — NNR 36 .....	96 GWh	81 GWh
— Produtividade média anual — NNR 39 .....	112 GWh	102 GWh
— Potência garantida 95% — NNR 36 .....	2.5 MW	
— Potência garantida 95% — NNR 39 .....	3.5 MW	
— Vida útil central térmica .....	20 anos	40 anos
— Renovação de 50% do equip. ao fim de .....	10 anos	20 anos
— Custo específico central térmica .....	475 USD/KW	550 USD/KW
— Consumo específico gasóleo .....	218 gr/KWh	260 gr/KWh
— Preço do gasóleo .....	235 USD/t	400 USD/t
— Coeficiente manutenção equipamento:		
hidráulico .....	3.0%	3.0%
linha A.T. ....	3.5%	3.5%
térmico .....	6.0%	6.0%

O custo total do projecto foi actualizado ao ano 1994.

#### 4.3. ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

Os parâmetros económicos VAN e TRI dependem directamente do fluxo de receitas anuais e da taxa de actualização ou taxa de reinvestimento.

A análise de sensibilidade consiste em determinar a variação do VAN e da TRI em função da taxa de actualização e da variação de certos parâmetros capazes de influenciar a estrutura do fluxo de receitas.

Os parâmetros escolhidos foram:

- O custo de gasóleo, com uma margem de variação entre 100 USD/t e 280 USD/t.

- O custo total do projecto com uma variação entre + 20% e - 20%.
- O consumo de energia com uma variação entre + 5% e - 5%

Escolheram-se estes parâmetros, pois são os que apresentam maiores dificuldades de previsão a longo termo.

Da análise de sensibilidade, chegou-se aos resultados apresentados nas tabelas e gráficos anexos.

#### 4.4 RESULTADOS

A sensibilidade do valor netto actual e da taxa de rentabilidade interna à variação do preço do gasóleo para a produção de electricidade está representada nas tabelas NNR 36. Tab. 1 e NNR 39. Tab. 1.

As figuras (1) e (4) são cuja representação gráfica.

Quando o preço do gasóleo for inferior a 145 USD/ton. a solução térmica torna-se preferível à solução hidráulica, na media em que o valor actual netto desta última é sempre negativo.

Com a variação do preço entre 145 USD/ton. e 280 USD/ton. a taxa de rentabilidade interna varia de 1,5% a 7,3% para a cota NNR 36 e de 2,5% a 8% para a cota NNR 39.

A variação do custo total do projecto influencia a TRI da seguinte maneira (fig. 2 e 5).

- Um aumento do custo total do projecto de 20% provoca uma redução da TRI de 1% para a cota NNR 36 e 1,2% para a cota NNR 39.
- Uma redução do custo total do projecto de 20% pelo contrário aumenta a TRI de 3% para NNR 36 e de 2,5% para NNR 39.
- O nível de consumo de energia influencia fortemente o VAN e a TRI.

Uma redução do consumo de 10% provoca uma variação brusca do VAN (NNR 36 Tab. 3 e NNR 39 Tab. 3). Para a taxa de juros de 0% este reduz-se de 108.000 USD para — 181.000 USD, ou seja, uma variação total de — 289.000 USD para a cota NNR 36 e uma variação de — 314.000 USD para a cota NNR 39.

Ainda para a taxa de juros de 0% um aumento do consumo de energia em 5% provoca os seguintes aumentos do VAN:

- Para a cota NNR 36.00 um aumento total de 2.26 milhões de USD
- Para a cota NNR 39.00 um aumento total de 2.3 milhões de USD, mesmo para uma taxa de juros de 10% os aumentos do VAN são: — Para NNR 36.00 de 1.1 milhões de USD
- Para NNR 39.00 de 1.12 milhões de USD

O aumento do nível de consumo de 5% provoca um aumento da TRI de cerca de 40%. Isto significa que tanto o VAN como a TRI são muito sensíveis a variação do nível de consumo de energia eléctrica.

## 5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

### 5.1. CONCLUSÕES

- a) Os estudos realizados pela COBA no quadro do projecto GBS/77/001 estão incompletos, na medida em que faltam os estudos de estabilidade da interligação da futura linha de 100 KV às redes locais de 30 a 10 KV. Estes estudos complementares estão a ser feitos pela EDF (Electricité de France) no quadro do projecto de assistência técnica desta empresa a EAGB (Electricidade e Águas da Guiné-Bissau), permitirão determinar exactamente o custo total da linha 110 KV e dos equipamentos do controlo, comando, medição e protecção.
- b) O custo total do empreendimento, sob observância do dito na alínea a) é indicado a seguir em milhões de USD (\*).

LOTE 1	— Construção civil (incluindo os estaleiros aldeamento e a derivação provisória) .....	16.5
LOTE 2	— Equipamento electromecânico da central e do posto exterior .....	11.4
LOTE 3	— Equipamento hidromecânico (fase I) .....	4.6
	(fase II) .....	0.5
LOTE 4	— Linha de transporte Saltinho — Bissau 110 KV .....	9.35
	— Deslocação de populações .....	1.0
	— Encargos do dono da obra (estudos, supervis. e admnist) .....	2.85
	<i>TOTAL</i> .....	<i>46.2</i>

- (\*) O ano de referência para os preços 1985, ano de publicação do estudo é definitivo, embora a COBA não tenha feito nenhuma menção a este respeito.
- c) Para a determinação do regime de caudais do rio Corubal, considerou-se o período de observações disponíveis de 11 anos. Mesmo no parecer da COBA é um período bastante curto, pelo que se torna necessário seguir as medições hidrológicas e climatológicas na bacia do rio.
  - d) As obras de construção civil incluem a construção de um aldeamento e de estaleiros para a fase de realização do projecto. Este aldeamento poderá servir para a futura equipa de exploração da central hidroeléctrica se algumas das suas instalações forem construídas com carácter definitivo.
  - e) A barragem e central hidroeléctricas estão concebidas para poderem funcionar às cotas NNR 36.00 e 39.00. Visto que a cota de retenção NNR 39.00 é a mais vantajosa economicamente, é importante negociar com a República da Guiné-Conakry, na medida em que a esta cota de retenção provocar-se-ia uma inundação do território do país vizinho.
  - f) A central de Saltinho deverá funcionar num sistema nacional integrado de produção de electricidade, conduzindo assim a criação da primeira rede nacional interligada.

Os trânsitos de energia nesta rede deverão ser controlados e comandados a partir de um centro de «Despacho», que deverá ser dirigido por um «Serviço Nacional de Movimento de Energia» a ser criado.

- g) A construção, manutenção e exploração de uma central hidroeléctrica será uma experiência nova na Guiné-Bissau.

Para assegurar que este empreendimento seja bem sucedido é necessário preparar com antecedência um programa cuidado de formação de quadros técnicos para a sua exploração.

- h) O aumento do nível de consumo de energia eléctrica é um incentivo à construção da barragem hidroeléctrica, pois melhora consideravelmente o seu valor económico.

Em face destas conclusões *RECOMENDA-SE*:

- I) Criar uma «Comissão de Execução da Central Hidroeléctrica de Saltinho», cujas actividades seriam:

- Examinar o projecto definitivo da central hidroeléctrica e realizar as actualizações correspondentes.
- Sensibilizar os organismos financiadores e preparar o pedido de financiamento.
- Preparar as negociações com a República da Guiné-Conakry.
- Elaborar os termos de referência para o engenheiro consultor.
- Homologar o engenheiro consultor na selecção dos empreiteiros, na supervisão dos trabalhos e na recepção das obras e equipamentos.
- Preparar um programa de formação de quadros técnicos de exploração e manutenção.

- II) Dado o baixo nível de consumo de electricidade *per capita* na Guiné-Bissau, continuar o programa de electrificação do país, com a criação de redes regionais 30 KV as quais serão interligadas à linha 110 KV.

Esta política de electrificação deverá ser complementada com a importação de equipamentos e aparelhagem eléctrica para as instalações de utilização.

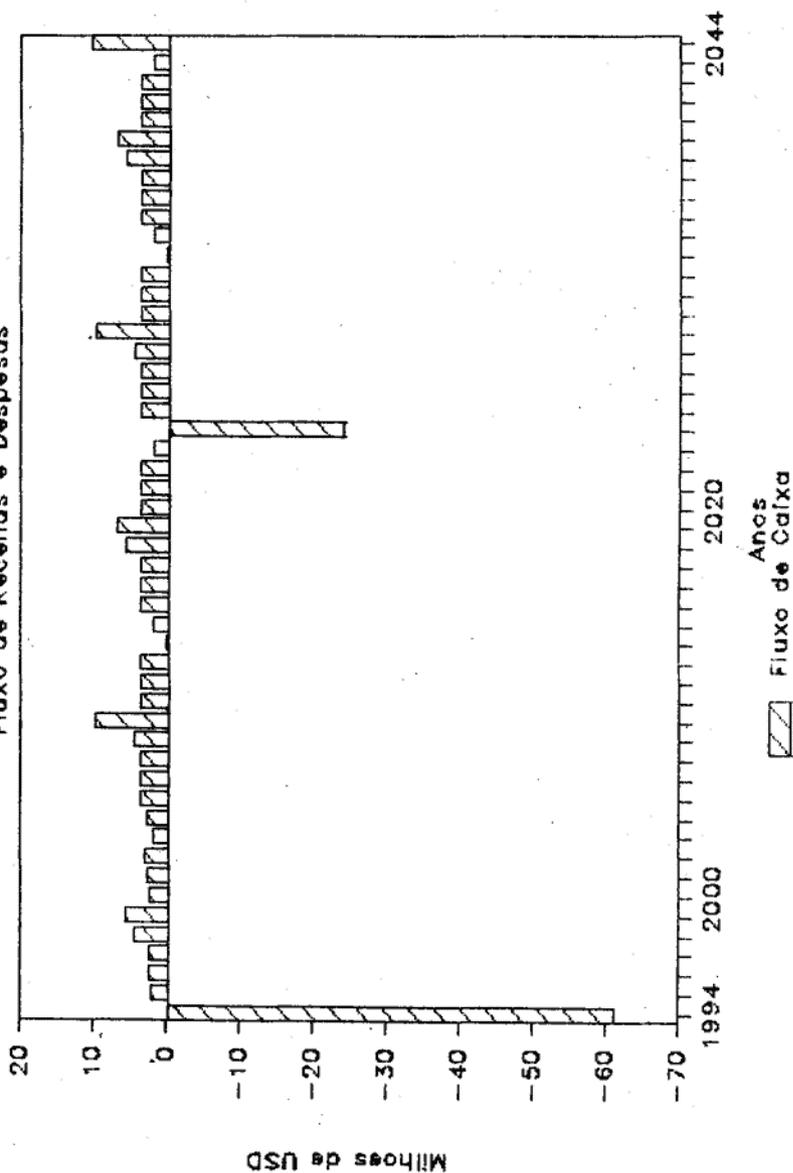
## BARRAGEM HIDROELECTRICA DE SALTINHO NMR 36 - ANALISE ECONOMICA DO PROJECTO

	ANOS	Fa/kW	AUM. Piter/kW	Pcomp/kW	GW PAIS	AUM GWH COMP.	GWH equiv.
	1988	7747.0	0.0805 8909.05	5247.0	44.710	0.0805	0.492 44.218
TAXA ACTUAL.	0.1 1989	8370.6	0.0805 12909.05	8725.3	48.309	0.0805	0.701 47.608
VIDA UTIL	50 1990	9044.5	0.0805 12909.05	8725.3	52.198	0.0805	1.000 51.198
ANDS BRAC	10 1991	9772.5	0.0805 12909.05	8725.3	56.400	0.0805	1.427 54.973
ANDRTIZA.	1992	10559.2	0.0805 12909.05	8725.3	60.940	0.0805	2.035 58.905
POT. INST	18000 1993	11409.3	0.0805 12909.05	8725.3	65.846	0.0805	2.903 62.943
PROD. ANUAL	96 1994	12327.7	0.0805 16909.05	12203.5	71.146	0.0805	4.140 67.007
POT. MIN/kW	2500 1995	13320.1	0.0805 16909.05	12203.5	76.874	0.0805	5.905 70.969
CUST. UNI. DIE	475 1996	14392.4	0.0805 16909.05	12203.5	83.062	0.0805	8.421 74.641
CONS. ESPEC.	218 1997	15550.9	0.0805 16909.05	12203.5	89.749	0.0805	12.011 77.737
CUST. GASGL.	235 1998	16802.8	0.0805 20909.05	15681.8	96.973	0.0805	17.131 79.842
COEF. MAN. TER	0.06 1999	18155.4	0.0805 20909.05	15681.8	104.780	0.0805	24.433 80.346
COEF. MAN. HID	0.03 2000	19616.9	0.0805 20909.05	15681.8	113.214	0.0805	34.848 78.366
COEF. AUM. CUS	1 2001	21196.1	0.0805 20909.05	15681.8	122.328	0.0805	42.560 79.768
COEF. AUM. CGN	1 2002	22902.4	0.0805 20909.05	15681.8	132.176	0.0805	42.560 89.616
COE. AUM. Pter	1 2003	24746.0	0.0805 20909.05	15681.8	142.815	0.0805	42.560 100.256
	2004	26738.1	0.0805 20909.05	15681.8	154.312	0.0805	42.560 100.256
	2005	28890.5	0.0805 20909.05	15681.8	166.735	0.0805	42.560 100.256
	2006	31216.2	0.0805 20909.05	15681.8	180.157	0.0805	42.560 100.256
	2007	33729.1	0.06 20909.05	15681.8	194.659	0.06	42.560 100.256
	2008	35752.8	0.06 20909.05	15681.8	206.339	0.06	42.560 100.256
	2009	37898.0	0.06 20909.05	15681.8	218.719	0.06	42.560 100.256
	2010	40171.8	0.06 20909.05	15681.8	231.842	0.06	42.560 100.256
	2011	42582.2	0.06 20909.05	15681.8	245.753	0.06	42.560 100.256
	2012	45137.1	0.06 20909.05	15681.8	260.498	0.06	42.560 100.256
	2013	47845.3	0.06 20909.05	15681.8	276.128	0.06	42.560 100.256
	2014	50716.0	0.06 20909.05	15681.8	292.696	0.06	42.560 100.256
	2015	53759.0	0.06 20909.05	15681.8	310.257	0.06	42.560 100.256
	2016	56984.5	0.06 20909.05	15681.8	328.873	0.06	42.560 100.256
	2017	60403.6	0.06 20909.05	15681.8	348.605	0.06	42.560 100.256
	2018	64027.8	0.06 20909.05	15681.8	369.522	0.06	42.560 100.256
	2019	67869.5	0.06 20909.05	15681.8	391.693	0.06	42.560 100.256
	2020	71941.7	0.06 20909.05	15681.8	415.194	0.06	42.560 100.256
	2021	76258.2	0.06 20909.05	15681.8	440.106	0.06	42.560 100.256
	2022	80833.6	0.06 20909.05	15681.8	466.513	0.06	42.560 100.256
	2023	85683.7	0.06 20909.05	15681.8	494.563	0.06	42.560 100.256
	2024	90824.7	0.06 20909.05	15681.8	524.173	0.06	42.560 100.256
	2025	96274.2	0.06 20909.05	15681.8	555.624	0.06	42.560 100.256
	2026	102050.6	0.06 20909.05	15681.8	588.961	0.06	42.560 100.256
	2027	108173.7	0.06 20909.05	15681.8	624.299	0.06	42.560 100.256
	2028	114664.1	0.06 20909.05	15681.8	661.757	0.06	42.560 100.256
	2029	121543.9	0.05 20909.05	15681.8	701.462	0.05	42.560 100.256
	2030	127621.1	0.05 20909.05	15681.8	736.535	0.05	42.560 100.256
	2031	134002.2	0.05 20909.05	15681.8	773.362	0.05	42.560 100.256
	2032	140702.3	0.05 20909.05	15681.8	812.030	0.05	42.560 100.256
	2033	147737.4	0.05 20909.05	15681.8	852.652	0.05	42.560 100.256
	2034	155124.3	0.05 20909.05	15681.8	895.263	0.05	42.560 100.256
	2035	162880.5	0.05 20909.05	15681.8	940.027	0.05	42.560 100.256
	2036	171024.5	0.05 20909.05	15681.8	987.928	0.05	42.560 100.256
	2037	179575.7	0.05 20909.05	15681.8	1036.379	0.05	42.560 100.256
	2038	188554.5	0.05 20909.05	15681.8	1088.198	0.05	42.560 100.256
	2039	197582.2	0.05 20909.05	15681.8	1142.608	0.05	42.560 100.256
	2040	207861.4	0.05 20909.05	15681.8	1199.739	0.05	42.560 100.256
	2041	218275.4	0.05 20909.05	15681.8	1259.726	0.05	42.560 100.256
	2042	229189.2	0.05 20909.05	15681.8	1322.712	0.05	42.560 100.256
	2043	240646.7	0.05 20909.05	15681.8	1388.847	0.05	42.560 100.256
	2044	252681.1	0.05 20909.05	15681.8	1458.290	0.05	42.560 100.256

ANOS	INV. MID	INV. TERM	CUST. MAN. h	CUS. MAN. t	CUS. EXP. t	CUS. TOT. h	CUS. TOT. t	DIF. CUST
1988	\$782	\$0	\$0	\$0	\$0	\$782	\$0	
1989	\$782	\$6,132	\$0	\$0	\$0	\$782	\$6,132	
1990	\$1,050	\$0	\$0	\$0	\$0	\$1,050	\$0	
1991	\$4,653	\$0	\$0	\$0	\$0	\$4,653	\$0	
1992	\$9,000	\$0	\$0	\$0	\$0	\$9,000	\$0	
1993	\$21,974	\$0	\$0	\$0	\$0	\$21,974	\$0	
1994	\$30,773	\$1,900	\$0	\$0	\$0	\$30,773	\$1,900	(\$60,983)
1995	\$0	\$0	\$1,874	\$482	\$3,636	\$1,874	\$4,118	\$2,244
1996	\$0	\$0	\$1,882	\$482	\$3,824	\$1,882	\$4,306	\$2,424
1997	\$0	\$0	\$1,894	\$482	\$3,982	\$1,894	\$4,464	\$2,571
1998	\$0	\$1,900	\$1,926	\$596	\$4,090	\$1,926	\$6,586	\$4,660
1999	\$0	\$3,066	\$1,951	\$596	\$4,116	\$1,951	\$7,778	\$5,827
2000	\$0	\$0	\$1,985	\$596	\$4,015	\$1,985	\$4,611	\$2,626
2001	\$0	\$0	\$2,002	\$596	\$4,087	\$2,002	\$4,682	\$2,680
2002	\$0	\$0	\$1,991	\$596	\$4,591	\$1,991	\$5,187	\$3,196
2003	\$1,862	\$0	\$1,980	\$596	\$5,136	\$3,842	\$5,732	\$1,890
2004	\$1,862	\$950	\$1,980	\$596	\$5,136	\$3,842	\$6,682	\$2,840
2005	\$0	\$0	\$1,980	\$596	\$5,136	\$1,980	\$5,732	\$3,752
2006	\$0	\$0	\$1,980	\$596	\$5,136	\$1,980	\$5,732	\$3,752
2007	\$0	\$0	\$1,980	\$596	\$5,136	\$1,980	\$5,732	\$3,752
2008	\$0	\$950	\$1,980	\$596	\$5,136	\$1,980	\$6,682	\$4,702
2009	\$0	\$6,132	\$1,980	\$596	\$5,136	\$1,980	\$11,864	\$9,884
2010	\$0	\$0	\$1,980	\$596	\$5,136	\$1,980	\$5,732	\$3,752
2011	\$0	\$0	\$1,980	\$596	\$5,136	\$1,980	\$5,732	\$3,752
2012	\$0	\$0	\$1,980	\$596	\$5,136	\$1,980	\$5,732	\$3,752
2013	\$3,724	\$0	\$1,980	\$596	\$5,136	\$5,705	\$5,732	\$27
2014	\$3,724	\$1,900	\$1,980	\$596	\$5,136	\$5,705	\$7,632	\$1,927
2015	\$0	\$0	\$1,980	\$596	\$5,136	\$1,980	\$5,732	\$3,752
2016	\$0	\$0	\$1,980	\$596	\$5,136	\$1,980	\$5,732	\$3,752
2017	\$0	\$0	\$1,980	\$596	\$5,136	\$1,980	\$5,732	\$3,752
2018	\$0	\$1,900	\$1,980	\$596	\$5,136	\$1,980	\$7,632	\$5,652
2019	\$0	\$3,066	\$1,980	\$596	\$5,136	\$1,980	\$8,798	\$6,818
2020	\$0	\$0	\$1,980	\$596	\$5,136	\$1,980	\$5,732	\$3,752
2021	\$0	\$0	\$1,980	\$596	\$5,136	\$1,980	\$5,732	\$3,752
2022	\$0	\$0	\$1,980	\$596	\$5,136	\$1,980	\$5,732	\$3,752
2023	\$1,862	\$0	\$1,980	\$596	\$5,136	\$3,842	\$5,732	\$1,890
2024	\$28,543	\$950	\$1,980	\$596	\$5,136	\$30,523	\$6,682	(\$23,841)
2025	\$0	\$0	\$1,980	\$596	\$5,136	\$1,980	\$5,732	\$3,752
2026	\$0	\$0	\$1,980	\$596	\$5,136	\$1,980	\$5,732	\$3,752
2027	\$0	\$0	\$1,980	\$596	\$5,136	\$1,980	\$5,732	\$3,752
2028	\$0	\$950	\$1,980	\$596	\$5,136	\$1,980	\$6,682	\$4,702
2029	\$0	\$6,132	\$1,980	\$596	\$5,136	\$1,980	\$11,864	\$9,884
2030	\$0	\$0	\$1,980	\$596	\$5,136	\$1,980	\$5,732	\$3,752
2031	\$0	\$0	\$1,980	\$596	\$5,136	\$1,980	\$5,732	\$3,752
2032	\$0	\$0	\$1,980	\$596	\$5,136	\$1,980	\$5,732	\$3,752
2033	\$3,724	\$0	\$1,980	\$596	\$5,136	\$5,705	\$5,732	\$27
2034	\$3,724	\$1,900	\$1,980	\$596	\$5,136	\$5,705	\$7,632	\$1,927
2035	\$0	\$0	\$1,980	\$596	\$5,136	\$1,980	\$5,732	\$3,752
2036	\$0	\$0	\$1,980	\$596	\$5,136	\$1,980	\$5,732	\$3,752
2037	\$0	\$0	\$1,980	\$596	\$5,136	\$1,980	\$5,732	\$3,752
2038	\$0	\$1,900	\$1,980	\$596	\$5,136	\$1,980	\$7,632	\$5,652
2039	\$0	\$3,066	\$1,980	\$596	\$5,136	\$1,980	\$8,798	\$6,818
2040	\$0	\$0	\$1,980	\$596	\$5,136	\$1,980	\$5,732	\$3,752
2041	\$0	\$0	\$1,980	\$596	\$5,136	\$1,980	\$5,732	\$3,752
2042	\$0	\$0	\$1,980	\$596	\$5,136	\$1,980	\$5,732	\$3,752
2043	\$1,862	\$0	\$1,980	\$596	\$5,136	\$3,842	\$5,732	\$1,890
2044	(\$11,376)	(\$4,579)	\$1,980	\$596	\$5,136	(\$9,396)	\$1,153	\$10,549

# BARRAGEM HIDROELECTR. DE SALTINHO

Fluxo de Receitas e Despesas



ANALISE DE SENSIBILIDADE DO VALOR ACTUAL NETTO (em milh.USD)  
PRECO DO GASOLEO USD/ton

BNPV(\$T\$)	100	145	190	235	280
TAXA DE ATUALIZ	0%: (\$33,976)	\$13,524	\$61,025	\$108,525	\$156,025
	5%: (\$47,467)	(\$31,685)	(\$15,903)	(\$121)	\$15,661
	10%: (\$48,839)	(\$41,034)	(\$33,229)	(\$25,424)	(\$17,619)
	15%: (\$48,474)	(\$43,647)	(\$38,819)	(\$33,992)	(\$29,164)
	20%: (\$47,521)	(\$44,148)	(\$40,775)	(\$37,402)	(\$34,028)
	25%: (\$46,306)	(\$43,771)	(\$41,236)	(\$38,702)	(\$36,167)
	30%: (\$44,984)	(\$42,988)	(\$40,991)	(\$38,994)	(\$36,997)
	35%: (\$43,640)	(\$42,014)	(\$40,387)	(\$38,760)	(\$37,133)

NNR 36 - Tab. 1

ANALISE DE SENSIBILIDADE DO VALOR ACTUAL NETTO (em milh. USD)  
VARIACAO DO CUSTO TOTAL DO PROJECTO

BNPV(\$T\$)	0.80	0.90	1.00	1.10	1.20
TAXA DE ATUALIZ	0%: \$137,943	\$123,234	\$108,525	\$93,816	\$79,167
	5%: \$16,498	\$8,188	(\$121)	(\$8,430)	(\$16,740)
	10%: (\$12,450)	(\$18,937)	(\$25,424)	(\$31,912)	(\$38,359)
	15%: (\$22,561)	(\$28,277)	(\$33,992)	(\$39,707)	(\$45,422)
	20%: (\$26,883)	(\$32,142)	(\$37,402)	(\$42,661)	(\$47,920)
	25%: (\$28,842)	(\$33,772)	(\$38,702)	(\$43,632)	(\$48,561)
	30%: (\$29,663)	(\$34,328)	(\$38,994)	(\$43,659)	(\$48,324)
	35%: (\$29,877)	(\$34,319)	(\$38,760)	(\$43,202)	(\$47,643)

NNR 36 - Tab. 2

ANALISE DE SENSIBILIDADE DO VALOR ACTUAL NETTO (em USD)  
VARIACAO DO CONSUMO DE ENERGIA

BNPV(\$T\$)	0.90	0.95	1.00	1.05	1.10
TAXA DE ATUALIZ	0%: (\$181,357)	(\$84,361)	\$108,525	\$2,372,691	\$3,078,380
	5%: (\$90,234)	(\$59,760)	(\$121)	\$1,526,192	\$1,736,517
	10%: (\$66,232)	(\$52,149)	(\$25,424)	\$1,093,508	\$1,183,973
	15%: (\$57,066)	(\$48,896)	(\$33,992)	\$811,866	\$860,447
	20%: (\$52,211)	(\$46,811)	(\$37,402)	\$613,260	\$643,010
	25%: (\$48,976)	(\$45,105)	(\$38,702)	\$468,304	\$488,122
	30%: (\$46,503)	(\$43,570)	(\$38,994)	\$360,340	\$374,340
	35%: (\$44,456)	(\$42,143)	(\$38,760)	\$278,740	\$289,070

NNR 36 - Tab. 3

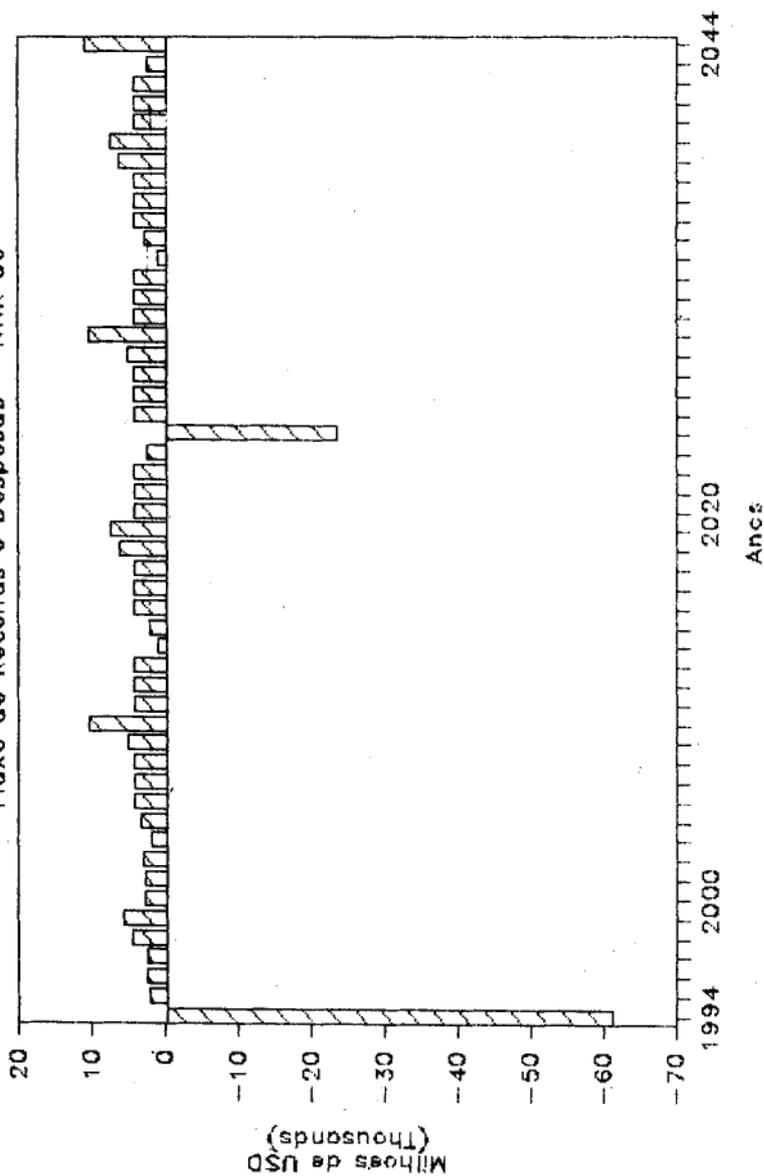
## BARRAGEM HIDROELECTRICA DE SALTINAO NNR 39 - ANALISE ECONOMICA

	ANOS	Pa/kW	AUM. Piter/kW	Pcomp/kW	GWh PAIS	AUM GWh	COMP. Gwh	equiv.
Cota Retenc.	39 1988	7747.6	0.0805 8909.05	4241.0	44.716	0.0805	0.492	44.218
TAXA ACTUAL.	0.1 1989	8370.6	0.0805 12909.05	7719.3	48.309	0.0805	0.701	47.609
VIDA UTIL	1990	9044.5	0.0805 12909.05	7719.3	52.198	0.0805	1.006	51.198
ANOS GRAC	10 1991	9772.5	0.0805 12909.05	7719.3	56.400	0.0805	1.427	54.973
AMORTIZA.	1992	10559.2	0.0805 12909.05	7719.3	60.940	0.0805	2.035	58.905
POT. INST	18000 1993	11409.3	0.0805 12909.05	7719.3	65.846	0.0805	2.903	62.943
PROD. ANUAL	112 1994	12327.7	0.0805 16909.05	11197.5	71.146	0.0805	4.140	67.007
POT. MIN/kW	3506 1995	13326.1	0.0805 16909.05	11197.5	76.874	0.0805	5.905	70.869
CUST. UNI. DIE	475 1996	14392.4	0.0805 16909.05	11197.5	83.062	0.0805	8.421	74.641
COMS. ESPC.	218 1997	15550.9	0.0805 16909.05	11197.5	89.749	0.0805	12.011	77.737
CUST. GASOL.	235 1998	16802.8	0.0805 20909.05	14675.8	96.973	0.0805	17.131	79.842
COEF. MAN. TER	0.06 1999	18155.4	0.0805 20909.05	14675.8	104.780	0.0805	24.433	80.346
COEF. MAN. MID	0.03 2000	19616.9	0.0805 20909.05	14675.8	113.214	0.0805	34.648	78.366
COEF. AUM. CUS	1 2001	21196.1	0.0805 20909.05	14675.8	122.328	0.0805	42.560	79.768
COEF. AUM. CON	1 2002	22902.4	0.0805 20909.05	14675.8	132.176	0.0805	42.560	89.616
COE. AUM. Pter	1 2003	24746.0	0.0805 20909.05	14675.8	142.816	0.0805	42.560	100.256
	2004	26738.1	0.0805 20909.05	14675.8	154.312	0.0805	42.560	111.752
	2005	28890.5	0.0805 20909.05	14675.8	166.735	0.0805	42.560	111.752
	2006	31216.2	0.0805 20909.05	14675.8	180.157	0.0805	42.560	111.752
	2007	33729.1	0.06 20909.05	14675.8	194.659	0.06	42.560	111.752
	2008	35752.8	0.06 20909.05	14675.8	206.339	0.06	42.560	111.752
	2009	37898.0	0.06 20909.05	14675.8	218.719	0.06	42.560	111.752
	2010	40171.8	0.06 20909.05	14675.8	231.842	0.06	42.560	111.752
	2011	42582.2	0.06 20909.05	14675.8	245.753	0.06	42.560	111.752
	2012	45137.1	0.06 20909.05	14675.8	260.498	0.06	42.560	111.752
	2013	47845.3	0.06 20909.05	14675.8	276.128	0.06	42.560	111.752
	2014	50716.0	0.06 20909.05	14675.8	292.696	0.06	42.560	111.752
	2015	53759.0	0.06 20909.05	14675.8	310.257	0.06	42.560	111.752
	2016	56984.5	0.06 20909.05	14675.8	328.873	0.06	42.560	111.752
	2017	60403.6	0.06 20909.05	14675.8	348.605	0.06	42.560	111.752
	2018	64027.8	0.06 20909.05	14675.8	369.522	0.06	42.560	111.752
	2019	67869.5	0.06 20909.05	14675.8	391.693	0.06	42.560	111.752
	2020	71941.7	0.06 20909.05	14675.8	415.194	0.06	42.560	111.752
	2021	76258.2	0.06 20909.05	14675.8	440.106	0.06	42.560	111.752
	2022	80833.6	0.06 20909.05	14675.8	466.513	0.06	42.560	111.752
	2023	85683.7	0.06 20909.05	14675.8	494.503	0.05	42.560	111.752
	2024	90824.7	0.06 20909.05	14675.8	524.173	0.06	42.560	111.752
	2025	96274.2	0.06 20909.05	14675.8	555.624	0.06	42.560	111.752
	2026	102050.6	0.06 20909.05	14675.8	588.961	0.06	42.560	111.752
	2027	108173.7	0.06 20909.05	14675.8	624.299	0.06	42.560	111.752
	2028	114664.1	0.06 20909.05	14675.8	661.757	0.06	42.560	111.752
	2029	121543.9	0.05 20909.05	14675.8	701.462	0.05	42.560	111.752
	2030	127621.1	0.05 20909.05	14675.8	736.535	0.05	42.560	111.752
	2031	134002.2	0.05 20909.05	14675.8	773.362	0.05	42.560	111.752
	2032	140702.3	0.05 20909.05	14675.8	812.030	0.05	42.560	111.752
	2033	147737.4	0.05 20909.05	14675.8	852.632	0.05	42.560	111.752
	2034	155124.3	0.05 20909.05	14675.8	895.263	0.05	42.560	111.752
	2035	162880.5	0.05 20909.05	14675.8	940.027	0.05	42.560	111.752
	2036	171024.5	0.05 20909.05	14675.8	987.028	0.05	42.560	111.752
	2037	179575.7	0.05 20909.05	14675.8	1036.379	0.05	42.560	111.752
	2038	188554.5	0.05 20909.05	14675.8	1088.198	0.05	42.560	111.752
	2039	197982.2	0.05 20909.05	14675.8	1142.608	0.05	42.560	111.752
	2040	207881.4	0.05 20909.05	14675.8	1199.739	0.05	42.560	111.752
	2041	218275.4	0.05 20909.05	14675.8	1259.726	0.05	42.560	111.752
	2042	229189.2	0.05 20909.05	14675.8	1322.712	0.05	42.560	111.752
	2043	240648.7	0.05 20909.05	14675.8	1388.647	0.05	42.560	111.752
	2044	252681.1	0.05 20909.05	14675.8	1458.250	0.05	42.560	111.752

ANOS	INV.HID	INV.TERM	CUST.MAN.f	CUS.MAN.t	CUS.EXF.t	CUS.TOT.h	CUS.TOT.t	DIF. CUST
1988	\$782	\$0	\$0	\$0	\$0	\$782	\$0	
1989	\$782	\$6,132	\$0	\$0	\$0	\$782	\$6,132	
1990	\$1,050	\$0	\$0	\$0	\$0	\$1,050	\$0	
1991	\$4,653	\$0	\$0	\$0	\$0	\$4,653	\$0	
1992	\$9,000	\$0	\$0	\$0	\$0	\$9,000	\$0	
1993	\$21,735	\$0	\$0	\$0	\$0	\$21,735	\$0	
1994	\$31,034	\$1,900	\$0	\$0	\$0	\$31,034	\$1,900	(\$61,005)
1995	\$0	\$0	\$1,871	\$482	\$3,636	\$1,871	\$4,118	\$2,246
1996	\$0	\$0	\$1,879	\$482	\$3,824	\$1,879	\$4,306	\$2,426
1997	\$0	\$0	\$1,890	\$482	\$3,982	\$1,890	\$4,464	\$2,575
1998	\$0	\$1,900	\$1,921	\$596	\$4,090	\$1,921	\$6,586	\$4,665
1999	\$0	\$3,066	\$1,945	\$596	\$4,116	\$1,945	\$7,778	\$5,833
2000	\$0	\$0	\$1,976	\$596	\$4,015	\$1,976	\$4,611	\$2,635
2001	\$0	\$0	\$1,992	\$596	\$4,087	\$1,992	\$4,682	\$2,690
2002	\$0	\$0	\$1,982	\$596	\$4,591	\$1,982	\$5,187	\$3,205
2003	\$1,743	\$0	\$1,972	\$596	\$5,136	\$3,714	\$5,732	\$2,018
2004	\$1,993	\$950	\$1,962	\$596	\$5,725	\$3,955	\$7,271	\$3,316
2005	\$0	\$0	\$1,962	\$596	\$5,725	\$1,962	\$6,321	\$4,359
2006	\$0	\$0	\$1,962	\$596	\$5,725	\$1,962	\$6,321	\$4,359
2007	\$0	\$0	\$1,962	\$596	\$5,725	\$1,962	\$6,321	\$4,359
2008	\$0	\$950	\$1,962	\$596	\$5,725	\$1,962	\$7,271	\$5,309
2009	\$0	\$6,132	\$1,962	\$596	\$5,725	\$1,962	\$12,453	\$10,490
2010	\$0	\$0	\$1,962	\$596	\$5,725	\$1,962	\$6,321	\$4,359
2011	\$0	\$0	\$1,962	\$596	\$5,725	\$1,962	\$6,321	\$4,359
2012	\$0	\$0	\$1,962	\$596	\$5,725	\$1,962	\$6,321	\$4,359
2013	\$3,485	\$0	\$1,962	\$596	\$5,725	\$5,448	\$6,321	\$873
2014	\$3,985	\$1,900	\$1,962	\$596	\$5,725	\$5,948	\$8,221	\$2,773
2015	\$0	\$0	\$1,962	\$596	\$5,725	\$1,962	\$6,321	\$4,359
2016	\$0	\$0	\$1,962	\$596	\$5,725	\$1,962	\$6,321	\$4,359
2017	\$0	\$0	\$1,962	\$596	\$5,725	\$1,962	\$6,321	\$4,359
2018	\$0	\$1,900	\$1,962	\$596	\$5,725	\$1,962	\$8,221	\$6,259
2019	\$0	\$3,066	\$1,962	\$596	\$5,725	\$1,962	\$9,387	\$7,425
2020	\$0	\$0	\$1,962	\$596	\$5,725	\$1,962	\$6,321	\$4,359
2021	\$0	\$0	\$1,962	\$596	\$5,725	\$1,962	\$6,321	\$4,359
2022	\$0	\$0	\$1,962	\$596	\$5,725	\$1,962	\$6,321	\$4,359
2023	\$1,743	\$0	\$1,962	\$596	\$5,725	\$3,705	\$6,321	\$2,616
2024	\$28,826	\$950	\$1,962	\$596	\$5,725	\$30,789	\$7,271	(\$23,516)
2025	\$0	\$0	\$1,962	\$596	\$5,725	\$1,962	\$6,321	\$4,359
2026	\$0	\$0	\$1,962	\$596	\$5,725	\$1,962	\$6,321	\$4,359
2027	\$0	\$0	\$1,962	\$596	\$5,725	\$1,962	\$6,321	\$4,359
2028	\$0	\$950	\$1,962	\$596	\$5,725	\$1,962	\$7,271	\$5,309
2029	\$0	\$6,132	\$1,962	\$596	\$5,725	\$1,962	\$12,453	\$10,490
2030	\$0	\$0	\$1,962	\$596	\$5,725	\$1,962	\$6,321	\$4,359
2031	\$0	\$0	\$1,962	\$596	\$5,725	\$1,962	\$6,321	\$4,359
2032	\$0	\$0	\$1,962	\$596	\$5,725	\$1,962	\$6,321	\$4,359
2033	\$3,485	\$0	\$1,962	\$596	\$5,725	\$5,448	\$6,321	\$873
2034	\$3,485	\$1,900	\$1,962	\$596	\$5,725	\$5,448	\$8,221	\$2,773
2035	\$0	\$0	\$1,962	\$596	\$5,725	\$1,962	\$6,321	\$4,359
2036	\$0	\$0	\$1,962	\$596	\$5,725	\$1,962	\$6,321	\$4,359
2037	\$0	\$0	\$1,962	\$596	\$5,725	\$1,962	\$6,321	\$4,359
2038	\$0	\$1,900	\$1,962	\$596	\$5,725	\$1,962	\$8,221	\$6,259
2039	\$0	\$3,066	\$1,962	\$596	\$5,725	\$1,962	\$9,387	\$7,425
2040	\$0	\$0	\$1,962	\$596	\$5,725	\$1,962	\$6,321	\$4,359
2041	\$0	\$0	\$1,962	\$596	\$5,725	\$1,962	\$6,321	\$4,359
2042	\$0	\$0	\$1,962	\$596	\$5,725	\$1,962	\$6,321	\$4,359
2043	\$1,743	\$0	\$1,962	\$596	\$5,725	\$3,705	\$6,321	\$2,616
2044	(\$11,352)	(\$4,579)	\$1,962	\$596	\$5,725	(\$9,389)	\$1,742	\$11,131

# BARRAGEM HIDROELECTRICA DE SALTINHO

Fluxo de Receitas e Despesas - NNR 39



## ANALISE DE SENSIBILIDADE DO VALOR ACTUAL NETTO (em milh.USD)

## PREÇO DO GASOLEO USD/ton

@NPV(\$T\$ :		100	145	190	235	280
	0%:	(\$22,559)	\$29,565	\$81,690	\$133,814	\$185,938
	5%:	(\$44,564)	(\$27,584)	(\$10,605)	\$6,374	\$23,354
TAXA	10%:	(\$47,811)	(\$39,580)	(\$31,349)	(\$23,118)	(\$14,887)
DE	15%:	(\$48,028)	(\$43,015)	(\$38,002)	(\$32,990)	(\$27,977)
ACTUALIZ	20%:	(\$47,304)	(\$43,839)	(\$40,375)	(\$36,911)	(\$33,447)
	25%:	(\$46,193)	(\$43,610)	(\$41,027)	(\$38,444)	(\$35,860)
	30%:	(\$44,924)	(\$42,900)	(\$40,876)	(\$38,851)	(\$36,827)
	35%:	(\$43,609)	(\$41,966)	(\$40,323)	(\$38,680)	(\$37,037)

NNR 39 - Tab.1

## ANALISE DE SENSIBILIDADE DO VALOR ACTUAL NETTO (em milh. USD)

## VARIACAO DO CUSTO TOTAL DO PROJECTO

@NPV(\$T\$ :		0.80	0.90	1.00	1.10	1.20
	0%:	\$163,232	\$148,523	\$133,814	\$119,105	\$104,395
	5%:	\$22,993	\$14,684	\$6,374	(\$1,935)	(\$10,244)
TAXA	10%:	(\$10,144)	(\$16,631)	(\$23,118)	(\$29,606)	(\$36,093)
DE	15%:	(\$21,559)	(\$27,275)	(\$32,990)	(\$38,705)	(\$44,420)
ACTUALIZ	20%:	(\$26,392)	(\$31,652)	(\$36,911)	(\$42,170)	(\$47,429)
	25%:	(\$28,584)	(\$33,514)	(\$38,444)	(\$43,373)	(\$48,303)
	30%:	(\$29,521)	(\$34,186)	(\$38,851)	(\$43,517)	(\$48,182)
	35%:	(\$29,797)	(\$34,239)	(\$38,680)	(\$43,122)	(\$47,563)

NNR 39 - Tab.2

## ANALISE DE SENSIBILIDADE DO VALOR ACTUAL NETTO (em milh. USD)

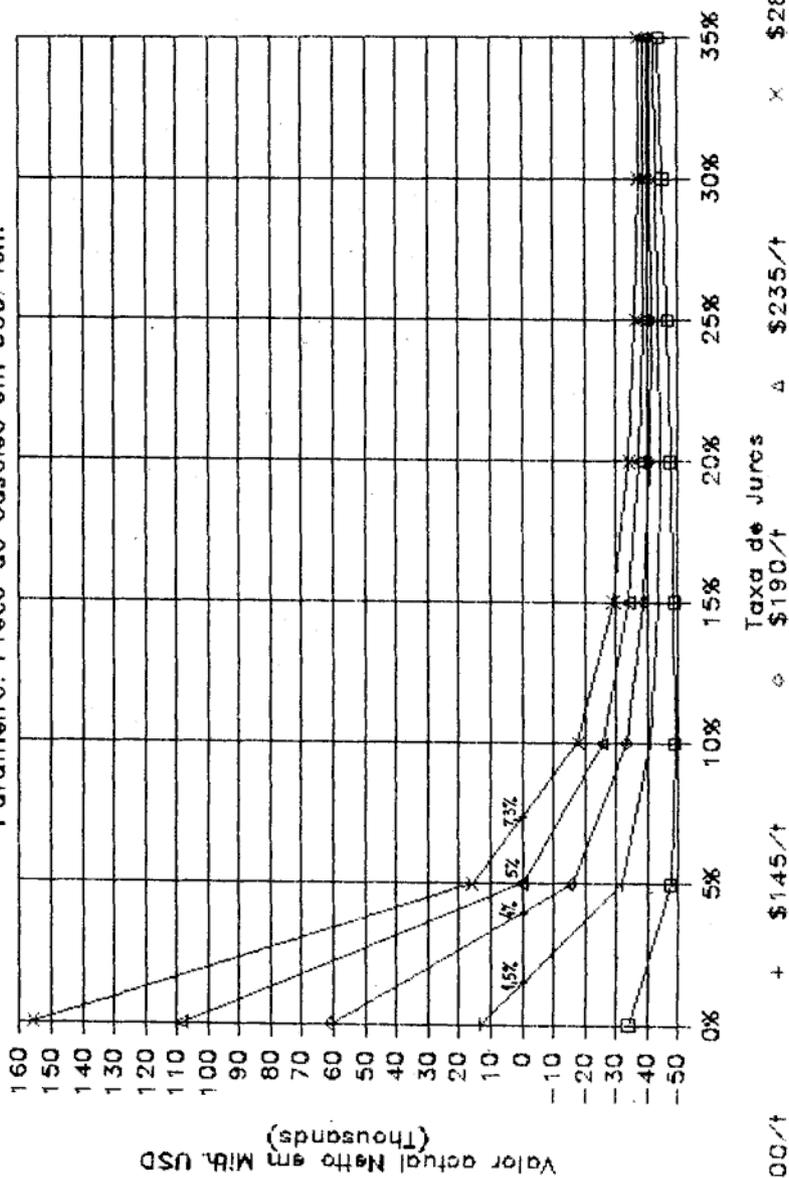
## VARIACAO DO CONSUMO DE ENERGIA

@NPV(\$T\$ :		0.90	0.95	1.00	1.05	1.10
	0%:	(\$181,223)	(\$79,336)	\$133,814	\$2,457,717	\$3,315,636
	5%:	(\$90,217)	(\$58,501)	\$6,374	\$1,548,152	\$1,797,895
TAXA	10%:	(\$66,213)	(\$51,700)	(\$23,118)	\$1,101,314	\$1,205,804
DE	15%:	(\$57,049)	(\$48,699)	(\$32,990)	\$815,258	\$869,936
ACTUALIZ	20%:	(\$52,199)	(\$46,714)	(\$36,911)	\$614,924	\$647,569
	25%:	(\$48,970)	(\$45,055)	(\$38,444)	\$469,186	\$490,598
	30%:	(\$46,501)	(\$43,545)	(\$38,851)	\$360,833	\$375,730
	35%:	(\$44,457)	(\$42,131)	(\$38,680)	\$279,026	\$289,884

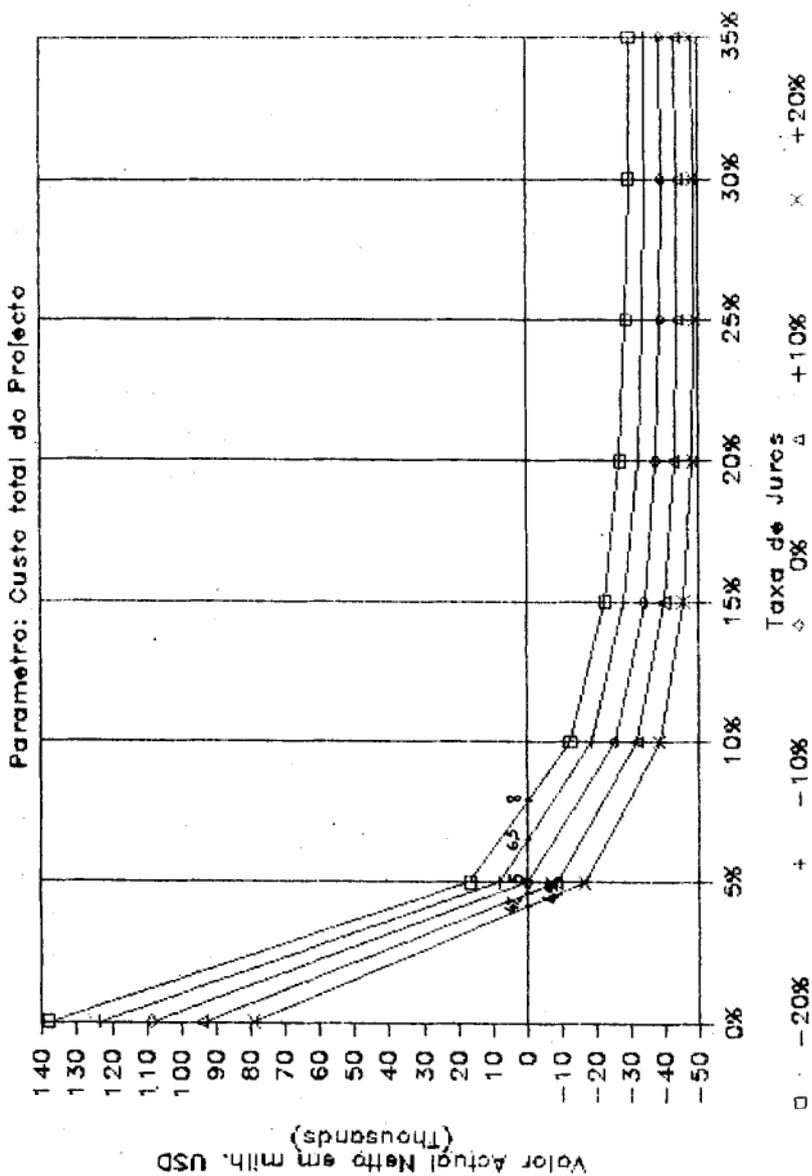
NNR 39 - Tab.3

# ANALISE SENSIBILIDADE DO VAN (fig.1)

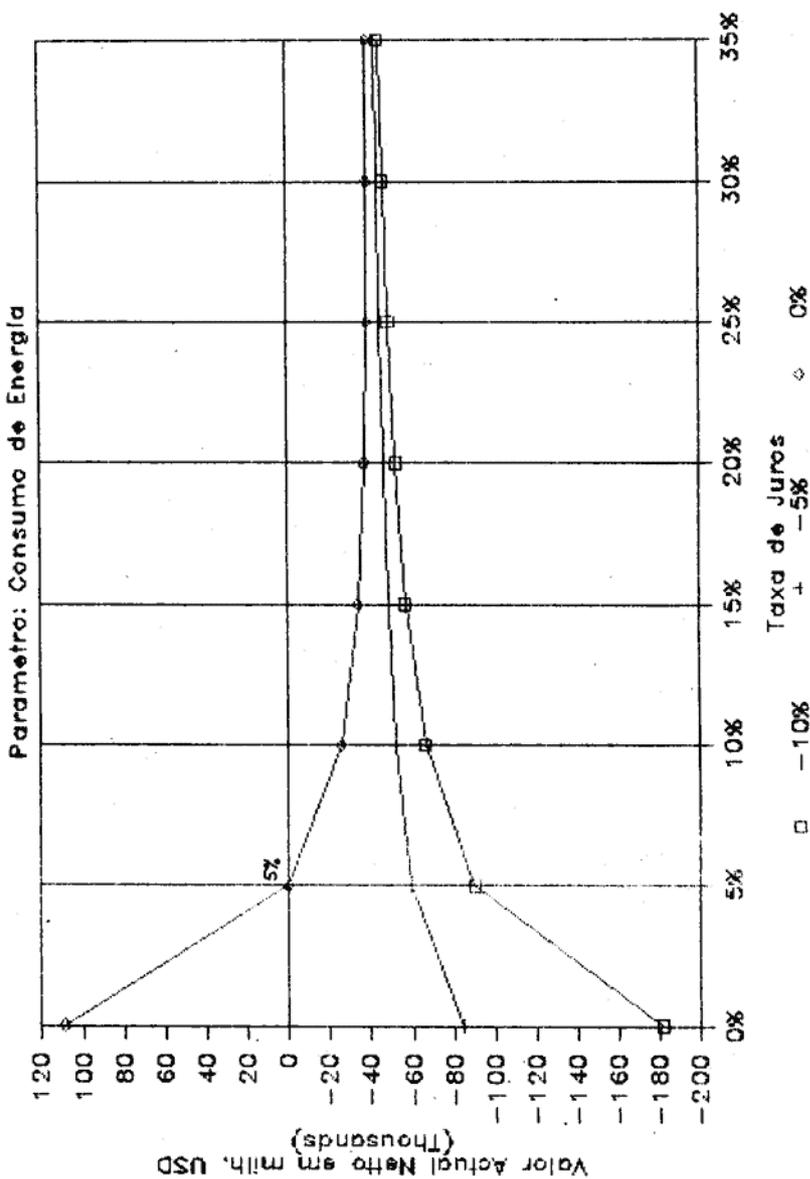
Parametro: Preço do Gasoleo em USD/ton.



# ANALISE DE SENSIBILIDADE DO VAN (fig.2)

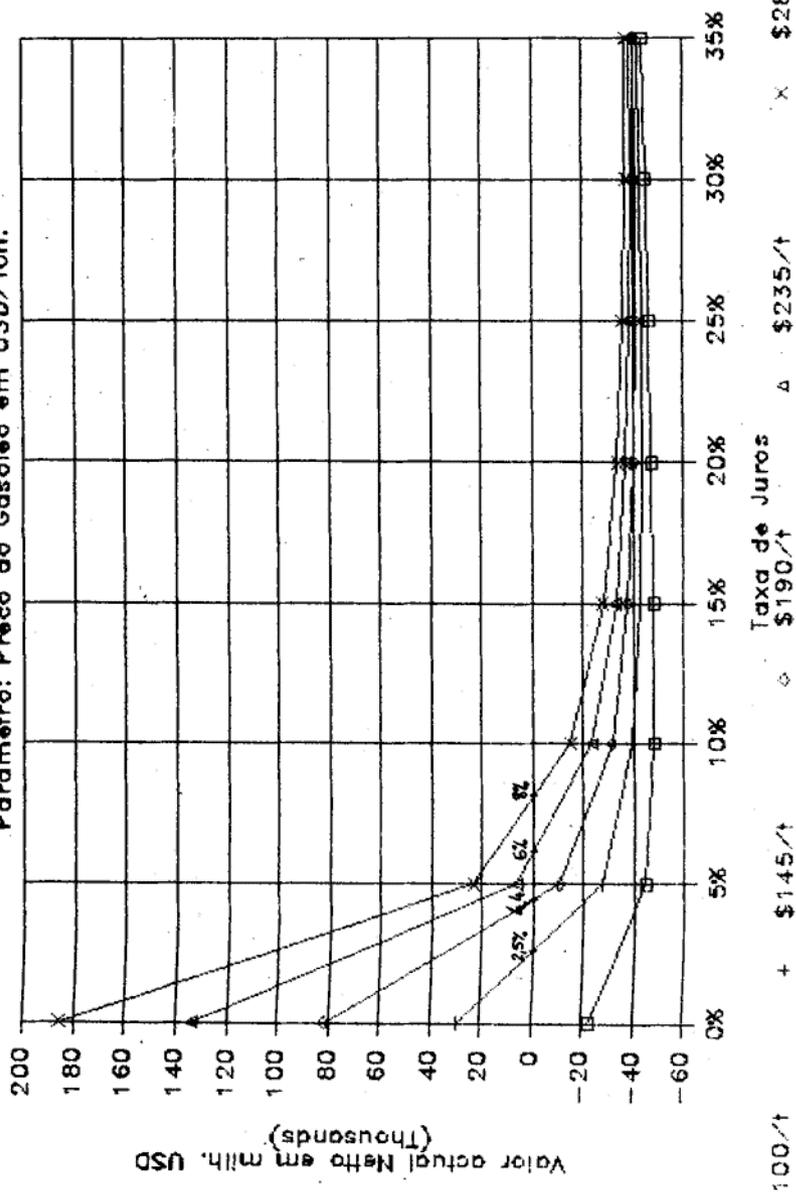


# ANALISE DE SENSIBILIDADE DO VAN (fig.3)



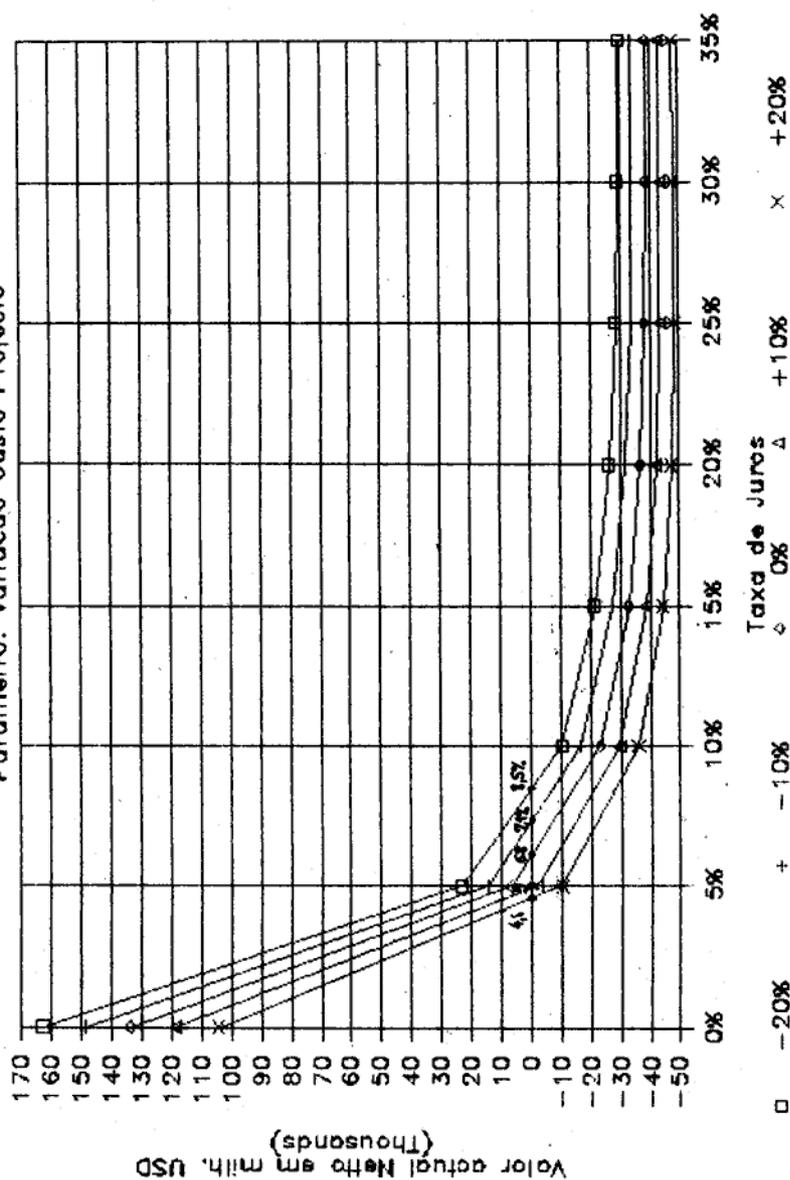
# ANALISE SENSIBILIDADE DO VAN (fig.4)

Parametro: Preço do Gasoleo em USD/ton.

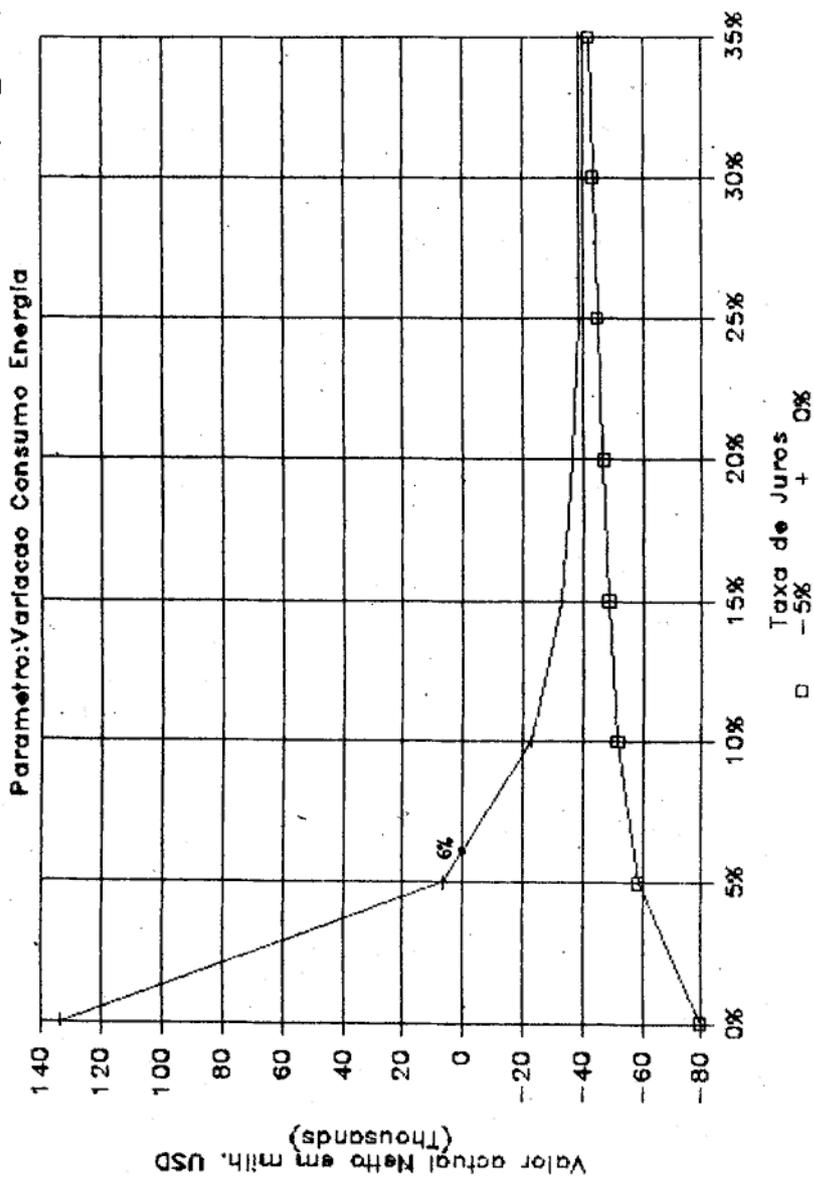


# ANALISE SENSIBILIDADE DO VAN (fig.5)

Parametro: Variação Custo Projecto



# ANALISE SENSIBILIDADE DO VAN (fig.6)



## A GUINÉ-BISSAU: ADAPTAR-SE À CRISE (\*)

A crise. Em toda a parte e sobretudo em África este termo reaparece nos discursos. Quer no discurso dos planificadores que explicam assim as dificuldades de ordem económica, quer no do político que pretende determinar as responsabilidades ou mesmo no do investigador que deseja compreender os «Porquês» do «isto vai mal».

Porque na realidade trata-se efectivamente de dar ênfase a uma situação vivida, considerada anormal, no sentido em que é caracterizada pela recessão ou a estagnação económica e pela existência de inumeráveis males sociais.

É de se notar, por outro lado, que o conceito de crise tal como é habitualmente empregue, se pretende e de maneira contraditória, tanto descritivo de uma dada situação socioeconómica como explicativo desta situação.

Torna-se conteúdo bem como causa. E o papel do investigador africano é precisamente de mostrar esta contradição com o fim de compreender o que ela esconde.

---

(\*) Diana Lima Handem é doutorada em Sociologia pela École des Hautes Etudes en Science Sociales de Paris e Coordenadora do Centro de Estudos Socioeconómicos do INEP.

Este artigo foi a comunicação apresentada pela autora em Dakar no quadro da conferência organizada pelo CODESRIM — Conselho para o Desenvolvimento das Ciências Económicas e Sociais — de 21 a 23 de Julho de 1986.

Pois hoje, devido à situação de crise dramática que vive o nosso continente, a investigação deve mais do que nunca associar-se aos sectores de decisão e de planificação.

É a esta associação que pretendemos dar a nossa modesta contribuição para a compreensão dos fenómenos sociais que atormentam a África, com a análise dos efeitos sociais da crise na Guiné-Bissau.

Pois trata-se, na análise tendo por objecto a crise, de ir para além da única realidade económica para considerar os efeitos sociais e o movimento dialéctico que se estabelece entre uma e outra realidade.

## *I — O QUE É A CRISE ECONÓMICA NA GUINÉ-BISSAU?*

Habitualmente, a primeira questão que se põe a quem se interessa pelos fenómenos da crise, é de saber o que significa em termos económicos no meio onde ela é situada.

A Guiné-Bissau não escapa a esta regra. Neste país como nos outros Estados africanos, são os indicadores económicos que permitem determinar se há crise.

Com uma superfície de 36 125 Km<sup>2</sup>, a Guiné-Bissau está dividida em três províncias e 9 (nove) regiões administrativas. A população é estimada hoje em mais de 900 000 (novecentos mil) habitantes e uma grande maioria — 87% <sup>(1)</sup> — está ocupada no sector agrícola.

### *I.1. A situação económica antes do reajustamento*

A economia da Guiné-Bissau fora marcada por profundos desequilíbrios, indicadores da crise antes de 1983, isto é, antes da implantação do primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento e da política do reajustamento que o acompanha.

A produção nacional não cobria o total das necessidades de consumo do país, famílias e Estado. Em 1981, o défice era da ordem de 950 000 contos, a produção nacional cobrindo apenas 85 a 95% destas necessidades <sup>(2)</sup>. E isso apesar da existência dum fraco nível médio de consumo que na mesma época era da ordem de 100 dólares US por indivíduo e por ano, segundo o câmbio real <sup>(3)</sup>. Os próprios planificadores reconheciam que a «simples reprodução não estava assegurada ao nível do consumo das famílias rurais apesar de extremamente baixo <sup>(4)</sup>».

A produção agrícola tinha estagnado e em certos casos retrocedido e a rentabilidade do sector industrial continuava aleatória. Apesar de ter beneficiado entre 1975 e 1981 de mais de 2 (dois) milhões de contos de investimento, o valor acrescentado deste sector não atingia 100 000 contos em 1981 <sup>(5)</sup>.

Daí resultou um défice extremamente pesado da balança de pagamentos, do orçamento e a dívida exterior. Em 1981 o défice total da balança de pagamentos era da ordem de 2 320 000 contos, representado 19,3% do total das despesas. E as operações de desenvolvimento não tendo uma contrapartida significativa ao nível da produção nacional, dependia em 77,5% do exterior <sup>(5)</sup>.

Com a produção nacional a baixar e as despesas da administração aumentando, a situação orçamental e comercial era das mais alarmantes. *O orçamento do Estado e a balança comercial acusavam respectivamente em 1981, um défice de 49,8% (6) e 69,02% (7).*

Assim a dívida externa aumentou de 60 milhões de dólares em 1982 (8) dos quais 50% pagável a curto prazo e respeitantes às importações de bens e serviços (9).

Quanto à questão do emprego, já se punha numa forma aguda em 1979, principalmente na capital, Bissau, onde se encontra o maior número de assalariados: *10% da população activa total encontrava-se desempregada*, dos quais 21,5% residentes em Bissau (10).

Há que sublinhar aqui, que uma grande maioria dos assalariados encontrava-se então empregada no aparelho do Estado, cujas despesas se duplicaram de 1976 a 1980. isto indica, à vista da estagnação dos salários, uma quase multiplicação por dois do número dos assalariados e o desenvolvimento de uma administração parasitária, difícil de manter com o baixo nível das forças produtivas.

Entretanto, para financiar o défice, os poderes públicos procederam a uma emissão monetária sem contrapartida, o que provocou uma inflação, responsável parcialmente pela desvalorização da moeda nacional. Enfim, o mercado interno era caracterizado por uma penúria afectando a maioria dos produtos e revertendo uma gravidade particular nas zonas rurais.

Todos estes dados económicos indicam que existiam profundos desequilíbrios tanto ao nível das contas internas e externas como em relação ao crescimento e demonstram que o país se instalava na crise.

## I.2. A génese da crise

A partir daí, põe-se então o problema da origem duma tal situação.

Para certos investigadores, a crise que se vive actualmente no Terceiro Mundo, encontrou a sua génese nos fenómenos internos ou então, ela é considerada como principalmente imputável aos factores exógenos.

As causas internas respeitam à própria estratégia de desenvolvimento adoptada pelos Estados, e as causas externas, a determinação dos termos da troca, marcando uma repartição desigual dos benefícios registados.

Outros investigadores no entanto, pensam que a crise socioeconómica verificada provém em primeiro lugar do sistema económico mundial do qual ela constitui uma das fases previsíveis da acumulação do capital. Nós não desejamos entrar aqui nos debates teóricos, não porque não reconhecemos a importância que lhe é reservada, mas pelo facto que nós pensamos, no caso particular da Guiné-Bissau, que é mais prudente do ponto de vista analítico proceder primeiramente com uma investigação empírica. Isto permitir-nos-ia encontrar os elementos explicativos da situação da crise registada e de melhor preencher em segundo lugar toda a reflexão teórica baseada numa análise comparativa.

Por isso vamos-nos dedicar aqui principalmente ao exame das causas internas da crise na Guiné-Bissau.

2.1 — No que respeita à Guiné-Bissau, independente há alguns doze anos apenas, a primeira das causas da crise reside na precaridade das estruturas socioeconómicas internas.

a) a Guiné então «Portuguesa» não tendo sido uma colónia de povoamento a sua exploração, apoiou-se essencialmente num sistema comercial de «traite». Os nacionalistas depararam nos dias da libertação, com um país que não beneficiava senão dum mínimo de infra-estruturas socioeconómicas.

As poucas vias de comunicação, armazéns, silos e barragens, construídos durante a época colonial, foram em grande parte destruídas pelos bombardeamentos durante a guerra.

E os camponeses, principais forças produtivas do país, ficaram fechados num modo de produção caracterizado principalmente pela utilização de instrumentos e de técnicas culturais rudimentares. (11)

Quanto ao sector industrial, ainda estava embrionária e orientava as suas actividades em duas direcções:

— Uma primeira transformação das matérias-primas destinadas à exportação, tal como a madeira;

— E uma produção em pequena escala de produtos acabados, destinados ao consumo e que se resumia na fabricação do álcool extraído da cana-de-açúcar — as destilarias constituído a esmagadora maioria do sector industrial — do óleo de mancará e de alguns vestuários.

O pessoal indígena empregado neste sector era caracterizado por uma não qualificação profissional, fazendo mais o papel de ajudantes do que de operários especializados.

Além de mais, os instrumentos de produção utilizados revelavam uma tecnologia ultrapassada e um estado de uso avançado.

Por outro lado, outra característica da herança colonial, a estratégia militar tinha, nos cinco últimos anos que precederam a independência, provocado um êxodo rural massivo para a capital e para os principais centros urbanos. Vivendo então principalmente das subvenções da administração militar, sob diversas formas, esta população urbana excessiva vai constituir um problema na medida em que vai provocar um desequilíbrio cidade-campo dado o nível das forças produtivas. Estas, amassadas a uma economia de subsistência em que o excedente continua insignificante, não eram capazes de satisfazer as necessidades duma população cujos efectivos tinham, segundo as estimativas, dobrado.

A população de Bissau passara de 1950 a 1979, de 18 325 a 109 214 habitantes, marcando uma multiplicação por 5 (cinco) o que permite supor, tendo em conta o movimento das tropas, que a realidade ultrapassava as estimativas (12):

b) O panorama socioeconómico descrito e herdado do colonialismo vai-se agravar em poucos anos depois da independência, devido aos erros cometidos em matéria de estratégia de desenvolvimento. O erro incidia essencialmente sobre o facto que apesar das orientações fixadas pela força política dirigente — o PAIGC, Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde — no seu 3.º

congresso, e não obstante a existência duma grande maioria da população activa no sector primário, os investimentos foram concentrados do desenvolvimento da indústria.

Ora esta indústria era não somente pouco importante do ponto de vista de produção e da oferta de emprego, mas igualmente, pelo facto da utilização de factores de produção rudimentares, pouco adaptada ao desenvolvimento duma indústria moderna e rentável.

O resultado é que o sector industrial, pela sua não rentabilidade generalizada, absorvendo a maior parte dos investimentos, pôde ser tomado por responsável do aumento da dívida externa. Basta sublinhar que os benefícios do sector industrial atingia apenas, em 1980/81, 5% do montante investido desde 1975. (13)

Os erros em matéria de estratégia de desenvolvimento incidira igualmente sobre a gestão do sector comercial e dos recursos humanos.

A passagem, por um lado, do sistema de troca instaurada nos armazéns do povo, nas antigas zonas libertadas, ao sistema monetário, e por outro do comércio privado ao comércio nacionalizado nas zonas que tinham ficado sob o controlo da administração colonial, não foi objecto de estudos de factibilidade permitindo determinar a capacidade nacional em termos da gestão e de mercado.

Isso teria permitido prever uma gestão deficiente de uma certo pessoal da rede comercial pública, e evitar a disparidade verificada entre os bens importados e as necessidades de uma grande maioria da população. Pode-se ler num documento de discussão do Ministério do Plano, que era então o Comissariado de Estado da Coordenação Económica e Plano, datado de Novembro de 1980, que «milhões foram gastos em barcos, camiões modernos e carros para evacuar os produtos mas poucas enxadas chegavam às mãos do agricultor para melhorar a sua capacidade de produção». (14)

Assim, numerosos armazéns registaram saldos negativos e a rede da troca atrofiou-se, agravando o fenómeno da queda da produção nacional.

Entretanto, a política em matéria de gestão dos recursos humanos reforçou, como sublinhamos anteriormente, o parasitismo de uma função pública cujo pessoal dobrou em quatro anos de 1976 a 1980 (15), absorvendo mais de 30% da produção nacional. Isto era em grande parte a consequência duma política verificável em muitos serviços que consistia em integrar em excesso um pessoal novo para superar a incompetência ou a não produtividade do pessoal já em serviço.

Pois, à insignificante herança legada pelo colonialismo se somava uma fraca capacidade de gestão e uma prática errada em matéria de estratégia económica que vem agravar a insuficiência dos recursos humanos.

### 1.3. O reajustamento económico e seus resultados

Frente a uma tal situação, o Governo decide acelerar a elaboração do 1.º Plano do Desenvolvimento Nacional previsto por um período de 4 anos — 1983/1986 — e incluir um programa de estabilização económica (PEE).

### 3.1. O programa de estabilização económica

O programa aprovado em Dezembro de 1982 devia estender-se nos dois primeiros anos de plano, de 1983 a 1984.

Mas um atraso considerável foi registado na execução do programa inerente a factores internos como externos: duma parte a reorganização do aparelho administrativo e comercial e doutra parte a chegada tardia da ajuda à balança de pagamento e à segurança alimentar.

Assim, o programa foi estendido até ao ano de 1985 e o Conselho Económico previa prolongá-lo ainda mais dois anos — 1986/1987 — isto principalmente pelo facto de se ter constatado alguns bloqueios <sup>(16)</sup>.

O PEE visava originalmente dois objectivos fundamentais:

- 1) Pôr fim ao desequilíbrio existente entre a produção e o consumo;
- 2) Pôr fim à desorganização dos circuitos monetários e financeiros internos e externos <sup>(17)</sup>.

Pará o efeito, foi considerado que o Programa devia articular-se em três aspectos tomados como indispensáveis:

— Velar pelo aumento e pela rigorosa gestão da ajuda externa <sup>(18)</sup>.

— Assegurar o controlo macro-económico pela estabilização da moeda a um nível realista. A adaptação do sistema dos preços aos objectivos definidos, a reorientação das trocas de produtos de maneira a eliminar as exportações clandestinas <sup>(19)</sup>.

O PEE é posto como independente da produção nacional, e apoiando-se essencialmente nos recursos exteriores <sup>(20)</sup>. E foi considerado, que «se a maioria desses recursos é directamente consumida sem efeito multiplicador, a estabilização não seria efectiva porque ela seria totalmente exterior à economia nacional» <sup>(21)</sup>.

Os aspectos de intervenção, que obrigavam a uma redefinição da política fiscal, da política monetária e das trocas, e da política dos preços, e ainda a uma reorganização das estruturas administrativas, iam ser objecto duma série de medidas no decurso destes três últimos anos. O FMI (Fundo Monetário Internacional) foi associado à elaboração destas medidas depois de um acordo assinado no fim de 1983 <sup>(22)</sup> que incidia principalmente sobre <sup>(23)</sup>:

— a desvalorização da moeda;

— a limitação do controlo dos preços unicamente aos bens de primeira necessidade e o aumento dos preços ao consumidor;

— e finalmente o congelamento dos salários para 1984.

Assim, na Guiné-Bissau como nos outros países do Terceiro Mundo, o FMI mantinha-se fiel às suas opções estratégicas em matéria de economia: a desvalorização, a redução das despesas públicas, o aumento dos impostos <sup>(24)</sup>.

Da mesma forma, o Banco Mundial, subscrevia as medidas de austeridade preconizadas, felicitando-se em 1983 que o seu programa seja «adaptado à política governamental em matéria de reformas económicas» <sup>(25)</sup>.

Passaram-se três anos e uma terceira questão impõe-se de novo: quais são os resultados do PEE?

### 3.2. À procura do equilíbrio económico

Neste parágrafo vamos examinar os resultados económicos do PEE, reservando aos capítulos seguintes a análise dos seus efeitos sociais, que constitui o objectivo principal deste estudo.

Desde Fevereiro de 1983, uma série de medidas foram tomadas tanto do ponto de vista da organização económica como de ordem financeira <sup>(26)</sup>. Mas apesar disso os objectivos visados não foram atingidos e as autoridades competentes foram obrigadas a constatar o agravamento dos desequilíbrios financeiros e económicos.

«A nova agravação da situação económica durante o ano de 1983», reconhecia o Secretariado de Estado do Plano e da Cooperação Internacional aquando da elaboração do plano anual 1984, «agravação marcada por uma maior deterioração dos desequilíbrios económicos e financeiros impõe com uma maior acuidade, a realização no seu conjunto, dos objectivos do PEE, tanto em matéria de ajuda externa como na realização prática das medidas de rigor e de organização internas» <sup>(27)</sup>.

O défice orçamental tinha, com efeito, aumentado atingindo 130% <sup>(28)</sup> e a balança de pagamentos acusava uma degradação contínua: as exportações tinham diminuído de 25,05% em comparação com 1982 <sup>(29)</sup> e a balança dos capitais acusava uma importante diminuição das receitas <sup>(30)</sup>.

Os desequilíbrios foram então imputados tanto à chegada tardia dos fundos emanados da ajuda externa bem como a não aplicação das medidas decretadas <sup>(27)</sup>. Ainda foi decidido que o ano de 1984 devia ser considerado como o real ano I do PEE.

Mas é necessário sublinhar que à implantação das medidas de restrição se acrescentavam nesse ano:

— Um retrocesso da produção agrícola devido a más condições climáticas <sup>(32)</sup>;

— Uma acentuação da deterioração dos termos de troca que para a Guiné-Bissau se traduzia essencialmente pela baixa do preço da mancarra na ordem de 45% de 1982 a 1983 <sup>(33)</sup>;

— Assim como uma diminuição dos empréstimos a médio e longo prazos, consequência das dificuldades de reembolso da Guiné-Bissau <sup>(34)</sup>.

b) As medidas de correcção macro-económica são então reforçadas em 1984, por uma desvalorização constante da moeda nacional e uma tentativa de implantação duma reforma comercial limitando a intervenção do Estado, em favor do sector privado <sup>(35)</sup>.

No entanto, não obstante um esforço de rigor relativamente às despesas do Estado, esforço que permitiu uma diminuição de 25% do défice orçamental em termos reais, este continuou importante <sup>(36)</sup>. Pois a ajuda à balança de pagamentos tinha sido insignificante, não tendo atingido os 100 000 contos ou seja menos de um quinto das previsões <sup>(37)</sup>. E se os créditos a médio e longo prazos aumentaram permitindo assim uma ligeira baixa do défice global da balança de pagamentos <sup>(38)</sup>, a dívida externa acusava um novo aumento dos atrasados de perto de 8 milhões de dólares US <sup>(39)</sup>.

É necessário no entanto sublinhar que o volume das exportações conheceu em 1984 um crescimento em valor notável, da ordem de 102% <sup>(40)</sup>. Este foi inerente,

em parte, à evolução positiva dos preços à exportação <sup>(41)</sup> — + 19% —, e a uma produção agrícola satisfatória, devida ao melhoramento das condições pluviométricas <sup>(42)</sup>. A produção dos cereais particularmente tinha aumentado de 25% em relação a 1983 <sup>(42)</sup>.

Assim, as autoridades estimaram que, apesar da estagnação ou mesmo do retrocesso da produção industrial, este crescimento verificado no sector mais importante da economia nacional, permitia pensar que a produção nacional conheceu um ligeiro aumento em termos globais em 1984, em relação ao profundo desequilíbrio de 1983 <sup>(43)</sup>.

Mas, o que se deve reter em relação à manutenção dos equilíbrios económicos, é, a nosso ver, que a função estabilizadora do programa económico foi de novo pouco evidente em 1984, apesar de melhores condições agrícolas.

c) 1985 foi um ano suplementar de promulgação duma série de medidas de controlo económico e financeiro. Estas incidiram de novo essencialmente sobre as questões de organização e de reforço da administração económica assim como no seguimento da política de desvalorização dos preços e do apoio financeiro ao sector privado <sup>(44)</sup>.

Em 1985, o Peso conheceu, com efeito, uma desvalorização média de 51%. O preço do arroz pago pelo consumidor sofreu um aumento de 67%. Enfim, o sector privado beneficiara do quádruplo dos créditos atribuídos pelo Banco Nacional em 1984 <sup>(44)</sup>. Por outro lado, de acordo com os objectivos de restrição das despesas da administração pública, o Conselho de Ministros decidiu reduzir o pessoal excedentário da Função Pública, através da reforma antecipada e do licenciamento.

Assim, procedeu-se ao recenseamento do pessoal considerado improdutivo a partir de três critérios: idade, a subqualificação e a incompetência <sup>(45)</sup>. Esta série de acções levadas a cabo no quadro do PEE permitiu, em termos macro-económicos, reduzir um pouco os desequilíbrios observados. Mas o Ministério implicado reconheceu que «os progressos da política de estabilização continuavam lentos e os défices do orçamento do funcionamento e da Balança de Pagamentos são ainda elevados» <sup>(47)</sup>. Com efeito, o défice orçamental foi de 41,5% em 1985 <sup>(48)</sup>. E a erosão da balança de pagamentos, ainda que minimamente controlado, acusava um défice da ordem de 11,3 milhões de dólares US, ou seja, menos 22,06% que em 1984 <sup>(49)</sup>. As exportações tinham baixado de 33% enquanto que a curva das importações marcava um aumento de 5% em relação a 1984 <sup>(49)</sup>.

Assim, em 31/12/85 a dívida da Guiné-Bissau elevava-se a 271,26 milhões de dólares US <sup>(50)</sup>.

As dificuldades de mobilização dos fundos provenientes da ajuda externa continuavam a principal razão evocada para explicar a incapacidade de gerir os desequilíbrios financeiros <sup>(51)</sup>. É verdade que dos 12,2 milhões de dólares US previstos na rubrica do financiamento externo pelo Plano Anual 1985, somente 61% chegaram a Bissau, sob forma de mercadorias ou de divisas depositadas no Banco Nacional <sup>(51)</sup>.

É de notar, por outra parte, que se as culturas alimentares aumentaram de forma notória — + 16,3% — em comparação com 1984 <sup>(52)</sup>, os produtos agrícolas de

exportação conheceram uma taxa de crescimento da mesma notoriedade — 16,1% — sobretudo no que concerne à mancarra <sup>(53)</sup>.

d) o resumo das acções anuais levadas a cabo no quadro do PEE permite concluir que o balanço é decepcionante. Os objectivos visados estão ainda longe de serem atingidos e apesar dos esforços de planificação e de controlo macro-económico levados a cabo, os défices do orçamento de funcionamento do Estado e da balança de pagamentos proclamam o bloqueio da situação económica. A dívida externa acumulando-se, as autoridades competentes já previram um aumento do défice orçamental na ordem de 25% para 1986 e consideram a ajuda externa como principal factor de desbloqueio desta situação de crise <sup>(54)</sup>.

Para compreender a persistência da estagnação e em certos casos do retrocesso em matéria económica na Guiné-Bissau, três vias se oferecem para a análise em termos de hipóteses de trabalho, à vista das próprias dificuldades enunciadas pelos planificadores, mas igualmente numa observação participativa.

As três vias são as seguintes:

— A capacidade da administração central em realizar por um lado uma política de coordenação económica e doutra parte em aplicar integralmente as medidas de estabilização decretadas, aplicação que é condicionada pela eficácia da coordenação mencionada.

— A natureza e a eficácia da ajuda à balança de pagamentos caracterizada por um atraso contínuo dos vencimentos das letras e cujos montantes dos juros são da ordem de 6,5 milhões de USD <sup>(55)</sup> em 1985, para os empréstimos a longo e médio prazos.

— Por fim, os impactos sociais das medidas de estabilização, impactos tendo por sua vez, necessariamente, um efeito sobre estas medidas, que podem ser causadoras de desvios em relação aos objectivos preconizados em termos económicos.

Este estudo debruçando-se sobre a questão dos impactos sociais da crise, é pois esta terceira hipótese que vamos seguir.

## II — *IMPACTOS SOCIAIS E ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA*

Proceder à análise dos impactos sociais da crise na Guiné-Bissau equivale de facto essencialmente a analisar os efeitos do PEE, elaborado com a finalidade de saneamento económico.

Pois o esforço de planificação e sobretudo de estabilização económica levado a cabo para reduzir progressivamente os indicadores económicos da crise vai por um lado reforçar os impactos já existentes ao nível social e doutra parte provocar efeitos absolutamente novos.

Alguns destes efeitos foram previstos pelo PEE e relacionam-se principalmente com a baixa do poder de compra das populações urbanas em especial as famílias assalariadas <sup>(56)</sup>.

Existem outras, se bem que não planificadas e inerentes ao próprio PEE ou às dificuldades da sua aplicação.

Este estudo não tem a pretensão de elaborar uma lista exaustiva dos efeitos sociais do PEE, mas sim de proceder à análise daqueles que aparecem como mais

importantes em relação, por um lado, às novas estratégias de sobrevivência encontradas e às mutações sociais provocadas e, doutra parte, do seu papel quanto à continuação da política do saneamento económico.

Pois, para além do facto que os efeitos provocados ao nível social agem sobre o próprio processo de estabilização económica, eles determinam as estratégias de sobrevivência divergentes ou convergentes adoptadas pelas diferentes camadas sociais, e que lhes permitem de coabitar com a crise.

## II.1 A situação encontrada

Em 1979, a Guiné-Bissau contava uma população total de 767 739 habitantes, tendo conhecido um crescimento de 1,43% desde 1950<sup>(57)</sup>.

Desta população 87% residia nas zonas rurais. Dois outros elementos permitem caracterizar esta população: a sua juventude, 50% de seus efectivos tendo uma idade compreendida entre 0 a 15 anos, e a sua taxa elevada de feminidade: 51,7%<sup>(58)</sup> da população são constituídos por indivíduos de sexo feminino.

Bissau, a capital, cuja população era em 1950 de 18 000 habitantes, abrigavam em 1979, 105 000 habitantes seja 13,6% da população total. Segundo as estimativas a sua população em 1985 teria ultrapassado os 160 000 habitantes<sup>(59)</sup>.

Os erros cometidos em matéria de estratégia económica logo após a independência atingiram essencialmente este grande fragmento da população constituído pelos camponeses, provocando um êxodo rural maciço e a baixa da taxa de masculinidade especialmente na faixa de 16 a 30 anos<sup>(60)</sup>.

Com efeito, o emprego maciço dos investimentos numa indústria pouco rentável e implantada nos centros urbanos, e sobretudo na capital, traduziram-se numa estagnação e mesmo numa regressão, do nível de vida das camadas camponesas. E isto apesar do aumento do preço do arroz ao produtor decretado nos inícios da independência.

O documento oficial respeitante à análise da situação económica apresentado em Novembro de 1977 ao III Congresso do PAIGC, sublinha o fenómeno do «êxodo rural crescente» verificado, assim como a gravação do «problema do desemprego» durante estes primeiros anos da independência<sup>(62)</sup>. Com efeito, a distribuição desigual dos rendimentos cidade-campo, contraria os ideais políticos preconizados pelo Partido no poder, tinha provocado uma baixa do poder de compra dos camponeses que, agravada pelo abastecimento irregular dos produtos de primeira necessidade obrigava a um grande número de entre eles, a recorrer a meios de sobrevivência não tradicionais. Estes meios de sobrevivência surgiram principalmente na emigração temporária para os países vizinhos e no comércio clandestino de certos produtos agrícolas e artesanais nas fronteiras.

- a) As camadas sociais mais jovens adquirem o hábito de exportar a sua força de trabalho, principalmente em Casamansa, durante a estação seca e nos períodos mortos da estação das chuvas, sobretudo imediatamente depois do desbravamento da mata e da lavoura.

Engrossando para além das fronteiras, os efectivos de pessoal doméstico e da mão-de-obra agrícola, a juventude camponesa oriunda de diversas sociedades étnicas, ao vender a sua força de trabalho, permitia à sua família adquirir os artigos manufacturados de primeira necessidade. As raparigas providenciavam assim e segundo a sua origem étnica a constituição do seu próprio guarda-roupas ou o da sua mãe ou o da sua futura sogra. Aos jovens rapazes se incumbia a responsabilidade mais especialmente da compra de factores de produção, de um meio de transporte — bicicleta — e muitas vezes de um rádio.

- b) Por outro lado, certos elementos da população que não podiam emigrar para vender a sua força de trabalho para além das fronteiras, por razões de ordem familiar ou social, dedicavam-se ao comércio clandestino duma parte da sua produção agrícola e/ou artesanal. O objectivo era igualmente a procura de bens de uso e de consumo inexistentes no mercado nacional. É do conhecimento público que uma grande parte da produção de óleo de palma das regiões situadas nas fronteiras Norte-Oeste é vendido pelas mulheres no Senegal, em detrimento do abastecimento do mercado nacional.

A escassez de produtos escoados para os mercados externos, teve por consequência ao nível nacional, um aumento dos preços, segundo a lei da oferta e da procura, que afectou principalmente o poder de compra das populações suburbanas.

- c) Estas populações suburbanas, sendo em grande parte o produto de um êxodo rural, levado igualmente a cabo com o fim de melhorar o nível de vida, eram os mais afectados pelo desemprego e o subemprego. Constituídas por elementos jovens e tendo geralmente frequentado a escola, a população suburbana proveniente do êxodo rural era duplamente vítima dos desequilíbrios económicos.

A erosão do seu poder de compra ao longo de todo o processo de passagem de um estado social a um outro, iria fazer desta população a camada urbana mais propícia ao desenvolvimento de um sector económico informal que constituiria uma inovação em matéria de procura de meios de auto-suficiência. As estratégias de sobrevivência elaboradas pelas massas camponesas, e depois pelas populações urbanas nos primeiros dias da independência persistem ainda hoje. Para mais, elas tomaram um carácter bastante grave para a economia nacional, com tendência para se generalizar e para melhorar a sua adaptação à situação da crise vigente.

As populações camponesas se orientam cada vez mais para uma emigração definitiva nos países vizinhos, tendo alargado consideravelmente o leque dos produtos que são objectos do comércio clandestino.

A Assembleia Nacional debateu em Maio de 1986 duas questões consideradas pelos deputados como sendo particularmente graves para a economia nacional. A primeira dizia respeito à emigração definitiva da força de trabalho nos países vizinhos constatada no Norte das regiões do Este.

A segunda referia-se à quantidade irrisória da mancarra recolhida pelas sociedades públicas de exportação, apesar de um ano agrícola favorecida por condições climatológicas positivas.

## II.2 *A agravação dos efeitos sociais da crise*

Assim, as tentativas de endireitamento económico levadas a cabo pelas autoridades competentes, tendo efeitos negativos, vão agravar a situação pré-existente.

Do ponto de vista metodológico procedemos ao exame dos impactos sociais de cada uma das medidas decretadas no quadro do PEE, as que foram realizadas e as que estão apenas iniciadas.

### 2.1 *Medidas realizadas e impactos sociais*

- a) As acções levadas a cabo no sentido do melhoramento da organização e da coordenação económicas, têm tido no conjunto, um impacto social positivo. Isto, na medida em que, de uma parte elas implicaram directamente o poder político nas questões do desenvolvimento, e doutra parte elas permitiram associar um maior número de quadros nacionais às actividades de gestão, coordenação e controlo económicos. Em 1983 <sup>(62)</sup>, a criação duma Comissão Nacional de controlo económico e dum Bureau para a reorganização do sector comercial, e em 1984 <sup>(63)</sup> a criação duma estrutura de gestão da ajuda à balança de pagamentos constituíram não somente as premissas duma maior eficácia da gestão pública, mas igualmente uma participação a um mais alto nível da decisão, de quadros implicados na administração económica.
- b) A desvalorização do Peso que começou em 1983, provocara inicialmente uma baixa dos preços dos produtos nacionais e uma subida imediata dos preços dos bens de importação que não teve nenhuma incidência notória sobre o poder de compra das populações.

Mas a desvalorização constante da moeda conjugada à subida dos preços de compra ao produtor nacional, traduz-se hoje por uma baixa alarmante do poder de compra da população e mais particularmente da população urbana, tocando as famílias assalariadas das mais diversas camadas sociais duma forma ascendente.

Os planificadores, que tinham previsto esta baixa do poder de compra com o objectivo de restabelecer o equilíbrio cidade-campo, procedendo a uma maior repartição dos rendimentos nacionais, sublinham o facto que, se duma parte, as populações urbanas assistem a uma erosão constante do seu poder de compra, que em 1986 é da ordem de 50% <sup>(64)</sup>, as populações rurais não perderam senão 30% do seu poder de compra em relação a 1983. Nos factos, a diminuição de poder de compra de uma como da outra população é muito mais importante do que aquela que foi obtida através dos cálculos económicos feitos na base duma taxa de câmbio e dos preços oficiais. Com o factor corrupção ajudando, desenvolveu-se todo um circuito incontroado de mercadorias e de divisas num sector informal que pratica uma alta especulação, sobre os produtos agrícolas ou industriais nacionais como sobre os bens importados.

A atracção dos ganhos fáceis caracterizados por uma margem de benefícios considerável, na ordem dos 100 a 300%, produz um efeito «boomerang» e multiplicador na medida em que reforça a corrupção dos meios administrativos, incita a uma reconversão profissional dos assalariados, e absorve uma grande parte da mão-de-obra proveniente do êxodo rural.

No entanto, a baixa do poder de compra da população urbana assalariada e o aumento dos preços ao consumidor, abre a via à delinquência e a todo o tipo de desvios sociais apreendidos como uma estratégia de sobrevivência.

A progressão da delinquência juvenil nos centros urbanos com o aumento do número de delitos e de furtos, e o aparecimento de novas formas de prostituição, são inseparáveis das medidas de restrição tomadas nos centros urbanos sem que se tenha tomado em conta o papel social duma franja da população vivendo muito abaixo do nível médio de vida nesses centros e constituídos pelos assistentes técnicos.

A opinião pública na capital denuncia hoje a existência do «supermercado do Pilum», e do «mercado dos cooperantes» e isso não é um acaso<sup>(65)</sup>.

Face a uma tal situação, o aumento nominal dos salários teve o efeito duma gota de água no mar<sup>(66)</sup>. Acompanhada duma subida do preço do arroz ao consumidor, a taxa de aumento dos salários torna-se imediatamente insignificante devido à subida dos preços reais dos outros produtos consecutivo à subida do preço do arroz.

Por outro lado, no que respeita às populações rurais, um estudo pontual feito em Julho de 1985 em Malafó, tabanca situada na região administrativa de Oio, revela que as subidas de preço do paddy pago ao produtor não correspondem a um real aumento do poder de compra do produtor, devido ao facto que ela é seguida imediatamente duma subida dos preços dos produtos e dos serviços que lhes são propostos pelos intermediários. Este estudo, que tratava das questões dos rendimentos das famílias camponesas que se dedicavam à orizicultura, demonstrara que um produtor devia vender em 1985, 62 kg de paddy — 24 PG/kg — para comprar um pano a 1500 PG, e 708 kg paratransportar a sua produção a Bissau num camião de 6 toneladas — 17 000 PG — custo de transporte.

- c) A medida restrita adoptada em 1983<sup>(67)</sup> e que dizia respeito à admissão na Função Pública de novo pessoal, excepções feitas dos quadros de formação superior ou técnica, reforça nos centros urbanos os efeitos sociais negativos das medidas atrás mencionadas.

Portadora do desemprego, ela atinge sobretudo os jovens, chegados no mercado do trabalho à procura do primeiro emprego assalariado. Estes jovens saídos do liceu e sem qualificação profissional vão engrossar os efectivos da população tendendo em se engajar no sector informal ou no caminho da delinquência.

Isto é agravado pela existência de um sistema educativo que se orienta para um elitismo provocador da baixa de taxa de escolarização e das desistências, mas fazendo resplandecer uma vida urbana idealizada.

d) Por outro lado, a atribuição ao sector privado de meios de desenvolvimento vai convergir com as outras medidas no sentido de um aumento dos preços, e indirectamente da amplitude do sector informal. Em 1983, com efeito, muitas medidas foram tomadas a favor do comércio privado (69):

- atribuir aos comerciantes privados um certo montante em divisas para os permitir importar;
- proceder a uma redistribuição para o comércio a retalho dos produtos importados proporcionalmente aos produtos agrícolas colectados;
- aumentar a margem de lucros da comercialização para os intermediários;
- suprimir as taxas sobre a exportação.

Estas medidas foram reforçadas pelas decisões tomadas em 1984, e depois em 1985 visando a:

- amplificar a intervenção do sector privado, cedendo-lhe todo o comércio a retalho, detido anteriormente pelas Armazéns do Povo e Socomin, assim como uma parte das exportações (70) e multiplicando por 4 (3,6) o crédito acordado pelo Banco Nacional (71).

Todas estas medidas tomadas em favor do intermediário e do «Ponteiro» novo proprietário, além do facto que elas vão agir no sentido da multiplicação dos intervenientes privados, o que pode ser considerado como positivo no que diz respeito à política de compressão do pessoal da Função Pública, provocaram ao facto uma baixa do poder de compra tanto do assalariado nas cidades como do camponês devido ao único facto do aumento da sua margem de lucros.

Doutra parte, gozando duma maior capacidade de aquisição de capital e do direito à exportação sem taxa e à importação, o «ponteiro» detém os meios de procurar para si os factores de produção mais aperfeiçoados e de aumentar a sua produção e a sua produtividade. Em termos económicos isto pode ser benéfico para a Guiné-Bissau se os rendimentos obtidos são reinvestidos ao nível nacional. Mas em termos sociais o enriquecimento dos «ponteiros» vai certamente traduzir-se por profundas desigualdades no campo. E estas desigualdades conduzirão, como se verifica em muitos países africanos, à proletarização no local dos camponeses independentes e à migração interna e externa.

Entretanto, os conflitos sociais ligados à posse e à herança das terras, até ao presente pouco importantes, ganharão amplitude, sob a dupla acção da diminuição das terras ricas e da tendência ao aumento dos proprietários de terras.

E se os proprietários das destilarias, originários da pequena burguesia urbana na sua grande maioria, sofrem uma forte taxação sobre a produção do álcool (72), são ainda os consumidores que pagarão os custos, especialmente os camponeses para os quais não somente todas as cerimónias religiosas e todos os rituais sociais requerem o consumo do álcool, mas igualmente toda a aquisição de mão-de-obra suplementar durante as etapas mais exigentes em matéria de trabalho, no processo agrícola.

## 2.2 — *MEDIDAS NÃO APLICADAS E HIPÓTESES DOS EFEITOS SOCIAIS*

Se nos aplicamos a examinar os possíveis efeitos sociais das medidas em estudo ou ainda não aplicadas no quadro do PEE, chegaremos à conclusão duma tentativa de reequilíbrio dos efeitos negativos já constatados.

a) Com efeito uma série de medidas que estão em estudo ou já iniciadas, poderão agir em favor dos camponeses e reduzir o risco de «pauperização» ocorrido pelo facto do desenvolvimento do sector privado.

Estas medidas dizem respeito principalmente:

- à extensão do aumento do preço do arroz ao produtor aos outros produtos agrícolas;
- ao fornecimento regular, a preços acessíveis, dos factores de produção aos camponeses, e dos bens de consumo;
- ao aumento do crédito atribuído às comunidades de produtores;
- à criação duma nova empresa de transportes públicos.

Esta série de medidas preconizadas pode agir no sentido duma incitação do aumento da produção agrícola, oferecendo aos camponeses os instrumentos necessários ao aumento dos rendimentos anuais, especialmente pela via do crescimento da produtividade. O aumento dos preços ao produtor, como já foi verificado, não é suficiente para melhorar a sua taxa de lucro, sabendo que ela é seguida quase imediatamente dum aumento do preço dos bens de consumo proposto pelos comerciantes intermediários.

Por outro lado, o crédito proposto em favor das populações rurais, pode ser considerado como um escudo para obstruir o avanço dos grandes proprietários. Este escudo no entanto, não poderá desempenhar o seu papel de uma forma eficaz, se a medida não é realmente aplicada e se o crédito não é suficientemente importante para permitir às comunidades dos pequenos produtores, adquirir os factores de produção por forma de aumentar a sua produtividade e assim serem aptos a concorrer com os grandes proprietários.

b) Em todo o caso se examinarmos as medidas previstas no domínio da indústria perceberemos que elas só poderão acentuar os problemas do desemprego nos centros urbanos e reduzir o poder de compra duma certa camada social já atingida pelas medidas restritivas à admissão na Função Pública.

Duas Medidas estão com efeito em estudo:

- recuperar certas unidades industriais hoje encerradas mas que beneficiaram do equipamento necessário ao seu arranque;
- fechar as unidades não produtivas e que representam uma sobrecarga financeira para o Estado, o qual subvenciona o seu défice.

A recuperação das unidades industriais diz respeito essencialmente ao Complexo Agro-Indústrial de Cumeré, indústria de transformação de mancarra cuja implatação, depois encerramento e por fim a possível a reabertura, fizeram e fazem correr muita tinta.

Mas ao nível estritamente social, se a reabertura do Cumeré vai oferecer alguns postos para os quadros superiores ou técnicos, não tocados pelo desemprego, ela não vai pelo menos a curto prazo ajudar na resolução do desemprego que atinge a juventude urbana. Para mais, ela não poderá realizar-se do ponto de vista económico senão pela destruição das olearias artesanais, agravando assim o problema do desemprego já tão agudo.

Da mesma forma na mesma o encerramento das unidades industriais não produtivas vai provocar a constituição de uma massa de desempregados cujas perspectivas de engajamento são absolutamente existentes para a grande maioria de entre eles.

Convergindo com as medidas já aplicadas, as medidas em estudo para o sector industrial, se elas são aprovadas depois aplicadas vão influir por sua vez, sobre o poder de compra das populações urbanas, favorecendo o desenvolvimento do sector informal e a delinquência.

- c) A medida aprovada pelo Governo, respeitante à redução do pessoal não produtivo da Função Pública, agiria absolutamente no mesmo sentido na ausência de um fundo social destinado à reconversão dos trabalhadores tocados pela compressão do pessoal. Cerca de 5000 trabalhadores (74) foram inscritos na rubrica «pessoal excedentário». Isto diz da prudência com a qual o processo de despedimento e depois da reinserção social deve ser levada a cabo.

## II.3 *As Estratégias de Sobrevivência*

Os impactos sociais verificados e previsíveis das medidas do PEE, implicam como tínhamos sublinhado anteriormente, a procura, pela parte da população atingida, de uma estratégia de sobrevivência, de uma coabitação com a crise, se não em seu proveito, pelo menos sem frustrações.

No campo como nos centros urbanos, esta procura faz-se ao nível individual e familiar, como ao nível social indicando uma concertação.

### 3.1 *Estratégias Individuais e Familiares*

A este nível o desejo de sobrevivência e da procura duma coabitação com a crise, podem ser constatadas tanto da parte das populações rurais como urbanas.

- a) No campo, os camponeses encontraram os meios de ultrapassar a crise, de fazer face à penúria no qual estão adstritos, e ao défice dos seus rendimentos, por um lado pela emigração temporária em direcção aos países vizinhos

e por outro lado nos centros urbanos reconvertendo-se em trabalhadores assalariados: agrícola, industrial ou doméstico.

Além disso, os esforços desenvolvidos por certas famílias e particularmente pelas mulheres, dedicando-se à produção hortícola, constitui igualmente uma forma de sobrevivência que em certas regiões é uma inovação em matéria de sistema de produção.

- b) Nos centros urbanos, e de forma mais visível em Bissau e em Bafatá — a 2.<sup>a</sup> cidade do País — as estratégias de sobrevivência elaboradas pelas populações atingidas pelo desemprego ou por uma baixa de poder de compra, são outras e variando segundo a camada social a que pertence.

Numerosos funcionários, pertencentes a escalões intermediários da hierarquia administrativa que abandonaram os seus postos, ressurgem no mercado do trabalho como proprietários no sector dos transportes.

Outros, conservando os seus postos, e engajando o pessoal adequado, passam a ser patrões, acumulando funções profissionais diferentes e na maioria das vezes incompatíveis. Outros, enfim, principalmente as mulheres, entregam-se a actividades consideradas informais, associando uma actividade assalariada a actividade independente. E em muitos dos casos, esta acumulação das actividades profissionais implicam uma corrupção, entendida como o desvio dos bens financeiros e do equipamento do Estado a fins pessoais.

Isto permite afirmar que a corrupção em período de crise é um factor de elaboração duma estratégia de sobrevivência, que é tanto mais perdoada ou dissimulada quanto ela é inerente à crise e dificilmente controlável.

Nas camadas sociais mais baixas da estratificação urbana, e que coincidem com as populações suburbanas, frutos do êxodo rural, as tendências em matéria de estratégia de sobrevivência são em número de três. Por um lado, pode-se notar uma procura do aumento dos rendimentos familiares na produção agrícola e no desenvolvimento da avicultura, cujos produtos são comercializados nos mercados citadinos. Esta tendência que emana aqui também, sobretudo das mulheres, descreve uma certa ruralização dos centros urbanos que, das populações periféricas sobe lentamente a escala social.

Por outro lado, existe uma segunda tendência que consiste na integração no sector informal, pelo qual homens e mulheres, se integram às actividades lucrativas implicadas na maioria dos casos num comércio intermediário de géneros alimentícios.

Estas actividades são caracterizadas por uma especulação tanto mais importante quanto as penúrias são constantes.

Neste nível igualmente a corrupção está presente, e provém duma certa categoria do pessoal das casas comerciais ou das unidades industriais que, favorecem o abastecimento destes pequenos comerciantes intermediários, aumentando os seus próprios rendimentos provenientes duma taxaço ilícita destes intermediários, especialmente sob forma de ofertas.

É ainda constatada uma rede comercial clandestina baseada sobre um sistema de ofertas/contra ofertas. Enfim, uma terceira tendência verifica-se, no crescimento da

taxa da delinquência e na diminuição da idade dos delinquentes. Se bem que os dados estatísticos sobre esta questão não existem ou não estão disponíveis, a observação e também os discursos das autoridades respectivas (75) permitem-nos considerar a delinquência como uma estratégia de sobrevivência para uma grande parte da população atingida pelo desemprego.

### 3.2 *As Reacções Combinadas*

No respeitante às reacções organizadas que podem ser consideradas como as estratégias de sobrevivência elaboradas para além dos limites familiares, dois fenómenos sociais devem ser retidos na Guiné-Bissau:

- a) Por um lado, há um fenómeno que, por não ter sido objecto de um estudo específico, é ainda muito mal conhecido, mas que, nos campos, permite aos camponeses superar a crise. Trata-se das associações dos pequenos produtores, que sob a acção orientadora de certos organismos públicos, começam a formar. Ainda na fase da comercialização dos produtos agrícolas, estas associações constituem o embrião de um sistema cooperativista que pode vir a ser um instrumento altamente eficaz na concorrência com os grandes «ponteiros».

A mais conhecida destas associações é a dos fruticultores de Cubucaré, região situada a Sul-Este do País, que graças aos benefícios fabulosos obtidos — mais de um milhão de pesos — depois de um ano de existência, possui hoje um camião de seis toneladas.

O capital assim investido, ao permitir aos associados adquirir uma independência no domínio dos transportes, será certamente rentabilizado nos próximos anos, devido à possibilidades obtida para ultrapassar a insuficiência dos meios de transporte; que se traduz por um custo extremamente elevado dos serviços fornecidos pelos transportadores.

Esta estratégia de sobrevivência é uma inovação nas zonas rurais da Guiné-Bissau onde, se é frequentemente praticada uma entreaajuda no trabalho produtivo, as «moranças» — concessões familiares — são independentes a cada família ou linhagem utiliza os seus produtos segundo critérios próprios.

- b) Por outro lado, desde cerca de dois anos, apareceu na Guiné-Bissau um movimento social que segundo a opinião pública deve ser considerada como um movimento religioso. Este movimento comporta elementos de contestação social que seria interessante estudar sob a perspectiva da procura de uma alternativa de sobrevivência.

Constituído na sua maioria pelos camponeses balanta-brassa, o referido movimento começou na região de Tombali, no Sul do País, e, em alguns meses, ultrapassou os limites étnicos iniciais e atingiu os centros urbanos. Respondendo ao apelo do Yan-Yang, nome adoptado pela sua fundadora, o movimento que indicava

à origem uma contestação da ordem religiosa tradicional, proveniente de experiências místicas pessoais, sofreu uma rápida evolução para uma contestação social previsível.

Isto devido à interferência no sistema sociopolítico e na filosofia religiosa que caracteriza a sociedade de origem do movimento. Destruindo as «balobas», santuários edificadas para honrar os antepassados, os novos crentes, constituídos unicamente de elementos jovens da sociedade, de 18 a 30 anos, contestam implicitamente a gerontocracia responsável pela comunicação entre os mortos e os vivos, comunicação considerada tradicionalmente como indispensável à sobrevivência e à reprodução da sociedade humana.

Responsável por esta comunicação, a gerontocracia é no entanto necessariamente responsável pela ordem social e pela direcção da sociedade.

Esta contestação tornou-se rapidamente explícita, com a perseguição aos feiticeiros levados a cabo e à recusa de se entregar aos trabalhos produtivos assim como o abandono da concessão familiar para por uma morada reunindo membros da confraria, indivíduos do sexo masculino e feminino...

Recusando a conformar-se aos trabalhos produtivos tradicionais, que lhes eram atribuídos, os Yan-Yang apresentam-se como padres curandeiros, mensageiros de Deus, habilitados a combater todos os males: físicos, psíquicos ou sociais. Tomando em conta o contexto cultural de onde são originários e aquele onde estão evoluindo, os Yan-Yang desenvolverão rapidamente actividades lucrativas, tirando proveito da credibilidade de uma certa camada da população.

Este facto demonstra duma forma explícita, que para além do seu carácter contestatário, a vontade da procura colectiva duma alternativa aos efeitos da crise, nos campos e especialmente nas zonas do litoral, produtoras do arroz; fortemente influenciada pelas condições climatológicas e cuja produção excedentária de há já alguns 20 anos, é hoje deficitária.

É necessário, no entanto, sublinhar aqui que esta análise constitui ainda uma hipótese teórica que deveria ser confirmada por uma investigação empírica mais aprofundada.

## *CONCLUSÃO: O PERFIL DAS MUTAÇÕES SOCIAIS*

Os efeitos sociais da crise, nomeadamente do PEE, provocaram uma elaboração de estratégias de sobrevivência no seio das populações nacionais, desenhando os contornos das mutações sociais que se operam na Guiné-Bissau, tanto nas zonas rurais como urbanas.

- 1 — O desenvolvimento do sector privado implica a constituição duma burguesia compradora de uma burguesia rural, que saídas de classes sociais diversas, se caracterizam por uma mobilidade social extremamente rápida. A constituição desta classe burguesa acompanha-se duma proletarianização dos camponeses independentes, proletarianização ainda pouco visível mas chamada a desenvolver-se, se as medidas de protecção do sector privado

não são atenuadas por acções mais concretas em favor das comunidades rurais.

- 2 — A aquisição pela juventude camponesa de bens de produção no seguimento duma emigração temporária, assim como a integração progressiva das mulheres nas actividades lucrativas modificam igualmente e lentamente as relações tradicionais de produção no campo. A divisão sexual do trabalho já modificada pelas condições climatológicas desfavoráveis, é fortemente abalada, em certas regiões pelas inovações locais em matéria de estratégia económica. E é de prever que nas regiões onde as pessoas idosas e os homens desempenham um papel preponderante, a situação venha a modificar-se em favor das gerações mais jovens e dos indivíduos do sexo feminino.

Por outro lado, o processo de modificação das relações de produção será reforçado necessariamente pela evolução das associações dos produtores para a constituição das cooperativas de produção.

- 3 — Nos centros urbanos, a baixa do poder de compra dos trabalhadores assalariados e o aumento do nível de vida médio da população activa ocupada no sector privado e informal, agem sobre o prestígio social ligado às profissões, que conhece uma modificação notória.

Um engenheiro reconverte-se hoje alegremente no comércio, um piloto no serviço hoteleiro e um funcionário administrativo no pessoal do serviço de uma embaixada. O prestígio social não está mais ligado à profissão mas ao salário obtido. Esta reviravolta no sistema de valores ligado às profissões é tanto mais abrupto quanto é reforçado pela existência de entidades patronais que podem remunerar o seu pessoal em divisas, permitindo-lhe assim adquirir os bens de consumo não existentes nos mercados nacionais. Por outro lado, as relações sociais que se estabelecem entre um certo pessoal administrativo de serviço e das empresas públicas e o sector informal, relações que assentam sobre um sistema de ofertas/contra ofertas, evoluem no sentido de um clientelismo, que pode, não sendo travado, cair a médio prazo num clientelismo político. Este modificará na sua essência as relações políticas que prevaleceram até aqui e que se elas não são desprovidas de clientelismo, este não teve ainda por origem as relações económicas.

Estes elementos de transformação da sociedade civil na Guiné-Bissau que encontrou a sua origem na crise, e mais especificamente nas medidas de PEE, destinada a ultrapassar a crise, demonstraram que nenhuma acção no domínio económico como no político, não é neutra. A questão, desde logo, é de admitir esta não neutralidade e de conhecer assim a natureza da evolução social provocada.

## NOTAS

(1) Recenseamento de 1979.

(2) O consumo era de 7 591 000 contos de PG e a produção de 6 647 000 contos de PG. CF 1.º Plano Quadrienal de Desenvolvimento Económico e Social. 1983-1986 — Volume I — relatório final, p. 19.

(3) Seja 7400 PG CF op. cit. p. 19.

(4) Op. cit. p. 17.

(5) Op. cit. p. 14.

(6) Op. cit. p. 13.

(7) Op. cit. p. 20.

(8) Op. cit. p. 22.

(9) Plano anual 1984, p. 12.

(10) Idem nota 2, p. 33.

(11) Com a excepção das técnicas utilizadas na cultura do arroz cujo nível está altamente aperfeiçoado.

(13) Op. cit. p. 15.

(14) CF. situação económica e propostas de reorientação — Documento interno de discussão. Comissariado de Estado da Coordenação Económica e Plano, Bissau — 26 de Novembro de 1980, p. 4.

(15) Idem, nota 2, p. 15.

(16) Reunião de 2 de Abril de 1986.

(17) Idem, nota 2, p. 23.

(18) Op. cit. p. 23.

(19) Op. cit. p. 33.

(20) Idem.

(21) Idem.

(22) Mesa-redonda de Bissau, Vol. IV, «Compte rendu» das reuniões, Bissau, Novembro 1984, p. 14.

(23) Op. cit. p. 15. 16.

(24) CF. Makhtar Diouf, os fundamentos teóricos das políticas de ajustamento do FMI nos países subdesenvolvidos — em África e Desenvolvimento, Vol. X, n.º 1/2, 1985. CODESRIA. Crise e Reajustamento, Dakar — 1985, p. 39 e 45.

(25) Idem, nota 22, p. 27.

(26) Plano anual 1984, p. 8 a 11.

(27) Op. cit. p. 3.

(28) O défice orçamental em %

	1981	1982	1983
Défice	99	122	130

Fonte: Idem nota 26, p. 6

- (<sup>29</sup>) As exportações que eram de 419 000 contos em 1982 atingiam apenas 19 000 acusando, assim, umadiminuição de 25,05%. Op. cit., p. 7
- (<sup>30</sup>) Op. cit. p. 8
- (<sup>31</sup>) Op. cit. p. 12
- (<sup>32</sup>) O défice em cereais que era da ordem de 24 400 t em 1982/83 duplica praticamente em 1983/84. Op. cit. p. 11.
- (<sup>33</sup>) Op. cit. p. 7
- (<sup>34</sup>) Op. cit. p. 8
- (<sup>35</sup>) CF Plano Anual 1985, p. 14 a 16.
- (<sup>36</sup>) Op. cit. p. 6 e 7
- (<sup>37</sup>) Op. cit. p. 8
- (<sup>38</sup>) Op. cit. p. 8
- (<sup>39</sup>) Op. cit. p. 11
- (<sup>40</sup>) Op. cit. p. 9
- (<sup>41</sup>) Op. cit. p. 10
- (<sup>42</sup>) Op. cit. p. 12
- (<sup>43</sup>) Op. cit. p. 13
- (<sup>44</sup>) CF. Plano Anual 1986, p. 20-24.
- (<sup>45</sup>) Op. cit. p. 20
- (<sup>46</sup>) Op. cit. p. 5
- (<sup>47</sup>) Op. cit. p. 11
- (<sup>48</sup>) Op. cit. p. 12
- (<sup>49</sup>) Op. cit. p. 15
- (<sup>51</sup>) Op. cit. p. 13
- (<sup>52</sup>) Op. cit. p. 6
- (<sup>53</sup>) Op. cit. p. 6 e 31
- (<sup>54</sup>) Está claramente anunciado no Plano Anual 1986 desde a introdução à 2.<sup>a</sup> parte relativa às previsões para 1986 — Op. cit., p. 26 e 31.
- (<sup>55</sup>) Op. cit. p. 10
- (<sup>56</sup>) Op. cit. p. 3
- (<sup>57</sup>) CF. Estudo dops preços e icitação aos produtos rurais, p. 54.
- (<sup>58</sup>) Op. cit. p. 3 e 4
- (<sup>59</sup>) Op. cit. p. 7
- (<sup>60</sup>) Op. cit. p. 5
- (<sup>61</sup>) CF. Elementos para definição de uma estratégia do Desenvolvimento, Novembro 1977, p. 19.
- (<sup>62</sup>) CF. Plano Anual 1984, p. 26.
- (<sup>63</sup>) CF. Plano Anual 1985, p. 14 a 17.
- (<sup>64</sup>) CF. Plano Anual 1986, p. 3.
- (<sup>65</sup>) Pilum é um bairro popular da periferia de Bissau, onde o circuito clandestino de mercadorias é tão bem organizado que se encontra aí uma oferta em produtos nacionais e importados altamente diversificada, contrastando com o défice do mercado oficial.

O «mercado dos Cooperantes» está no mercado central da capital onde os preços praticados são de tal modo especulativos em relação aos outros mercados da cidade, que é em geral frequentado mais por cooperantes que por nacionais.

(66) Este quadro permite-nos de melhor compreender uma tal afirmação:

	1983	1984	1985	1986
Aumento dos salários	100	149	197	256
Aumento do preço do arroz	100	167	277	361
ao consumidor				

CF. Plano Anual 1983, p. 2.

(67) CF. Plano Anual 1983, p. 8 a 11.

(68) CF. Regionalizar o ensino nacional. Algumas propostas — J. Pierre Lepri, Fev. 1986, p. 26.

(69) CF. Plano Anual 1984, p. 8 a 11.

(70) CF. Plano Anual 1985, p. 14 a 17, 30 postos de venda foram assim cedidos no fim de 1984.

(71) CF. Plano Anual 1986, p. 21.

(72) CF. Plano Anual 1985, p. 14 a 17.

(73) Op. cit. p. 16 a 25.

(74) CF. Programa especial dos trabalhos públicos para a reinserção no meio rural do pessoal excedentário da função pública, p. 17.

(75) No corrente ano de 1985, uma mesa-redonda foi organizada pela organização da Juventude, a JAAC — Juventude Africana Amílcar Cabral — em colaboração com o INEP — Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa sobre a questão da delinquência juvenil.

Nesta mesa-redonda tomaram parte juristas sociólogos, polícias e responsáveis políticos.

## BIBLIOGRAFIA:

- Comissariado de Estado da Coordenação Económica e Plano: *Situação Económica e Propostas de Reorientação*, Documento Interno de Discussão, Bissau, 26 Novembro de 1980.
- Secretaria de Estado do Plano e Cooperação Internacional: *1.º plano quadrienal económico e social — 1983-1986*, volume I, relatório geral, Bissau, 1983.
- Plano anual 1984*, Bissau, 1984.
- Ministério da Coordenação Económica, Plano e Cooperação Internacional: *Plano anual 1985*, Bissau, 1985.
- Plano anual 1986*, Bissau, 1986.
- Comissariado de Estado de Desenvolvimento Económico e Planificação: *Elementos para a definição de uma estratégia de desenvolvimento*, Novembro 1977, Bissau.
- Ministère de la Coordination Economique du Plan et de la Coopération Internationale Sctetagri, *Étude des prix et initiation aux producteurs ruraux*, Bissau Janvier, 1986.
- République de Guinée-Bissau. *Memorandum sur la situation économique et financière*. Reunion de Paris, les 12 et 13 Fév., 1985.
- République og Guinea-Bissau, Vol V. Round Table-Follow-up Meeting. *Economic situation in 1984*. Perspectives for 1985 and 1986.
- J.P. Lepri: *Régionaliser l'enseignement national quelques propositions*. Bissau, Fev. 1986.

# CONTRIBUIÇÃO PARA UMA REFLEXÃO: EDUCAÇÃO, MULTILINGUISMO E UNIDADE NACIONAL (\*)

IBRAHIMA DJALÓ (\*\*)

*O presente trabalho foi apresentado no I Colóquio Internacional sobre a «Formação da Nação nos Cinco», organizado pelo INEP, em Janeiro último.*

*Na página introdutória constava o seguinte esclarecimento: — o nosso trabalho é apenas uma REFLEXÃO e pensamos que ele poderia contribuir em algo quanto à problemática que nele se levanta e cuja complexidade não ignoramos.*

*O 2.º Encontro da Associação Portuguesa de Linguística no qual participarão certamente eminentes especialistas dos diferentes ramos da ciência da linguagem nos pareceu um lugar muito apropriado para expor as nossas imaturas reflexões para serem avaliadas, precisadas e/ou enriquecidas.*

*Bissau, Setembro 1986.*

---

(\*) Este trabalho foi apresentado no I Colóquio Internacional dos «Cinco» sobre a formação da Nação, realizado em Bissau, em Janeiro de 1986, e no 2.º Encontro da Associação Portuguesa de Linguística realizado em Lisboa, em Outubro de 1986.

(\*\*) Ibrahima Djaló é licenciado em Língua Francesa, com especialização em Linguística pela Universidade de Havana. Desde 1985 é investigador do Instituto Nacional para o Desenvolvimento da Educação — INDE.

## EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

— Um baixo nível de rendimento per capita (à volta de 200 US por habitante).  
— Uma participação do sector industrial ou de manufactura na produção total ou PIB não superior aos 10%.

— Uma taxa de alfabetização não superior aos 20%.

— A maior parte da população dependente da agricultura, geralmente em regime de subsistência e dispondo de serviços de transporte e de comunicação deficientes.

— Por diversas razões, esses países não conseguiram em geral criar um sector de exportação que lhes permitisse sequer cobrir as suas importações.

— As disponibilidades em pessoal qualificado capaz de promover, organizar e administrar o processo de desenvolvimento, são extremamente reduzidas.

— Quanto às necessidades sociais, as populações desses países sofrem particularmente de má nutrição, de falta de água potável, e dispõem de instalações sanitárias e educativas rudimentares. As suas taxas de natalidade e de mortalidade são das mais elevadas do mundo.

— A maior parte desses países depende em grande parte da ajuda externa (para não dizer na sua totalidade) que é destinada a pagar as suas importações ou a reduzir o desequilíbrio da balança de pagamentos cronicamente deficitária.

— Eis alguns pontos, ainda incompletos, (2) da dolorosa lista já conhecida que há que ter sempre em conta quando se pretende falar de desenvolvimento dos chamados países do terceiro mundo, e da África em particular. Esses dados ilustram vivamente, de uma forma ou outra, a situação dos nossos países.

Mas como preconizar o desenvolvimento perante circunstâncias tão adversas como as que acabamos de citar?

Sempre se tem dito e nós estamos de acordo, que o homem é o principal agente e o sujeito de toda a acção tendente ao desenvolvimento. Mas como atingir esse desenvolvimento nesta era da Revolução Científica-Técnica se a maioria esmagadora dos agentes da transformação não possuem os mais elementares conhecimentos científicos e vivem nas profundidades do obscurantismo e da ignorância?

É face a essa situação que, os nossos países, depois de se terem libertado das cadeias de um dos mais retrógrados colonialismos, são chamados a «inventar» uma estratégia para o seu desenvolvimento. Desenvolvimento esse que alguns poderão chamar de paradoxal dada a realidade dos factos aos nossos olhos.

É verdade que a realidade que se apresenta só por si é suficiente para prever quanto será violenta a dualidade entre «necessidade» e «possibilidade». Mas, de que não são capazes os Povos quando as possibilidades de opção ficam reduzidas ao mínimo?

No fragor dessa luta de gigantes pela vida e para o progresso, que papel cabe à Educação em geral e à Alfabetização em particular? Mas vejamos o que entendemos por Alfabetização em relação à Educação e a Educação em relação ao Desenvolvimento.

Quando falamos de «Educação» não queremos apenas referir-nos à educação institucionalizada mas também à educação não institucionalizada. O que se chamou

«Educação Permanente» e que alguém brilhantemente definiu como a «educação da infância, da adolescência, da juventude e da idade madura» (3) dito de outra forma a educação pré-escolar, escolar, extra-escolar, profissional, extra-profissional. ( )

Quanto à Alfabetização considerámo-la apenas como um dos elementos pertencentes a um dos subconjuntos que integram a Educação.

A Educação é um dos sectores do desenvolvimento Nacional, pelo que ninguém hoje deve ignorar a estreita relação existente entre a educação e o desenvolvimento económico, consequentemente, o progresso social.

Dado o carácter controverso das definições do conceito «desenvolvimento» e para precisarmos a nossa opção, citaremos a definição dada pelo PAIGC no seu Terceiro Congresso: «( . . . ) Se o progresso se fizer só em proveito de alguns pode haver modernização do país, pode haver crescimento económico mas não há desenvolvimento». (5) Antes ainda, no fragor do fogo da guerra que nos foi imposta, reconhecendo o perigo que o analfabetismo representaria para o posterior desenvolvimento e progresso do nosso Povo, Amílcar Cabral lançou a palavra de ordem: os que sabem devem ensinar aos que não sabem. Mais tarde, o III Congresso do PAIGC recomendou: « . . . ao mesmo tempo que nos propomos escolarizar os nossos jovens, teremos que nos preocupar grandemente com a educação dos adultos, cuja percentagem de analfabetismo é de ordem de 70% em Cabo Verde e de 90% na Guiné». E o mesmo órgão supremo do Partido precisou ainda: «Mas a alfabetização, para nós, não consiste apenas na aquisição da técnica da leitura e da escrita. É também uma tomada de consciência política. Esta concepção da alfabetização significa que o processo não pára na mera aprendizagem da leitura e da escrita, deve, antes, continuar e aprofundar-se através da capacitação técnica de inserção na comunidade social. Ter-se-á de partir, pois, das realidades locais e das necessidades colectivas, pois só assim cada comunidade poderá fazer uma análise crítica dos seus problemas e ultrapassá-los dentro de um espírito colectivista». (6)

Com efeito, toda a forma de educação é considerada útil e motivante só quando responde as preocupações económicas e sociais, quer dizer, quando, por seu intermédio se podem conseguir melhorias palpáveis em diferentes aspectos da vida dos participantes (alimentação, saúde, habitação, vestuário . . . ) dito de outra forma, a satisfação das suas necessidades materiais e espirituais.

Vale a pena lembrar de novo que a alfabetização não é um fim, quer dizer, ninguém adquire as aptidões que ela proporciona com o único objectivo de as possuir. O valor dessas aptidões repousa no bom uso que delas se pode fazer. Estas aptidões (capacidades e habilidades) são instrumentos preciosos, somente quando utilizadas de forma prática e eficaz. (7)

Se tomarmos as previsões calculadas a partir do Recenseamento de Abril de 1979, em 1986, a população da Guiné-Bissau será de 880 200 hts dos quais 455 600 constituirão a nossa população activa (14-64 anos). isto representará 51,8% do total da população (7.ª). Cálculos realizados a partir do mesmo Recenseamento estimam a população residente na zona rural, à volta de 80% do total do país. (8)

A agricultura é o sector prioritário para o nosso desenvolvimento económico. Quer isto dizer que, da sua prosperidade depende não só a indústria, mas também outras áreas sem a participação das quais o desenvolvimento coxearia sobre uma só perna.

Que impacto poderia a alfabetização ter no desenvolvimento, se da forma como foi concebida pelo III Congresso do PAIGC, nela fosse incorporada essa gigantesca força laboral, criadora de bens materiais da sociedade? Isto não só proporcionaria grandes benefícios ao nosso desenvolvimento económico, mas também constituiria um passo decisivo em direcção à Democratização da Educação.

Este procedimento constituiria uma forma prática de fazer com que o desenvolvimento não seja apenas sinónimo de crescimento económico, isto quer dizer, para que o progresso não se faça só em proveito de alguns, pois, contribuir para a elevação do nível cultural desses 80% da população que na realidade são os principais produtores da riqueza nacional, é um verdadeiro acto de justiça social.

Portanto, no quadro de um Sistema Nacional de Educação para o desenvolvimento, seria mais vantajoso, tanto do ponto de vista ético-social como do ponto de vista de desenvolvimento económico, uma melhor articulação para uma posterior integração da educação formal e da educação não formal.

Talvez valha a pena lembrar que a Educação formal é definida como um «sistema hierarquicamente estruturado, que compreende todos os estudos académicos estabelecidos para uma duração previamente determinada». (9)

A Educação não formal é quanto a ela «uma actividade educativa organizada fora do sistema formal e muitas vezes dirigida aos jovens desescolarizados ou não escolarizados e aos adultos analfabetos». (10)

A necessidade da articulação para uma posterior integração destes dois sistemas educativos provém, para além dos motivos supracitados (democratização da educação e o desenvolvimento económico), das seguintes razões:

- Se a educação formal tem por principal tarefa a escolarização para uma preparação dos quadros de que amanhã necessitaremos para promover, organizar e administrar o processo do desenvolvimento socioeconómico, ou seja, o desenvolvimento nos próximos 10 ou 15 anos (pois para uma formação superior necessita-se pelo menos 15 anos de escolaridade e a formação média não menos de 13 anos);
- A educação não formal é quanto a ela uma necessidade *actual* do desenvolvimento ou pelo menos num futuro muito imediato. Assim, as actividades da não formal poderão ser consideradas como uma educação para a preparação, capacitação e formação dos que já estão ligados à produção, o que contribuiria muito para o aumento da produção através do aumento da produtividade.

Sabe-se que nas circunstâncias actuais, os sistemas da educação formal, com os seus estrangulamentos e limitações, estão longe de satisfazer todas as necessidades em educação e formação com vista ao desenvolvimento. Se a essa realidade juntarmos o problema da fonte de financiamento do sistema da educação formal, entender-se-á com mais clareza que para uma verdadeira educação para o desenvolvimento, o sistema formal não deve ser «absolutizado» em detrimento da educação não formal.

Do nosso ponto de vista, pretender preconizar uma educação para o desenvolvimento só com o sistema da educação formal virando as costas à educação não formal equivaleria a querer desenhar o futuro a partir do próprio futuro, quando na

verdade, para que o futuro não seja um futuro hipotético, ele deve ser «esquematisado» a partir do que sejamos capazes de realizar no momento. Pois, o futuro está muito dependente do presente, isto é, para que o «amanhã» seja *possível* tem que ter as suas premissas assentes no «hoje» que é *real*.

Contudo, a própria democratização da educação reside não só na articulação ou integração da educação não formal como a formal. Além dessa integração, urge também a necessidade da utilização das línguas nacionais.

## EDUCAÇÃO E LÍNGUA DE ENSINO

Em relação à problemática da importância e das vantagens da utilização das línguas nacionais no processo do ensino/aprendizagem, poupar-nos-emos de abusar em explicações teóricas e abstractas, pois, já neste sentido, tudo, aliás, quase tudo foi dito e escrito pelos eminentes especialistas que realizam pesquisas na matéria.

Pensamos que a nossa contribuição talvez pudesse ser de tentar exemplificar essas teorias para que a sua compreensão esteja ao alcance de todos nós, pois, ainda se encontra muita resistência (consciente ou inconscientemente) em aceitá-las, sobretudo nos meios intelectuais.

Se se aceitar que a linguagem é a envoltura material do pensamento, a língua materna, ou melhor, a língua que a pessoa domina constitui o meio privilegiado de expressão e de comunicação.

Qual é o significado dessa teoria no processo de ensino/aprendizagem?

Como exemplo, tomamos duas pessoas «tecnicamente» analfabetas, quer dizer, que não sabem ler nem escrever em *nenhuma língua*. Imagina-se que uma destas pessoas só entende e fala crioulo.

Suponhamos agora que apresentamos a seguinte expressão mandinga às duas pessoas para, através dela, lhes ensinar a ler e escrever: «NTE MU SENELA LETI».

Para a pessoa que só entende e fala crioulo, ela tem que desvencilhar-se de várias dificuldades ao mesmo tempo. A primeira é de saber o significado da expressão; a seguir, reconhecer as «letras» \*\* que compõem a expressão ou frase para depois, aprender a escrevê-las, enquanto que a pessoa que só fala e entende mandinga, não tem as mesmas dificuldades. Senão vejamos: ela não tem o problema de compreender a mensagem porque domina a língua. A questão que se apresenta para ela não é de lhe ensinar a língua. Apenas precisa de conhecer e aprender a escrever as «letras» dessa frase ou expressão.

Para o «crio-falante» temos que lhe ensinar a língua e ensinar-lhe também a ler e escrever nessa língua.

É de salientar que, para que haja assimilação no processo do ensino/aprendizagem, primeiro tem que haver compreensão, esta última condicionada primeiro pela língua utilizada na comunicação entre a pessoa que transmite os conhecimentos e a

---

\* Tecnicamente analfabeto para diferenciar com o que se chamou «politicamente» alfabetizado.

\*\* Letras: aqui é tomado como a tradução gráfica do fonema.

pessoa que os recebe, aliás, neste processo de aprendizagem, que a princípio pode parecer simples, entram em jogo diversos elementos psicológicos, tais como a memória (fixação, retenção), pensamento, motivação, atenção, emoção e outros cuja abordagem não se acham conveniente neste âmbito.

Em suma, o exemplo que acabamos de apresentar, do ponto de vista *psico-pedagógico*, o «mandingo-falante» tem todas as vantagens e facilidades no processo de aprendizagem em relação àquele que só entende e fala crioulo.

Mas, se existirem pessoas «letradas» em português, francês, espanhol, inglês ou em qualquer outra língua que se escreve com o alfabeto latino que não ficaram satisfeitas com o exemplo dado a partir do «crio-falante» e do «mandingo-falante», convidá-lo-emos a tentar a experiência com o chinês, russo, árabe ou grego, línguas cuja grafia do alfabeto não é do tipo latino. Mas que não saiba nem falar nem escrever nessas línguas e que convidassem um falante de uma dessas línguas para um «curso» de aprendizagem. O curso deve realizar-se num meio não favorável a um banho linguístico, quer dizer, fora das fronteiras do país onde essa língua se fala. Qual dos dois poderia ser o mais favorecido no «curso»?

Por outro lado, o nosso ponto de vista, quando se fala da utilização das línguas nacionais, isto não deve ser entendido como uma exclusão da língua oficial, aliás, esta chamada de atenção sempre tem sido uma tônica dos que, guiados pelo realismo, não incluem o «extremismo» na arte da pesquisa científica.

Da BOA coexistência da língua oficial e das línguas nacionais, os beneficiados serão as comunidades ou sociedades que as falam e as próprias línguas em questão; pois intercomunicação e interdependência significam nos nossos tempos, andar ao compasso da história.

Porém, vale a pena esclarecer também que ao tentar demonstrar a necessidade da utilização das línguas nacionais no processo do ensino/aprendizagem, não se trata de fazê-lo utilizando a língua étnica de cada cidadão do país, mas sim ensinar a cada um na língua que *compreende e domina* seja ela a sua língua materna ou *não materna*.

Vejamos o que significa isto tomando como exemplo a Guiné-Bissau.

Sempre partindo do Recenseamento de 1979, das línguas mais faladas, o balanta representa 25% da população do país, o fula 20%, o português 11%, o mandinga 10%, o manjaco 8% e o crioulo 44%.<sup>(11)</sup>

Do nosso ponto de vista, estes dados não são suficientes para que à partida se optasse para uma(s) outra(s) língua(s). Vamos pois seguir os dados que fornece o Recenseamento.

Sabe-se igualmente que 30% da população são bilingues e 12% trilingues.<sup>(12)</sup>

Dos *bilingues*, 26% da população são falantes do crioulo mais uma outra língua fora do português.

O bilinguismo crioulo-português é apenas de 2% do total da população e só 1,9% da população fala duas línguas nacionais fora do crioulo e do português.<sup>(13)</sup>

Todavia faltam-nos outros dados para que a nossa opção seja feita a partir de critérios mais aceitáveis: os *monolingues*, ou seja, a percentagem da população que fala *exclusivamente* uma língua. Deles, 17% da população do país são falantes do fula, 15% do balanta, do mandinga 7%, do manjaco 5% e do crioulo 4% do total da população do país.<sup>(14)</sup>

Portanto, o total da percentagem dos monolíngues, excluindo os do crioulo, é 44%, cifra igual à da população falante do crioulo, pelo que 56% da população do país estariam excluídos da possibilidade de serem ensinados na língua que dominam, se optássemos apenas pelo crioulo. Destes 56%, 44% falam *exclusivamente* uma língua. Sendo assim, optar só pelo crioulo, não daria solução ao problema mesmo se os critérios adoptados fossem de ordem quantitativa.

Que critérios poderiam então ajudar a solução do problema? Eles poderiam ser os seguintes:

- Optar pelas línguas mais faladas, mas cuja percentagem de *monolíngues* seja a mais elevada.
- Juntar o total dessa percentagem de monolíngues ao da língua que tenha mais falantes no total da população do país e que ao mesmo tempo tenha a maior percentagem de bilingues e/ou de trilingues.

A operação seria a seguinte:

- Línguas mais faladas mas com uma alta percentagem de monolíngues:

Fula .....	17%
Balanta .....	15%
Mandinga .....	7%
Manjaco .....	5%
TOTAL .....	44%

- Língua mais falada pelo total da população e com a mais elevada percentagem de bilingues e/ou trilingues:

Crioulo .....	44%
TOTAL GERAL .....	88%

Considerando que 88% da população (total geral) é já uma grande maioria, a escolha do crioulo, balanta, fula, mandinga e manjaco ao mesmo tempo, seria um grande passo para a solução da problemática das línguas nacionais no processo do ensino/aprendizagem. Essas línguas são as que foram propostas pela DEA do MECD.

A unificação da transcrição dessas línguas é a actividade mais importante a seguir.

---

NOTA: A população que fala *exclusivamente* o português é de 215 pessoas, ou seja, 0,03% do total dos habitantes da Guiné. <sup>(15)</sup>

## LÍNGUAS NACIONAIS E UNIDADE NACIONAL

Muitas vezes, nos países plurilíngues da África, ao colocar-se a questão de saber qual é a língua ou as línguas a escolher para serem utilizadas no ensino, a resposta leva muitos anos para ser dada e frequentemente com definições imprecisas. Há situações em que a pergunta nunca obteve resposta.

As hesitações são sempre, devido às dúvidas que se têm em saber se esta escolha não prejudicaria o complexo processo da unidade nacional, pelo que, se devem optar, o fazem a favor de uma só língua em vez de duas ou mais, pensando assim que o monolinguismo é sinónimo de unidade nacional e o plurilinguismo um «inimigo» dessa unidade.

De facto a existência de uma língua única tem grandes vantagens em termos de intercomunicação entre os membros da sociedade, e no ensino ela daria uma contribuição valiosa, pois facilitaria, não só as actividades da docência (dos professores e dos alunos), mas também permitiria a poupança de grandes recursos materiais e financeiros que se gastam em pesquisas linguísticas, pedagógico-metodológicas para a concepção de programas e a elaboração de materiais didácticos que são imensos quando se trata de várias línguas de ensino. Mas «desafortunadamente» o monolinguismo não é uma realidade dos nossos países.

Não obstante o que nos pareceria perigoso, seria tentar identificar monolinguismo com a unidade nacional ou opôr o plurilinguismo à unidade nacional. Haverá necessidade de definir o que se entende neste caso por unidade nacional. Senão vejamos:

- Se monolinguismo pode ser considerado como sinónimo de unidade nacional ou se o primeiro implica a segunda, como poderá ser demonstrado tal facto tomando como exemplo o Chile do Pinochet onde se fala uma única língua, espanhol?
- Será que é a língua árabe que une os palestinianos à volta da OLP? Em caso afirmativo, como se poderia explicar a situação de guerra civil no Líbano?
- Não nos parece que a língua espanhola tenha alguma relação com o problema que opõe os guerrilheiros e o governo no El Salvador; tão-pouco nos parece que a língua alemã tenha a ver com a diferença de sistema político-social entre a RDA e a RFA. Poder-se-á falar da mesma maneira em relação às duas Coreias.
- Ainda, e para não nos situarmos só nos tempos «modernos», em 1536, a França optou pelo «Francien» que veio a ser mais tarde o francês, em substituição do latim e em detrimento de outros dialectos da língua OIL (o «Francien» era um dos dialectos dessa mesma língua). No entanto, essa opção não impediu a Revolução burguesa de 1797 ou a de 1848, nem impediu a Comuna de Paris ou a sublevação de 1968, situação essa que é o reflexo das contradições ou do antagonismo na mesma sociedade ainda que fale a mesma língua.
- Quanto ao plurilinguismo e unidade nacional, será que a diversidade de nacionalidade e de línguas faladas e escritas têm impedido em algo a unidade

- do povo soviético? Em que terá o trilinguismo praticado na Suíça comprometido a estabilidade reinante neste país?
- Em que medida estará envolvido o plurilinguismo no problema e que opõe o MPLA e a UNITA? A mesma pergunta poder-se-ia fazer em relação à FRELIMO e à RENAMO ou entre o ANC e o Governo de Peter Botha.
  - Por outro lado, terá a diversidade de línguas comprometido a União dos Estivadores do PINDJIGUITI nas suas justas reivindicações, em Agosto de 1959?
  - A diversidade étnica e consequentemente linguística terá impedido a unidade do povo guineense no seio do PAIGC, na sua luta armada pela conquista da independência nacional?

Se se aceitasse a Nação como uma comunidade estável de homens que vivem num território, e que das suas necessidades de vida se estabelecem vínculos económicos; o estabelecimento desses vínculos exigindo logicamente a necessidade de se comunicarem uns com os outros (comunidade da língua ou de línguas). Pode-se afirmar que a comunidade de vida económica é um traço sumamente importante, pois partir-se-á dela, e «no progresso de desenvolvimento económico e político, se forma também a comunidade da psicologia destes homens, que se manifestam nas tradições históricas da Nação, nas particularidades da sua cultura e vida».

Sendo assim, os nossos países são apenas nações em formação nas quais surgem contradições ou mesmo antagonismos inerentes às sociedades onde emergiram essas nações.

Negar este facto, seria tornar inconsistente a razão da justeza da luta dos nossos povos contra a dominação colonial, o que equivale a dizer que debaixo desse sistema que violentou a nossa história, se formou uma sociedade homogénea nas ex-colónias e que não existiu ou não existe diferença entre os membros das nossas sociedades; nem camadas sociais e muito menos de classes. Sendo assim de onde provém então essa necessidade de unidade que tanto se reclama?

A unidade nacional é um requisito necessário para a consolidação e a estabilidade duma Nação. Pode haver Nação sem a unidade dos seus membros. Neste caso não se deverá pensar numa verdadeira consolidação ou estabilidade da Nação. Neste sentido quando se fala de progresso social, valerá a pena colocar a seguinte pergunta: quem beneficiará do progresso nesta Nação sem unidade e consequentemente não estável no verdadeiro sentido?

Feita esta pergunta, diríamos que, para que haja unidade para o progresso social dos membros que integram uma Nação, essa unidade deveria ser uma UNIDADE NACIONAL com vista a um PROJECTO POLÍTICO-SOCIAL. A unidade nacional concebida como um projecto político-social pressupõe uma convergência de interesses dos seus membros. É uma unidade à volta de objectivos económicos, sociais e culturais. A possibilidade de materialização destes objectivos só pode ser garantida por uma convergência de opções políticas e ideológicas dos membros engajados neste processo. A clareza das linhas de desenvolvimento económico, social e cultural dada a partir da opção feita, facilitará a mobilização dos membros da sociedade, pois nelas estarão bem ilustrados os seus anseios.

Estes objectivos ao serem bem *assimilados* e *defendidos* através de acções *correctas* e *consequentes* encontrarão grande apoio das massas populares cujos interesses representam. Estas acções permitiriam também a incorporação de outras camadas até então hesitantes; hesitação essa, não devida a divergência dos seus interesses com os preconizados pelo projecto social traçado, mas talvez pela falta de confiança que nele têm a princípio. Começará assim o engrossamento das fileiras dos interessados pelo projecto social. Serão eles, motivados pela clareza do projecto e confiantes pelas acções correctas e consequentes que se realizam para a sua materialização, mobilizados e enquadrados numa organização de vanguarda, os guardiões dessa gigantesca e complexa obra, pois o seu progresso e bem-estar, bem como o futuro dos seus filhos dependerão dos frutos colhidos do projecto.

Após esta larga dissertação em relação ao problema da Nação e da unidade nacional, se incluímos a problemática das línguas anteriormente abordada, a título de resumo, o nosso ponto de vista é o seguinte:

Para nós a unidade numa Nação é entendida como prévio requisito à convergência de interesses económicos, político-ideológicos, sociais e culturais previamente estabelecidos.

Não se concebe a unidade nacional como uma *simples soma* de indivíduos, mesmo que vivam no mesmo território e que *falem a mesma língua*, quando os seus objectivos e interesses são diferentes, divergentes ou antagónicos, pelo que o monolinguismo não é sinónimo de unidade nacional, não obstante, não se pode menosprezar a sua contribuição com as facilidades que dá em qualquer sociedade (unida ou não), em termos de intercomunicação. Essa contribuição seria ainda mais importante e apreciada se se tratasse de uma sociedade (nacional ou multinacional) cujos membros tivessem objectivos e interesses comuns.

Por outro lado, o plurilinguismo não constitui barreiras à unidade nacional, como muitas vezes se supõe, pelo que não deve ser temido.

Na verdade, do nosso ponto de vista, o que se facto representa e pode representar grandes ameaças, à unidade nacional, são as desigualdades sociais que se manifestam por exemplo através da não democratização da educação, das grandes disparidades e diferenças na distribuição da riqueza nacional, etc.

Quanto à língua, vista do ponto de vista histórico e/ou histórico concreto, ela sempre teve e tem como função principal — *primária* — a função comunicativa.

A unidade nacional visto como um projecto social encontra a sua realização na «liquidação da exploração do homem pelo homem e de todas as formas de sujeição da pessoa humana a interesses degradantes, em proveito de indivíduos, de grupos ou de classes». (16) Mas quantas serão as exigências para atingir essa meta? A primeira delas será de profundas mudanças na *essência* da natureza dos vínculos económicos que relacionam os membros da sociedade.

## REFERÊNCIAS

(<sup>2</sup>) LOPES, Henri e CAQ TRI, Huynh. *EL CORREO de la UNESCO*, Octobre de 1981, p. 5.

(<sup>3</sup>) Citado por RAMOS M., Lúgia e DJALÓ, Ibrah. *Quelques considérations sur la problématique de l'utilisation des langues maternelles et de l'éducation des adultes en Afrique Occidentale*, La Havane, Juin 1984, p. 39.

(<sup>4</sup>) Idem; ibidem.

(<sup>5</sup>) PAIGC. *Relatório do C.S.L. ao III Congresso do PAIGC*, Bissau, 15-20/11/1977, p. 58.

(<sup>6</sup>) PAIGC, Idem; p. 118.

(<sup>7</sup>) RAMOS, M., Lúgia e DJALÓ, Ibra., Idem; p. 55.

(<sup>8</sup>) LEPRI, Jean-Pierre, *La Guiné-Bissau en question(s). Essai d'analyse sociale, économique et sociologique* Ministère de l'Éducation Nationale, Bissau, Abril 1984, pp. 10-11.

(<sup>9</sup>) Rapport Final, *Session d'études sur les Interactions du Formel et du Norn Formel dans une Politique d'Éducation de Masse*, Bamako (Mali), 7-9/5/84, p. 3.

(<sup>10</sup>) Rapport Final, Idem; p. 4.

(<sup>11</sup>) LEPRI, Jean-Pierre, Idem; p. 13

(<sup>12</sup>) LEPRI, Jean-Pierre, Idem; Ibidem.

(<sup>13</sup>) LEPRI, Jean-Pierre, Idem; Ibidem.

(<sup>14</sup>) LEPRI, Jean-Pierre, Idem; Ibidem.

(<sup>15</sup>) LEPRI, Jean-Pierre, Idem; Ibidem.

(<sup>16</sup>) PAIGC, *1.º Congresso Extraordinário. Memória do Congresso*, Bissau, 8-14/11/81, p. 142.

### ABREVIATURAS:

MECD — Ministério da Educação, Cultura e Desportos/Bissau

INEP — Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa/Bissau

DEA — Departamento de Educação de Adultos/MECS-Bissau

# A ANÁLISE DUMA INFELICIDADE: RELIGIÃO E INTERPRETAÇÕES PESSOALISTAS

por Eve Crowley (\*)

## INTRODUÇÃO

Este artigo que se baseia numa conferência apresentada no INEP em Outubro de 1986, tenta descrever e analisar alguns tipos de explicações ou modos de pensamento associados às infelicidades que aconteceram em Bissau naquele ano.

O tipo de lógica sobre a qual me debruço aqui é normalmente classificado como «animismo», um termo originalmente definido por Tylor como «a crença nos seres espirituais» e a atribuição do conceito de alma aos animais, plantas, pedras e outros objectos afim de explicar fenómenos psíquicos (e.g. sonhos) (1). Na minha opinião, este termo é inadequado, porque é vago e geralmente é aplicado uniformemente a todas as religiões que não são reconhecidas como monoteístas ou politeístas. Na realidade, o «animismo» inclui religiões tão diversas que talvez mereçam formas de classificação completamente distintas.

Este artigo constitui uma primeira tentativa de descrever uma pequena parte desta forma de «animismo» que predomina nas zonas urbanas da Guiné-Bissau. Rejeito o adjectivo «animismo» preferindo o de «pessoalistas/humanista» (2), para descrever

---

(\*) Eve Crowley é licenciada em Ciências Políticas e Antropologia pela Smith College, M. Phil em Antropologia pela Universidade de Yale e candidata a Ph.D. pela mesma Universidade. Actualmente é investigadora associada no INEP.

explicações urbanas de infelicidade caracterizadas por uma conexão notável entre agentes supernaturais e pessoas comuns na Guiné-Bissau.

É importante notar que o pensamento religioso pessoalista em Bissau é um tema relativamente sensível se não mesmo «tabu» e com pouca aceitação pública. Dum lado, é assim por causa da atitude geral que considera a «religião tradicional» como atrasada. Nas zonas urbanas o pensamento religioso pessoalista é considerado como um impedimento importante às estratégias «modernas» de desenvolvimento do país. Por outro lado, os clientes dos *djambakós*, mouros (3), e outros adivinhadores têm medo ou vergonha de admitir que consultam estes especialistas para pedir conselhos, porque o acto de consultar também implica a possibilidade de utilizar os poderes destes especialistas para a realização dos fins desejados. A associação com estes especialistas ambíguos, que simultaneamente servem como intérpretes e agentes produtores da infelicidade, envolve os clientes num sistema de relações causais que está fora das explicações lógicas, tribunais nacionais, e de diagnósticos médicos, sendo contudo muito sentidas e vividas pelas pessoas que envolve.

Este sistema de pensamento «pessoalista», na minha opinião, pode envolver cerca de 95% de todos os Guineenses ou mais, e de todos os níveis sociais. Nós consultamos os *djambakos*, mouros e outros advinhadores para avaliar as nossas situações sociais e espirituais e receber conselho nas tomadas de decisão importantes. Portanto, apesar de ser «tabu», acho que um fenómeno social com tal importância merece uma análise, mesmo que de forma embrionária, para que talvez um dia este pensamento religioso «tradicional» possa ser considerado como um recurso nacional «moderno» e utilizado selectivamente para complementar os objectivos do desenvolvimento do país.

## O ACONTECIMENTO

Num artigo hipotético do *Nô Pintcha* podia-se encontrar o seguinte texto:

J. Vaz morreu num desastre de carro no dia 8 de Agosto 1986. O carro estava cheio de colegas de serviço no regresso do aeroporto. Morreu instantaneamente com a cabeça partida. A família...

Este é o incidente, a notícia, o facto. Agora vejamos os pormenores do caso.

*Quem morreu?*

J. Vaz, 36 anos, subchefe do Ministério X em Bissau, um quadro superior que até há três meses trabalhava directamente com o chefe do Ministério, num gabinete.

*Quem estava a conduzir?*

M. Monteiro, um colega de serviço que há três meses voltara de França onde estava a fazer a licenciatura. Encontrou emprego rápida e facilmente, antes de todos os seus amigos do mesmo ano. Começou a trabalhar no Ministério, num gabinete, com um chefe e um subchefe.

*Quais outras pessoas estavam no carro?*

Outros colegas de trabalho que também regressavam do aeroporto depois de se terem despedido do chefe.

### *Como foi o desastre?*

Monteiro estava a conduzir e de repente o travão avariou-se. O condutor, Monteiro, perdeu controle do volante. Era um carro novo; nem tinha ainda matrícula. Parece estranho, porque perdeu o controle numa parte da estrada onde praticamente não havia árvores, e o carro foi bater-se contra a única árvore no caminho. Normalmente as pessoas sentadas à frente estariam mais em perigo. Vaz estava sentado atrás. Só que a sua cabeça bateu contra a janela e morreu instantaneamente. Excepto alguns pequenos ferimentos, ninguém sofreu com o acidente.

Quando a ambulância chegou para transportá-lo, já estava morto.

Vejamos outros pormenores.

### *Qual era o ambiente familiar de Vaz?*

Vaz deixou uma mulher, de nome Maria, e mais dois filhos. Casaram-se muito recentemente apesar de a família de Maria não ter gostado do casamento. O pai de Vaz morreu há cerca de 10 anos e a mãe é de origem Papel. Ela é doméstica e tem muitas obrigações cerimoniais. É afflictiva a situação da mãe, porque só tem um outro filho que há quatro anos não trabalha, por sofrer de «perturbações psíquicas» (é doido).

### *Qual era o ambiente profissional de Vaz?*

Havia uma relação tensa entre Vaz e Monteiro. Esta situação é compreensível porque Monteiro tinha acabado de chegar e encontrava-se na fase de adaptação. O choque entre a experiência prática do Vaz e a preparação teórica de Monteiro era a razão principal do conflito.

### *Qual era o ambiente sócio-político nas vésperas do acidente?*

Havia carência de géneros alimentícios, particularmente arroz. Foi um ano de pouca chuva. E nos últimos meses tinham-se verificado dois acidentes de candonga e um acidente de canoa, que provocara muitas mortes. Portanto, a situação social era má.

## AS INTERPRETAÇÕES

### *1. Pessoalistas: relacionadas com a infelicidade de Vaz*

Antes de analisar, convém ter uma ideia do alcance das interpretações possíveis deste incidente. Começamos pelas explicações que estão relacionadas com a infelicidade de Vaz, o homem que morreu, e a sua família.

#### *a. Local de Trabalho*

Uma primeira explicação podia ser um problema do local de trabalho (*djanfa* kr.). O responsável pela morte seria o novo quadro que tinha ciúmes da posição do subchefe e queria subir na hierarquia. Foi consultar um mouro que lhe ajudou a assegurar uma boa posição no trabalho através da substituição do subchefe.

#### *b. Problema com Amizades ou Parentes*

Uma segunda explicação da infelicidade da família de Vaz podia ser um problema com amizades ou parentes. Por exemplo, o responsável podia ser da família da mulher de Vaz, Maria, que não gostava do casamento. Se isto for o caso, ao menos

três hipóteses podem explicar o desastre. Um é que a família da mulher foi ao mouro e pediu que fizesse um *mesinho* para impedir ou destruir o casamento.

Uma segunda hipótese é que a família da mulher pode ter ido a um *irã* grande (e.g. Cobiana), para fazer um pedido a impedir o casamento e prometeu um porco caso se verificasse o pedido (kr. *i fica boca na ira*).

Uma terceira hipótese é que a mãe da mulher pode ser feiticeiro ou simplesmente uma pessoa má com alguns poderes (e.g. *saguia*, *fuguia*). Nunca tinha gostado de Vaz e matou-o (kr. *i sugial* ou *i cumel*). As pessoas acreditam que algumas crianças que já tinham morrido na família, tinham sido «comidas» ou *saguiadas* pela mesma velha.

### c. *Problema na Família de Vaz*

*Uma terceira explicação possível pode ser definida a partir da família de Vaz. Aqui há pelo menos quatro hipóteses que podem explicar o desastre e a morte de Vaz.*

*A primeira hipótese é que a mãe seria responsável da morte do seu filho. O irã pode querer que a mãe seja *djambakós*, que faça as cerimónias necessárias e por isso mesmo há já alguns anos que anda atrás dela. Um dos sinais que o *irã* lhe tinha dado, mostrando a sua vontade, foi quando fez enlouquecer o seu primeiro filho. Neste sentido a morte de Vaz teria sido o segundo sinal (kr. *irã pega si tráss*).*

Uma segunda hipótese feita a partir de família de Vaz pode apontar como responsável da morte uma outra pessoa de família ou mesmo o próprio Vaz. Se fosse uma outra pessoa de família, por exemplo, uma das hipóteses podia ser que essa pessoa que devia *tocar tchur* do pai não o tinha feito. Portanto, seria a alma do antepassado que teria causado a morte de Vaz, para mostrar a sua raiva com a família ou para obrigar a família a fazer a cerimónia.

Uma terceira hipótese podia ainda ser que o Vaz teria tentado uma acção contra Monteiro por intermédio dum mouro, e que essa acção se virou contra ele porque Monteiro estava protegido por um *irã* (kr. *irã roga parel*).

## 2. *Relacionadas com a Infelicidade do Conductor*

Depois de termos concluído a referência às possíveis hipóteses explicativas directamente relacionadas com Vaz e a sua família, vejamos agora outras interpretações da infelicidade de Monteiro, o homem que estava a conduzir.

### a. *Um Colega*

Uma primeira explicação do seu acidente é que o responsável é um colega de Monteiro com quem tinha estudado junto na Europa e que apesar de terem regressado juntos, este não tinha tido a mesma sorte profissional que Monteiro. Nesta situação, teria consultado um mouro para compreender a razão da sua pouca sorte. Após a consulta teria pedido ao mouro, para que este lhe construísse um *corté* para deitar contra Monteiro. Portanto, caso isto fosse verdade seria esta a explicação para o acidente do Monteiro.

### b. *Monteiro ou a Sua Família*

Uma segunda explicação podia ser que Monteiro ou a sua família teriam feito um contrato com o *irã* para conseguir bom emprego, ficar rico e com fama, depois do seu regresso. O *irã* cumpriu os seus desejos mas Monteiro, ou o membro da família,

esqueceu-se de cumprir a promessa (kr. *torna boca*). Nesta situação, o *irã* teria provocado o acidente para que Monteiro se lembrasse do compromisso assumido.

### 3. *Das Pessoas Mais Distantes*

Se procuramos outros níveis de explicação poderemos chegar a conclusão de que pessoas mais distantes às duas famílias implicadas teriam uma perspectiva diferente. Uma destas interpretações podia ser o ambiente geral. Neste caso a responsabilidade podia ser atribuída a falta de determinadas cerimónias. Portanto, pessoas mais afastadas às duas famílias tenderiam a inserer o acidente no conjunto das várias outras infelicidades que aconteceram, mais ou menos na mesma altura. Como exemplos destas infelicidades, podemos referir a falta de chuva, falta de combustível, falta de comida, incêndios, pragas, vários acidentes seguidos em curto espaço de tempo, etc.. Neste caso é relativamente difícil precisar quem é o responsável das catástrofes. Será que o *irã* está zangado? Ou será um sinal do *irã* a reivindicar cerimónias negligenciadas?

### 4. *Deus*

Contudo, não terminam aqui os vários tipos de interpretações possíveis. Tem mais uma explicação pessoalista que existe na Guiné mas que não é limitada a este país, sendo muito comum também nos países ocidentais. Nesta explicação, o responsável é Deus, e é utilizada pelas pessoas próximas a uma infelicidade e também pessoas mais distantes. «É vontade de Deus». Deus é uma força superior e distante. Por isso mesmo, os humanos não podem interferir nas suas decisões. Neste caso concreto Deus teria pretendido pôr fim à vida de Vaz.

## INTERPRETAÇÕES IMPESSOALISTAS

Também existe uma série de explicações diversas que são unidas pela característica de ser impessoal. Uma destas explicações seria o destino. Todos nós temos um tempo limitado da vida e um determinado número de infelicidades. Neste caso a explicação seria que a morte de Vaz e os problemas de Monteiro eram inevitáveis. Já estavam prescritas antes que eles nasceram. É o tempo de Vaz que havia chegado.

A segunda explicação seria acaso. Estas coisas acontecem. O facto de o travão ter avariado com o carro em andamento é uma mera coincidência, pura e simples. Mais cedo ou mais tarde, duma forma ou de outra, todo o mundo tem que morrer. Portanto, foi o turno de Vaz.

A última explicação seria a médico-científica. Vaz morreu com a cabeça partida. O impacto da colisão do carro contra a árvore provocou o brusco movimento por qual a cabeça de Vaz bateu contra a janela. Portanto, ficou partida a cabeça, e momentos depois o corpo deixou de funcionar. Já estava morto à chegada da ambulância.

### *Factores que Influenciam o Tipo de Interpretação Adoptada*

É claro que dentro destas interpretações possíveis, existem alguns factores que podem influenciar o tipo de interpretação adoptado. Estes factores podem ser discriminados de seguinte forma:

1. O *grupo étnico* pode determinar o tipo de interpretação adoptada. Alguns grupos étnicos têm definições restritas ou não reconhecem a influência de feiticeiros, mouros, *baloubeiros*, etc.. E, até as características de tipos e capacidades de *irãs* e *djambakos* também consoante as etnias.
2. *Experiência pessoal*. Outras experiências com acidentes e com *irãs* ou mouros podem afectar o tipo de interpretação adoptado. Da mesma maneira que outra experiência religiosa (e.g. Católica), ou experiência prolongada no estrangeiro pode diminuir a importância de interpretações baseadas no *irã*, relativamente às explicações médico-científicas, de acaso, etc.
3. *Distância* do intérprete relativamente aos actores é um terceiro factor que pode influenciar o tipo de interpretação adoptado. O condutor e a família do defunto vão ocupar-se dos detalhes e da multiplicidade de explicações possíveis. Pessoas mais distantes conhecem só alguns dados e fazem a análise com base nesses poucos dados que possuem. Pessoas mais perto ao condutor vão interpretar o problema em função dele e não de Vaz. Pessoas mais distantes, que têm pouca relação com estas pessoas ou modo de pensamento (e.g. estrangeiros, médicos) vão adoptar explicações científicas, ou de coincidência, Deus, etc..

### *ANÁLISE*

Depois de todas estas interpretações, chegou a altura de analisarmos as características que distinguem cada uma delas. Começemos pois, pela última interpretação.

De todas as explicações, a última, a médico-científica, é a mais simples, concreta e mecânica, e é baseada no raciocínio indutivo. Liga dois factos concretos numa relação directa de causa e efeito. A causa: choque; o efeito: cabeça partida e morte imediata. Neste caso, não se faz referência ao responsável da morte. Em resumo, explica concretamente *como* a pessoa morreu. E em princípio toda a gente aceita naturalmente esta explicação.

Todavia as limitações desta explicação são numerosas. Não explica *porque* a pessoa morreu (4). Esta interpretação só explica a morte. Ignora completamente o contexto do acidente e os detalhes difíceis de serem explicados. Por exemplo, não responde *por que razão* o travão avariou-se. Aparentemente poderia ser que o proprietário do carro não era muito cuidadoso com a manutenção do carro. Contudo, o carro é novo. Poderia ser um erro da fábrica... Mas mesmo assim, não explica *por que razão* o travão avariou-se *naquela* parte da estrada e *porque* bateu contra aquela *única* árvore. Também não explica *por que* havia outras pessoas no carro naquele momento, nem explica *por que razão*, de todas elas, só Vaz morreu, quando normalmente, são as pessoas sentadas à frente que mais facilmente poderiam morrer.

Na segunda interpretação, o de acaso ou raciocínio, é que «estas coisas acontecem; é uma coincidência». Esta interpretação está mais preocupada com o resultado do acidente: o *facto* de que o acidente aconteceu. Não com uma explicação de *como* ou *porquê*. Para eles, «é uma pena que a cabeça tenha batido na janela, mas é assim». Esta interpretação liga a explicação científica com a probabilidade de que há outros acidentes que acontecem de forma semelhante. Liga o *facto* da morte com a probabilidade de morrer dum desastre de carro, para mostrar que se este tipo de morte não é comum, também não é raro. Não se fala do responsável.

Uma das limitações desta explicação é que ignora as particularidades do acidente; privilegia a comparação. Só que, em vez de realçar os aspectos específicos deste acidente, prefere privilegiar os aspectos *comuns* a qualquer acidente. O «acaso» aceita os factos mecânicos e adopta uma atitude de distância e disinteresse na explicação. Não consola ninguém. E perante ela, outras pessoas poderiam dizer, «se é coincidência, é muita coincidência».

A terceira interpretação, a do destino, apesar de ser impessoalista é muito parecida com a de Deus que é uma influência consideravelmente mais simples e menos ligada com seres humanos do que outros responsáveis pessoalistas. Assim, perferi tratá-los conjuntamente. Destino é uma explicação metafísica para uma ordem que domina aparentemente a vida de todas as pessoas. Deus podia ser entendido como a personificação desta ordem aparente do mundo. Estas duas forças superiores estão distantes e programam a vida das pessoas numa ordem que os seres humanos não podem esperar compreender e raramente influenciar. Portanto, o destino ou Deus, teriam determinado que era a hora da morte de Vaz e por isso mesmo, o travão estragou-se perto daquela árvore.

Estas últimas explicações também têm as suas limitações. Explicam porque Vaz morreu naquele momento, mas assumem que era imprevisível e inevitável. Estas explicações ligam a morte com as acções de dois agentes exteriores, superiores que têm as suas próprias lógicas que estão fora da compreensão e influência humanas. O problema é por que razão se aceita naturalmente que os seres humanos têm pouco poder de prever ou influenciar estas forças? Estas explicações deixam as pessoas envolvidas, com pouca esperança e com um espírito de resignação.

## ANÁLISE DE INTERPRETAÇÕES PESSOALISTAS

### *Produção*

Antes de passarmos à análise das primeiras interpretações «pessoalistas» que tínhamos referido, onde o mouro e o djambacosse entre outros adivinhadores, desempenhavam um papel importante, faremos alguns comentários explicativos da origem deste género de interpretações comuns. É importante explicar a produção destas interpretações porque constituem parte integrante dum sistema complexo de compreensão e acção que liga actores diversos num modo de pensamento até agora pouco analisado.

Depois do acidente, a família de Vaz, a mulher, e mesmo o condutor, Monteiro, foram confrontados com um problema, um incidente que não compreendem mas que afecta a vida de todos eles. Uma doença, uma viagem, uma decisão difícil, um conflito, um sonho perturbante, são outros motivos suficientes para uma consulta a especialistas «tradicionalistas».

Confrontado com um problema, o indivíduo (e.g. Monteiro, mãe de Vaz), vai sózinho ou com um membro da família ou um amigo, a um especialista que já conhece, ou que foi recomendado por um amigo ou parente. O *objectivo* da consulta, na primeira fase, é de compreender melhor o problema: de reinterpretar os factos que já conhece, reconhecer factores que eram evidentes mas omitidos na primeira consideração, e descobrir outras influências, factores, ou explicações exteriores que não teriam sido identificados, antecipados e considerados por uma pessoa comum.

Nesta fase que gera as interpretações, os especialistas principais são os mouros e *djambakos*, pelo menos na cidade (apesar de existirem também *baloueiros* e os que botam sorte com cartas) (5). Estes especialistas servem-se de intermediários entre pessoas e forças sobrenaturais, e através desta ligação, têm um poder superior de interpretar as infelicidades. Apesar de utilizarem métodos diferentes (mouros usam o Koran e adivinham com búzios, rosários, cascas de mancarra e nomes; a mão de *djambakos* serve como médium, o recipiente do *irã* quando *bota sorte*, e os testículos da galinha (kr. *obo da galinha*) servem como oráculo). Os dois especialistas, cada um a sua maneira, fornecem as seguintes informações:

1. *identificam* o problema ou problemas (e.g. morte, sonho, viagem, perda dum objecto);
2. mostram *donde vem* o problema, a sua natureza (se tem origem no local de trabalho — e.g. uma questão de *djanfá* — na família, no feiticeiro, no defunto, inveja ou se é um acidente «limpo» ou de «Deus»;
3. Se não é «limpo», *quem* é responsável, quem causou o problema (e.g. se é do lado do *irã*, da mulher, do colega de serviço, etc.). Nunca chamam o nome da pessoa responsável, nem confirmam as hipóteses do cliente, mas dão características gerais e muito precisas (e.g. raça da pessoa, a sua altura, a sua composição física, etc.);
4. explicam *porque* esta pessoa ou entidades queriam fazer mal (e.g. vingança, inveja);
5. explicam *como* a pessoa responsável produziu o efeito (pode ser através do *mesinho* com ajuda dum mouro, e.g. *bota corte*; de *saguia*; ou pode ser um contrato com o *irã*, etc.).

Depois de receber estas informações, o cliente (e.g. mãe, Monteiro) pode:

1. seguir o conselho do especialista sobre acções pessoais preventivas (e.g. não beber nem comer na casa duma outra pessoa) ou *mesinho* preventivo (e.g. *tira simola*, *sindi vela*, etc.); e/ou

2. pedir a interferência do *irã* ou de mouro (e.g. *mandji no irã, compo mesinho* defensivo ou ofensivo); e/ou
3. ir a um outro *djambakós* ou mouro para receber uma outra explicação ou verificação; ou
4. não pedir nenhuma interferência dos especialistas nem ir a outro especialista.

No caso dum problema específico, em vez de *bota sorte* para obter uma avaliação da sua situação social geral, normalmente consulta outros especialistas, mas a escolha das opções depende essencialmente da satisfação do cliente com a interpretação.

## SISTEMA DE COMPREENSÃO E ACÇÃO

Todas as interpretações pessoalistas complexas (quer seja o Monteiro que através do *mesinho* do mouro causou o acidente (*djanfá*); a mãe da mulher que é feiticeira e «comeu-o» ou *saguiat*; o *irã* que queria que a mãe fosse *djambakós* e matou o filho para lhe dar um sinal; que Vaz ou Monteiro fizeram um contrato com o *irã* e não pagaram (cumprir a promessa, *torna boka*, etc.))... todas estas interpretações têm alguns elementos comuns.

Um dos princípios fundamentais que liga estas explicações é o facto subentendido que as pessoas em causa não são impotentes.

Como seres humanos não impotentes, devem não só tentar prever e compreender acontecimentos (infelicidades) (e.g. a mensagem do *irã* à mãe), mas também podem, se quiserem, tentar influenciá-los. É um sistema de compreensão e acção, porque o responsável é sempre humano (como referiremos à frente) e os humanos podem sempre influenciar, mas nunca controlar, as situações.

Agora vejamos os tipos de acções que uma pessoa pode ter e as implicações desta capacidade para o sistema de pensamento.

Quando um mouro ou *djambakós* ajuda um indivíduo a entender o problema, a pessoa pode pedir ajuda destes especialistas em casos específicos. Citemos alguns exemplos:

- 1a. A mãe de Vaz, se achar que a culpa é dela, por não ter reconhecido os sinais fornecidos pelo *irã*, ela pode começar a fazer as cerimónias para ser *djambakós*.
- 1b. Se ela achar que alguém na família da mulher é feiticeiro, ela pode pedir ao *djambakós* a sua identificação através dum pó ou *obo de galinha*, e eventualmente pedir a sua eliminação.
- 1c. Se ela achar que a mãe da mulher fez um contrato com o *irã* de Cobiana impedindo o casamento ou se ela achar que é um problema de *djanfá*, e que Monteiro *deitou corte* à Vaz, ela pode pedir ao mouro que faça um *mesinho* para matá-lo.

- 2a Monteiro, se anteriormente teve um contrato com o *irã* para lhe dar fama, e se lembrar deste contrato, e achar que era a causa do acidente, ele pode pagar a cabra que havia prometido ao *irã* e assim pacificá-lo.
- 2b. Se Monteiro achar que é um amigo que *deitou corte* contra ele, pode pedir um *mesinho* de mouro para fazer o mesmo ao amigo; ou pedir ao *djambakós* a protecção do *irã* (kr. *roga na ira*); e caso não o tenha feito antes, pode aproveitar para fazer um contrato com o *irã* assegurando o seu sucesso futuro.

Aqui mostra-se um facto importante: estes especialistas jogam papéis complementares. Há *djambakós* que se especializam no diagnóstico dos problemas (*bota sorte*, *alsamon*, no caso de doença); há outros que fazem tratamento (*compo mesinho*, cura) destes problemas. O que cria um sentimento ambíguo em relação a estes especialistas é o facto que muitas vezes estes dois poderes coincidem na mesma pessoa.

A decisão de pedir a intervenção do intermediário ou sobrenatural depende da gravidade da interpretação. Se a situação é muito má ou perigosa, normalmente o cliente pede ajuda; no caso contrário, é raro solicitar a intervenção dos especialistas. O tipo de acção adoptado depois da consulta varia consoante a distância que se verifica entre a interpretação do especialista e os desejos iniciais do cliente. Se são conformes, o cliente pode pedir interferência. Se não conformam, normalmente consultam outro especialista. Há ainda outros casos em que o cliente não se contenta com a interpretação do especialista. Normalmente, quando estas situações se verificam é mais frequente a procura de outros especialistas.

Para além do facto de as vítimas duma infelicidade poderem prever e compreender e às vezes influenciar os acontecimentos, todas as interpretações pessoalistas ligam actores diversos numa situação concreta. Na causa da morte de Vaz, consideram todas as pessoas presentes ao desastre (Vaz, Monteiro), as pessoas afectadas pelo acidente (a família de Vaz, a mulher), assim como outras pessoas que poderiam estar interessadas neste desastre (a família da mulher, amigos do condutor).

Terceiro, estas ligações entre os actores são feitas através da intervenção do sobrenatural, ou duma pessoa intermediária com este. O que quer dizer que nem a relação directa de causa e efeito, nem a culpa do responsável podem ser provadas, ou postos em causa. São ligações invisíveis.

Um quarto elemento importante a estas interpretações pessoalistas é que o responsável do facto é sempre um ser humano (e.g. mãe, colega, família de Maria, a vítima), nunca o sobrenatural que serve só como intermediário, e que os humanos não controlam completamente (e.g. Monteiro fez *mesinho* e matou Vaz; a mãe não reconheceu os sinais do *irã*; a mãe da mulher era feiticeira ou *saguial*: Vaz fez um contrato com o *irã* mas não cumpriu o compromisso, etc.).

Quinto, quando existe uma relação de proximidade entre a vítima e o responsável, e a pessoa responsável tenha sofrido também com as consequências da infelicidade, apesar de culpada, é simultaneamente desculpada, porque parte-se do princípio que não seria a intenção dela prejudicar os seus próprios interesses. Foi um erro humano, não foi intencional nem consciente. No caso concreto do exemplo acima citado,

pode-se dizer que a mãe nunca estaria interessada na morte do filho, e que nem tão pouco, Vaz estaria interessado na sua própria morte.

Nos momentos de infelicidade, o sofrimento individual torna-se num sofrimento familiar: a responsabilidade individual de acabar com o sofrimento individual torna-se também uma responsabilidade familiar, até social. Portanto a responsabilidade da acção é exteriorizada e a culpa pode ser atribuída a um agente exterior (tal como colega de serviço, mãe de mulher) ou então atribuída a uma falta de intenção consciente (tal como negligenciar um contrato com o *irā*).

Sétimo, normalmente o tipo de ligação entre pessoas pode ser mau desejo, concorrência, inveja, vingança, e.g. a família da mulher em concorrência com Vaz para relativamente aos interesses de Maria; inveja por parte de Monteiro pela posição de Vaz; vingança da parte do *irā* por causa da negligência da mãe relativamente aos outros sinais que o *irā* já lhe tinha dado, tal como a loucura do outro filho.

Tal como existe no tipo de ligação entre os actores, o responsável duma infelicidade é normalmente relacionado com um contexto conflituoso ou potencialmente conflituoso. Poderia ser uma situação concreta de concorrência ou inveja (local de trabalho) ou um contexto de transição social caracterizado pela instabilidade, incerteza, decisões (e.g. regresso de uma terra estrangeira, entrada de um novo quadro no local de trabalho, novo casamento, adaptação às muitas tragédias da família, ou a transtornos económicos significativos no país).

Não é por acaso que estas situações de concorrência e transição social ligados aos responsáveis duma infelicidade, são também os mesmos contextos onde as pessoas procuram a ajuda de especialistas para resolver os seus problemas. Por causa desta função dupla, os especialistas são tratados com muita ambiguidade. Dum lado, são os consultores numa infelicidade. Do outro lado, são os produtores destas crises. As forças que dão esperança a um cliente, são as mesmas forças que dão medo a um outro cliente, de não poder controlar completamente a sua vida, de ser a vítima de mau desejo dum outro.

Um nono factor que caracteriza este sistema de acção, é que os especialistas que as pessoas consultam quando são confrontadas com uma tragédia, são os mesmos que os ajudam a interpretar e resolver o problema, são também os mesmos intermediários, e os mesmos cúmplices implicados nas interpretações do problema. Em muitos casos, aquele que ajuda uma pessoa, faz mal a outra. Quando uma pessoa avança, uma outra sente-se inferior. As pessoas que ajudam as afectadas, também ajudam os responsáveis. Até parece que os afectados e os responsáveis são a mesma pessoa.

Décimo, o sistema de interpretação e acção é auto-sustentado. Especialistas que falam de outros especialistas nas suas interpretações (e.g. *djambakós* implica mouro como cúmplice de Monteiro ao fazer mesinho contra Vaz), vêem reforçar este sistema de pensamento. As mesmas pessoas que fornecem estas interpretações são as mesmas pessoas que dependem destas interpretações para a sua própria existência.

Uma décima primeira característica importante deste modo de pensamento é que é extremamente pragmático. As pessoas procuram todos os métodos possíveis para resolver os problemas. Os pontos de vista e as acções propostas pelos diferentes especialistas não são contraditórios, pelo contrário podem ser considerados complementares. Assim se explica o facto de que quando uma pessoa está doente, pode ir ao

hospital, curandeiro, *djambakós*, mouro e igreja. Todas estas instituições podem ser integradas dentro deste modo de pensamento. É pouco relevante se o problema é resolvido com o apoio dum *irã* no chão de Manjaco, ou com o apoio do hospital em Bissau. O que é importante é o facto de que cada um deles ou os dois em conjunto podem ajudar uma pessoa doente a melhorar-se.

Um décimo segundo factor a considerar é que nesta procura de soluções, a eficácia da consulta é o aspecto mais importante. Se uma consulta não for eficaz, o cliente vai procurar uma outra. É por isso que os especialistas, apesar de guardarem determinados segredos, também mostram um certo pragmatismo através duma troca de informações e técnicas entre si.

Finalmente, a eficiência do especialista é mais importante do que a sua etnia. Apesar de os *djambakós* poderem ser organizados diferentemente em instituições distintas segundo o grupo étnico, a origem e a base do seu poder são menos importantes do que as suas capacidades manifestas, e a eficácia dos poderes. Esta integração religiosa multi-étnica é ajudada pela presença duma língua multi-étnica, Kriolu, e pela existência de símbolos-chave que podem ser interpretados por todo o mundo (e.g. símbolos da mão em *alsamon*).

#### *Análise Sumária*

Em resumo, estas interpretações pessoalistas complexas constituem teorias gerais, transcendentais, que integram todos os actores afectados, pormenores do caso, o estado das relações sociais dos actores, a explicação biológica ou natural da morte, a influência do acaso, deus, e coincidência, o ambiente social e natural, e ainda a interferência do sobrenatural. Tentam explicar o *como* e o *porquê* da infelicidade, realçando as características distintas a esta caso particular (o travão que se avariou, um carro novo, a única árvore, as pessoas no carro sendo todos do serviço, o efeito da morte numa mãe que já tinha um filho incapacitado, o condutor confrontado com problema de adaptação depois do regresso).

É uma teoria que liga a interpretação com a acção, a compreensão do problema com a sua resolução. As pessoas têm o poder de compreender e prever a infelicidade e também influenciá-lo. Mais importante que a responsabilidade humana dum problema (o sistema político não é responsável pelos problemas económicos) é a capacidade humana de o resolver.

## LIMITAÇÕES

Contudo, as interpretações pessoalistas também têm as suas limitações. Para notar só algumas. Primeiro, apesar de as consultas múltiplas poderem fornecer uma melhor compreensão do problema e assim uma maior segurança, estas consultas múltiplas também introduzem os mesmos elementos que conduzem à infelicidade futura (e.g. a esmola que foi esquecida, a utilização de *mesinho* contra um suspeito ao lugar do verdadeiro responsável, ou o contrato do *irã* que foi esquecido, etc.). Estes erros de memória e de interpretação são atribuídos aos clientes e às técnicas dos especialistas. No entanto, se o especialista falha ou o *mesinho* não tem o efeito dese-

jado, não se põe em causa o sistema. Só se põe em causa um especialista. Este sistema segue uma lógica interna que é difícil de ser posta em causa (6).

Segundo, as acções que os clientes adoptam têm efeitos que são difíceis de serem verificados. Talvez vocês possam explicar-me exactamente como é que o acto de dar uma esmola de kola aos vizinhos pode impedir um acidente de carro num outro lado do mundo, por exemplo. Então, a um nível explica *como* é que o colega causou a morte de Vaz (através dum *mesinho* de mouro), mas a um outro nível não explica como o *mesinho* teve o efeito desejado. Poucas pessoas reflectem sobre este problema; a maior parte dos clientes nem querem saber disso.

Uma terceira limitação é que neste sistema complexo de compreensão e acção, dado o facto que num determinado problema, um cliente recebe interpretações diversas de especialistas diversos, às vezes é difícil lembrar todas as acções propostas pelos especialistas e todas as acções assumidas. A memória é naturalmente selectiva. Por exemplo, um dos múltiplos mouros consultados pelo Vaz podia ter recomendado que ele tirasse uma esmola para «limpar o caminho duma viagem». Ele não pensou na viagem para o aeroporto e esqueceu-se desta esmola. Esta esmola totalmente esquecida pode ter sido a causa da sua morte. Pode também ter esquecido o contrato exacto que tinham feito com o *irã*, etc..

Quarto, na procura pragmática das resoluções dos problemas (e.g. doença) apesar da lógica que diz que «se se segue três tratamentos, a probabilidade de que um vai funcionar é mais alta», às vezes os tratamentos são contraditórios ou a tentativa de fazê-los todos impede a terminação de outros.

O facto de as pessoas consultarem vários especialistas e de receberem várias sugestões, e ainda proporem diversos tipos de intervenção de especialista, faz com que, perante os resultados finais, o cliente fique sem saber qual dos especialistas provocou o efeito desejado.

## CONCLUSÕES

Este modo de pensamento interfere em todas as situações (desde doenças até decisões políticas) e a todos os níveis sociais (agricultores, altos funcionários, estrangeiros). Não entanto, por causa da natureza dos seus problemas, a razão da consulta é um assunto que poucos clientes querem discutir. Portanto é muito difícil criar estatísticas exactas sobre a influência deste modo de pensamento na sociedade Guineense.

Em todo o caso, a frequência das consultas é extremamente elevada. Se pelo menos 95% das pessoas na Guiné-Bissau acreditam que não são responsáveis totais das suas acções (por causa de interferência do sobrenatural), que papel desempenha este modo de pensamento no quotidiano destas populações e como integrá-lo, duma maneira pragmática, nas estratégias de desenvolvimento da Guiné-Bissau?

A concluir, eu gostaria de colocar algumas questões:

1. Em termos legais, o Estado não pode provar que o mouro é o responsável nem pode controlar a acção destes especialistas. Quando se consulta o mouro e se

- pede a sua ajuda, significa que o cliente está a tomar a justiça nas suas próprias mãos, a um nível em que não há possibilidade de acesso nem controlo da parte do Estado (o organismo político que em princípio monopolisa o direito de fazer justiça)?
2. em casos onde especialistas ajudam a identificar ladrões, feiticeros (etc.), até que ponto estes especialistas são investigadores e detectives criminais efectivos, ou pelo contrário, são pessoas que complicam a situação através duma identificação falsa dos responsáveis, jogando com sentimentos comuns de culpabilidade, e suspeita?
  3. Até que ponto os conselhos ajudam o cliente ou, pelo contrário, o enganam, guiando-o para fora de outros métodos «lógicos e viáveis» na resolução dos seus problemas (e.g. direito do Estado, hospitais, etc.)?
  4. Gostaria de saber se: é pelo facto de o *irã* ou o *mesinho* serem eficazes que nós acreditamos neles ou se, pelo contrário, é porque nós acreditamos neles é que o *irã* e o *mesinho* se tornam eficazes?
  5. Parece que uma das instituições fundamentais de controlo na Guiné-Bissau é o sobrenatural. Qual é o papel do pensamento de origem étnica no pensamento da população urbana? Até que ponto a religião pode controlar a política, a economia ou as decisões internacionais na Guiné-Bissau? (Gostaria de saber por exemplo se estas decisões são guiadas pela análise dos factores económicos e/ou pela consulta do sobrenatural?).

Qualquer que seja a resposta a estas questões, uma coisa é clara: momentos da infelicidade e decisão mostram as áreas de tensão numa sociedade. A religião trata dos males universais que afectam seres humanos em toda a parte do mundo. A morte existe em toda a parte, mas as maneiras de interpretá-la são as que variam consoante a cultura. Enfim, enquanto existir a tensão social, a doença, adaptação e a morte irá também existir um modo específico de pensamento para interpretá-los, e às vezes influenciá-los.

## NOTAS

- (1) Tylor, Edward B. *Primitive Cultures*, 2 ed., 2 vols. London: John Murray, 1873. chapter 11.
- (2) A utilização deste termo é inspirada pelo trabalho de G. Foster «Introduction a l'Ethnomedecine» em *Medecine Traditionelle et Couverture des Soins de Sante*, Bannerman, Burton, Chen, Wen-Chieh éditeurs. Genève: Organization Mondiale de la Santé, 1983.  
Entretanto, a minha utilização do termo é ainda mais restrita, considerado as causas eventuais «les premiers responsables» duma infelicidade (ou uma doença) como seres humanos.  
Agentes sobrenaturais podem constituir técnicas operacionais utilizadas pelo ser humano e que, à vezes, assumem as suas próprias vontades e tem influências contrárias ao desejo inicial do responsável.
- (3) Os mouros, que são normalmente considerados como especialistas nas sociedades islâmicas, também jogam um papel importante no sistema de interpretação e explicação «animista» ou «pessoalista». São tratados aqui segundo a perspectiva dos clientes, como fazendo para dos advinhadores gerais na Guiné-Bissau.
- (4) Para uma análise excelente e original das explicações do «como» e «porquê» duma infelicidade, ver o trabalho de E.E. Evans-Pritchard, *Witchcraft, Oracles and Magic among the Azande*. New York: University of Oxford Press, 1937.
- (5) A presença e os tipos destes agentes (e.g. *djambakós*, mouros, *baloubeiros*, feiticeiros, *kansaré joao gagú*, pessoas que advinham com cartas, etc.) variam consoante a região e o grupo étnico. O artigo refere os dois primeiros especialistas mais comuns.
- (6) Para uma colaboração desta ideia ver o artigo de Robin Horton «African Traditional Thought and Western Science», *África 1966*, que inspirou muito este artigo.

## DOCUMENTOS

# A NECESSIDADE DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE OS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO: UMA REFLEXÃO

VASCO CABRAL (\*)

*O trabalho que seguidamente se apresenta tem por base uma comunicação apresentada pelo autor, em representação da Guiné-Bissau, à Conferência sobre a Cooperação Técnica entre os Países em Desenvolvimento, Buenos Aires, Setembro de 1978. Pela sua importância e por se tratar de uma reunião decisiva no quadro da cooperação Sul-Sul, achamos importante que fosse do conhecimento público. Tal como todos os textos a publicar na rubrica «Documentos», esta comunicação é aqui apresentada na língua original.*

Monsieur le President, honorables délégués

La Délégation de la Guinée-Bissau, que j'ai l'honneur de conduire, se félicite de votre élection pour diriger nos travaux et s'associe pleinement aux félicitations qui ont été adressées à l'égard de votre illustre personne ainsi qu'aux autres membres du bureau, désignés à la tête de notre Conférence.

Monsieur le President

---

(\*) Vasco Cabral, economista, então Comissário de Estado do Desenvolvimento Económico e Planificação, é hoje membro do Bureau Político e secretário permanente do Comité Central do PAIGC e secretário do Conselho de Estado.

## DOCUMENTOS

Nous saisissons aussi l'occasion pour rendre un vibrant hommage au Secrétaire Général de la Conférence Monsieur Bradford Morse pour la bonne organisation de cette Conférence de la CTPD a Buenos Aires et nous le félicitons pour son élection a ce poste.

Nous sommes d'ores et déjà sûrs que les débats et les résultats de cette Conférence seront couronnés de succès.

Nous voudrions à travers vous, Monsieur le Président, saisir l'occasion pour remercier le peuple argentin et son Gouvernement pour l'accueil et l'hospitalité tant chaleureux dont nous sommes l'objet depuis notre arrivée dans cette belle capitale qu'est Buenos Aires.

Monsieur le Président

La situation internationale enregistre une cristallisation des efforts de nos peuples, en vue non seulement d'améliorer leurs conditions de vie mais aussi de créer des bases nouvelles pour une coopération économique, scientifique et technique plus cohérente et plus efficace entre les peuples. A cet effet, nous pensons que, pour la consolidation de la CTPD, l'ONU, a travers le PNUD, peut jouer un rôle fondamental : celui de polariser la solidarité qui nous lie vers la recherche permanente de nouvelles actions pour un ordre économique plus réaliste, plus juste, plus humanitaire, dirai-je.

Les pays non alignés, dans toutes leurs conférences, soit à Alger, Colombo ou tout dernièrement à Belgrade, ont souligné les changements profonds intervenus dans l'équilibre général des forces dans le monde résultant du développement des forces de paix, d'indépendance et de progrès tout en accueillant favorablement les efforts et les initiatives visant à renforcer la détente. Ces conférences ont remarqué que la paix est loin d'être assurée dans le monde du fait de la persistance du colonialisme, de la discrimination raciale, l'apartheid, de l'agression impérialiste et de l'occupation étrangère ainsi que la politique de certaines puissances de la domination étrangère et de l'exploitation économique.

Ces sommets ont en outre déclaré que la paix est indivisible et qu'elle ne saurait se réduire à un simple déplacement de la confrontation d'une région a l'autre, ni s'accomoder de la persistance des tensions; la détente serait précaire si elle ne tenait pas compte des intérêts des autres pays du globe.

En effet, c'est précisément la détente qui a placé à l'ordre du jour la réorganisation des rapports économiques dans le monde. Il s'agit justement d'éliminer l'inégalité et la discrimination, d'assurer efficacement le droit souverain des Etats à disposer eux-mêmes de leurs ressources naturelles. Aussi l'Assemblée Générale a demandé des comptes rigoureux a ceux qui, depuis des siècles, exploitent le travail et les ressources d'autrui. La septième session de l'Assemblée générale suivie par la 4<sup>ème</sup> CNUCED, tenue à Nairobi, a tracé la voie de la liquidation de l'oppression économique. Et c'est pourquoi la République de Guinée-Bissau soutient fermement les revendications des pays en développement et des pays non alignés, dont elle fait partie intégrante.

En outre, il s'avère de plus en plus nécessaire de chercher des solutions compte tenu de la diversité des systèmes économiques et politiques de la fin du 20<sup>ème</sup> siècle.

De nouvelles méthodes, conceptions, règles et institutions doivent être trouvées, harmonisées, acceptées et appliquées pour que l'on puisse enfin et pratiquement s'engager sur la voie à assurer la satisfaction des aspirations légitimes de tous les peuples, sans aucune distinction.

C'est du reste chose bien connue qu'en ce moment ces aspirations s'expriment par des revendications en faveur de l'indépendance et de l'égalité dans les rapports internationaux et pour la création de conditions économiques permettant à tous de vivre dans la paix. Ces revendications se ramène aux droits de chacun des pays à disposer souverainement de ses ressources naturelles, à la nécessité d'assurer aux pays en voie de développement une position plus favorable sur les marchés des pays développés et industrialisés, non seulement sous forme de concession unilatérales comme le système général des préférences, mais aussi en trouvant dans le système de relations économiques internationales des instruments qui assureront des compensations et permettront de créer des fonds spéciaux de protection contre les perturbations sur le marché mondial. Nous pensons qu'il faut mettre au point un code de conduite en matière de transfert des réalisations scientifiques et techniques, étant étendu qu'il convient de faciliter l'accès des pays en développement à la technique moderne et que ces pays doivent pouvoir utiliser des conditions avantageuses et ont la nécessité de rechercher, en plus de celles qui existent déjà, des ressources complémentaires de financement pour réaliser leurs progrès économique et social.

Un fait est certain: les pays industrialisés sont eux-mêmes admis la nécessité de reformer le système monétaire et commercial international.

Il ne s'agit donc pas de quelque chose fait à l'improviste mais d'une démarche inévitable, accomplie dans l'intérêt de tous. Tout compte fait, le problème du déficit de la balance des paiements des pays développés est déjà d'une façon générale réglé par contre, le déficit des pays en voie de développement qui provient de la discrimination dont ils font l'objet dans le système économique international, continue à s'aggraver dans des proportions inquiétantes. Inutile de dire que cette aggravation est une charge supplémentaire pour nos pays, dont on connaît l'endettement. D'ailleurs, le problème d'endettement a figuré en bonne place parmi les préoccupations de la Conférence des pays non-alignés à Colombo, où il a été décidé de convoquer une conférence ministérielle sur le problème de la dette extérieure.

Monsieur le Président,

Devant la gravité des problèmes auxquels nous sommes confrontés, les pays en voie de développement réalisent plus que jamais l'impérieuse nécessité de consacrer le maximum d'efforts à la consolidation de leur indépendance nationale et au renforcement de leur front de lutte par la remise en question des structures d'exploitation impérialistes et neocolonialistes et par l'organisation de leur coopération et de leur solidarité, au sein d'organisations internationales, régionales et sous-régionales. L'action menée au sein des pays non-alignés, après les Conférences de Belgrade, du

## DOCUMENTOS

Caire, de Lusaka et de Georgetown; le déclin de groupements d'obédience coloniale ou neocoloniale; le renforcement de l'unité d'action des 77, notamment sur la base des dispositions de la Charte d'Alger et de la Déclaration de Lima; les actions de coopération et l'intégration régionale constituent autant d'étapes marquant le passage de la revendication passive à l'affirmation de la volonté des pays en voie de développement de compter d'abord sur leurs propres ressources, individuellement et collectivement et de prendre en charge la défense de leurs intérêts fondamentaux en assurant par eux-mêmes et pour eux-mêmes l'organisation de leur développement. Tout en rappelant ici le principe intangible selon lequel chaque pays a le droit d'adopter le système économique et social qu'il juge le plus favorable à son développement, nous disons que toute atteinte portée à ces droits et aux droits de contrôle effectif de chaque Etat sur ses ressources et leur exploitation par les moyens adaptés à ses conditions propres; est contraire aux buts et principes de la Charte des Nations Unies et constitue une entrave au développement de la coopération internationale, ainsi qu'au maintien de la paix et de la sécurité internationale.

Monsieur le Président,

Sortie de la longue nuit coloniale, après 11 ans de lutte armée, ayant conquis son indépendance nationale, la République de Guinée-Bissau a eu à faire face à toutes sortes de difficultés économiques, conséquence d'un terrible héritage colonial. Pour surmonter ces difficultés la République de Guinée-Bissau a opté pour un développement équilibré, pour une distribution équitable des sacrifices nécessaires de façon à assurer la participation de toute la population dans l'effort de reconstruction nationale. L'élément fondamental de notre stratégie de développement consiste à orienter le processus d'accumulation du capital vers le secteur agricole ou se concentre le gros de la population active (90%) et les ressources naturelles possibles d'être le plus rapidement valorisées. La modernisation des structures productives des zones rurales permettra d'élever rapidement l'excédent agricole et, dans la mesure où cet excédent résulte non pas de l'exploitation du paysan mais de la valorisation de son travail, d'élever simultanément le revenu du travailleur rural. Ainsi on pourra créer un marché interne capable d'absorber la production d'une structure industrielle principalement tournée vers la production de biens de consommation pour l'agriculture. Parallèlement, la production de biens de consommation populaire, compatibles avec le profil réel de la population dont le revenu est très bas, constituera un élément décisif pour stimuler la vente des produits agricoles, brisant ainsi le cycle de l'auto-consommation. L'excédent commercialisé devra permettre, à moyen terme, de réduire sensiblement l'importation des biens alimentaires et la pression sur la balance des paiements. Alors, l'interpénétration croissante entre la ville et la campagne, constitue le noyau du processus de développement. C'est la base sur laquelle devra s'articuler le développement de l'industrie, des infrastructures économiques et de service, ainsi que des systèmes de commercialisation. A un autre niveau, l'éducation et la santé devront promouvoir l'infrastructure sociale de ce développement. C'est à dire que notre développement est tournée vers l'intérieur du pays où vivent les populations rurales et s'appuie sur l'élargissement progressif du

marché populaire et l'intégration ville-campagne, condition indispensable au développement indépendant et équilibré de l'économie nationale.

La concrétisation de cette stratégie de développement implique le recours à l'aide étrangère et à la coopération internationale. Cette aide étrangère sera essentiellement, et au courant de la phase présente de notre développement, orientée vers la création de l'infrastructure économique et sociale (transports, télécommunications, éducation, santé, etc.), vers l'importation, et puis vers la production industrielle de biens de consommation populaire.

Monsieur le President

Nous pensons que le CTPD pourra être un instrument précieux à utiliser par notre pays dans le sens d'atteindre les buts de notre stratégie de développement qui permettra la création de meilleures conditions de vie pour notre peuple et l'établissement des liens d'amitié et coopération avec d'autres peuples du monde. En agissant d'après les principes de la CTPD, notre pays a établi d'ores et déjà, dans plusieurs domaines, les meilleurs rapports avec nos voisins dans la sous-région, le Portugal, le Brésil, les pays arabes, les pays socialistes et les pays occidentaux.

Monsieur le President

Le problème des techniques se pose au jour le jour et avec une acuité croissante dans notre pays. Il se pose au niveau de la formation professionnelle, des options technologiques et du financement des apports. Vu le retard particulier qui caractérise la République de Guinée-Bissau, sa faible capacité de financement, et le niveau de formation de sa main d'œuvre, la réalisation d'un saut technologique se heurte à des obstacles évidents, tels l'exiguïté des marchés ou la durée de la vie de l'équipement acquis. D'où l'effort en cours destiné à dégager les technologies qui ne remplacent pas le travailleur mais qui mobilisent sa capacité de production tout en restant assimilables par la généralité de la population.

Notre pays n'hésite évidemment pas à importer les techniques les plus avancées dans les domaines où ceci s'avère nécessaire. Néanmoins, en prenant le processus de développement dans son ensemble, il est de moins en moins viable, à mesure que l'écart entre le «Nord» et le «Sud» s'approfondit, que le même technique et le même profil de production puisse répondre aux nécessités des deux pôles. Plus concrètement, entre la rationalité des options du producteur du pays développé, qui produit en fonction d'un revenu de l'ordre de quelques milliers de dollars, et celle du producteur qui doit répondre aux nécessités d'une population dont les revenus se situent au tour de 150 dollars, les points communs deviennent de plus en plus rares.

D'autre part, il n'est pas toujours viable de transplanter directement des techniques d'un pays où les travailleurs ont une moyenne de 12 à 15 ans de formation, vers des pays où l'immense majorité des travailleurs est analphabète.

Du point de vue du financement, des limites apparaissent également: doit-on rappeler qu'un expert du «Nord» coûte environ 5000 dollars par mois, soit environ quatre ans du revenu moyen par habitant de notre pays?

## DOCUMENTOS

Qu'un stage technique de niveau moyen et de quelques mois est compté au taux d'environ 10 000 dollars par étudiant en Europe, de quoi constituer une petite école dans notre pays?

Il est indiscutable que de voies nouvelles doivent être recherchées dans ce domaine.

Em particulier, le renforcement de la coopération technique entre pays en voie de développement doit déboucher sur les recherches de solutions techniques propres, adaptées aux nécessités de leur développement et à leur possibilité de financement et d'assimilation et non pas sur la constitution d'îlots de technologie avancée simplement transposée d'un monde à l'autre.

Il est important, en effet, de ne pas se limiter à une coopération nord-sud par le biais de multinationales installées dans certains pays plus développés du «Sud», mais de stimuler, dans la mesure du possible, un cadre de travail permettant de répondre effectivement aux nécessités du développement économique et social de nos pays. L'évidence du besoin de nouvelles solutions, de lignes de production non pas transplantées du centre mais élaborées en fonction de la périphérie, est attestée par la réalisation de la Conférence sur le transfert de technologie qui se tiendra à Vienne em 1979.

Pour notre part, nous sommes convaincus que le réalisation de la présente conférence constitue un pas important vers la recherche de cas-solutions, dans le cadre de la coopération technique entre pays en voie de développement. Bien que les résultats escomptés se manifesteront principalement à l'avenir, il est d'ores et déjà possible prévoir, dans l'immédiat, certaines conséquences pratiques. En effet, si jusqu'à maintenant la coopération entre pays en voie de développement a donné des résultats positifs au niveau de l'intégration économique régionale et de projets de coopération et d'assistance mutuelle, l'ensemble des résolutions prises ici permettra de tracer le cadre d'un approfondissement de cette coopération.

La discussion du bilan de la coopération permettra, d'autre part, que l'on prenne conscience des possibilités qui s'ouvrent pour la coopération de nos pays au niveau technique, économique, commercial, de l'éducation, de la santé, etc., permettant ainsi de coordonner les efforts en vue de la définition d'objectifs concrets, qui rendront plus proche une certaine autonomie face aux pays du «Nord». Cette tâche doit être menée à bien fondamentalement par les pays en voie de développement, avec l'appui des organisations internationales. Mais, dans l'ensemble des recommandations de cette Conférence, il est légitime d'espérer que les pays du «Nord» assument également leurs responsabilités face aux pays du «Sud». Ainsi l'exige la création d'un nouvel ordre économique international.

Monsieur le Président

Les liens d'amitié, de solidarité, de coopération entre nos divers pays, sur une base saine et de profond respect pour la souveraineté de chaque peuple, d'avantages réciproques et d'égalité, de non-ingérence dans les affaires les uns des autres, l'acceptation et l'application de la Charte des droits et devoirs économiques des Etats, contribuera, nous en sommes convaincus, pour l'établissement d'un nouvel ordre économique international et un monde meilleur de paix et de progrès.

# ACTIVIDADES DO INEP

O Instituto cresceu de uma forma que ultrapassou as nossas próprias ambições mais imediatas.

A sua imagem projectou-se assim, não só na opinião pública guineense como também junto da comunidade académica internacional interessada por problemas africanos o que se tem reflectido numa colaboração com grande diversidade geográfica.

O desenvolvimento das actividades do INEP pode ser confirmado nos mais variados prismas.

Mas é óbvio que é no plano académico que o desenvolvimento é mais notório.

## *I CEHC*

### *a) Campanha de Recolha dos Testemunhos Orais sobre a Luta de Libertação Nacional*

A Campanha de Recolha dos Testemunhos Orais sobre a Luta de Libertação Nacional que é a principal tarefa do Centro, está estruturada com uma divisão de 8 regiões, as FARP e o Sector Autónomo de Bissau.

Nas regiões onde já se iniciou a campanha os trabalhos têm decorrido lentamente já que a maioria da população se encontra na campanha agrícola e por outro lado os inquiridores apresentam sérios problemas, em termos de transportes.

As regiões de Bafatá, Cacheu e Bolama-Bijagós registaram um certo atraso na inventariação das fontes, inicialmente por causa da já referida desco-ordenação entre o INEP e as Comissões Regionais da JAAC e posteriormente por dificuldades de transporte. No entanto neste momento estas regiões também já iniciaram a campanha.

## ACTIVIDADES DO INEP

Na região do Oio os trabalhos estiveram muito atrasados pelo que só se iniciou a campanha no final de 1986.

No fim de Novembro foi feita a primeira avaliação da campanha que será seguida de um pequeno seminário metodológico como forma de superação permanente.

### b) *Pesquisa*

O Centro coordena as seguintes pesquisas em curso:

- investigação de Carlos Cardoso sobre aspectos de mito, da religião e da magia, na Guiné-Bissau, sobretudo nas áreas do território nacional povoadas pelos grupos étnicos bijagós e balantas;
- investigação sobre criminalidade na Guiné-Bissau, com particular incidência sobre Bissau, por Mário Santos;
- investigação sobre a viabilidade e a importância da tradição oral para a reconstituição da história contemporânea da Guiné-Bissau, por Maria Arassi Taveira;

Para além destas investigações a serem realizadas pelos investigadores permanentes, estão em curso pesquisas a cargo dos colaboradores directos do Centro, a saber:

- investigação sobre a migração manjaca em França, por Aristides Gomes, futuro investigador do Centro;
- investigação sobre o crioulo da Guiné-Bissau, por Alice Castro Fernandes, colaboradora do Centro;
- investigação sobre o ensino na Guiné-Bissau, por Alexandre Furtado, colaborador do Centro.

### c) *Outras Actividades*

O Centro prestou serviços a outros organismos estatais, nomeadamente a Secretaria de Estado do Ensino através do Camarada Carlos Lopes, director do INEP, como presidente da Subcomissão dos «Cinco» para Investigação, Formação de Quadros e Acção Cultural, e nomeadamente na elaboração do programa comum de trabalho para a melhoria da qualidade de ensino nos «Cinco», programa ao qual está afecto o INEP e o INDE e que foi objecto de uma reunião em Lisboa, de 24 a 26 de Setembro, para uma concertação nesta matéria com a Fundação Gulbenkian.

No mês de Outubro foi realizada uma palestra sobre o lugar e o papel da religião nas sociedades africanas, animada por Eve Crowley, licenciada em antropologia e investigadora associada do CEHC e Carlos Cardoso, investigador permanente do CEHC.

O Centro tem vindo a prestar assistência à concepção e preparação do colóquio sobre «O Direito Consuetudinário Africano», também a ser organizado pelo Ministério da Justiça em colaboração com o Supremo Tribunal de Justiça.

d) *Arquivos Históricos do CEHC*

Prossegue-se a pré-inventariação dos arquivos coloniais existentes nas regiões. Assim, foi feito um levantamento da situação dos arquivos coloniais da actual região de Cacheu, Canchungo, Caió Calequisse, Pecixe, Bula S. Domingos e Suzana.

## II CESE

a) *Actividades de Informação*

O Boletim de Informação Socioeconómica (BISE), com periodicidade trimestral e lançado em Novembro de 1985, teve quatro publicações em 1986 (Fevereiro, Maio, Agosto e Novembro).

De Fevereiro de 1986 a Novembro de 1986, o BISE publicou, para além das notas bibliográficas, 15 artigos abordando questões de ordem teórica ou ligadas a situação socioeconómica do país, elaboração no quadro do inventário à documentação socioeconómica existente nos Ministérios, numa estimativa grosseira, poder-se-á dizer que os documentos inventariados correspondem a um volume total de 40.000 - 50.000 folhas cobrindo já as principais áreas de actividade socioeconómica.

b) *Pesquisa*

Estão neste momento elaborados ou em fase final de execução os seguintes estudos:

- 1 — Inquérito relativo aos assistentes técnicos e aos seus homólogos;
  - 2 — Estudo preliminar sobre os principais problemas dos recursos humanos e o mercado de trabalho;
  - 3 — Impacto a nível dos recursos humanos da reorientação da estratégia do desenvolvimento do país para as iniciativas de base;
  - 4 — Impacto socioeconómico do programa de estabilização económica e do programa de investimentos públicos;
  - 5 — Análise das capacidades nacionais que podem fazer face aos problemas identificados;
  - 6 — Parte preliminar do inventário dos quadros existentes e em formação, o ajustamento necessário e o déficite em recursos humanos;
- *Estudo sobre os efeitos socioestruturais a longo prazo dos projectos de recuperação de bolanhas na Guiné-Bissau*
  - *Estudo sobre os efeitos sociais do programa de estabilização económica*
  - *Estudo sobre o impacto da política de desenvolvimento nas sociedades rurais*
  - *Estudo sobre o balanço de desenvolvimento socioeconómico da Guiné-Bissau desde a independência*

## ACTIVIDADES DO INEP

- *Estudo sobre o papel da mulher na reconstrução nacional*
- *Estudo sobre o direito da água nas diferentes etnias*

### c) *Contactos Académicos*

Participou em várias conferências organizadas no exterior em torno de problemáticas de âmbito socioeconómico, das quais se destacam:

- A Conferência organizada pelo CODESRIA em Julho de 1986 em Dakar sobre os efeitos sociais da crise em África;
- A Conferência organizada pelo ENDA — Tiers Monde em Dakar em Agosto de 1986, sobre o impacto da política de ajustamento em África;
- O CESE representou ainda a Direcção dos Recursos Hídricos numa conferência organizada pela UNESCO/CEA em Junho de 1986 em Adis Abeba sobre os aspectos socioeconómicos dos recursos hídricos.

## III CDT

O CDT conseguiu integrar-se de facto nas principais redes de informação e documentação (como por exemplo a SATIS) e, com o aparecimento das primeiras publicações do INEP, pôde dar início a um vasto programa de intercâmbio com os principais centros de documentação científica e técnica existentes no estrangeiro.

De entre as várias instituições com que o CDT mantém relações de colaboração e cooperação destacam-se as seguintes:

- Environment et Developpement (ENDA Tiers Monde), com sede em Dakar (Senegal);
- Instituto Panafricano de Formação Superior Técnica e de Pesquisa IAETSP, sediado em Nairobi (Kénia);
- Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT), de Portugal;
- O Centro Canadano de Pesquisa para o Desenvolvimento Internacional (CRDI através da sua representação para a África Ocidental em Dakar;
- International Center of Insect Physiology and Ecology (ICIPE), cuja sede se encontra em Nairobi.

A experiência adquirida e as perspectivas a médio e longo prazo desta instituição tornaram evidentes, que o CDT tinha que ir para além da documentação. Isto quer dizer que, à semelhança dos dois outros Centros do Instituto, o CDT tinha, também ele, que estar implicado na investigação.

Foi nesta base que se identificou a Tecnologia Apropriada como área de intervenção prioritária e se elaborou o projecto de pesquisa em energia solar.

#### IV Biblioteca pública

A Biblioteca dispõe actualmente de cerca de 50.000 livros.

Dos livros existentes na Biblioteca Pública do INEP cerca de 20 a 25% são relativamente novos, quer dizer, edições a partir de 1979 e 70-75% são livros editados anteriormente.

Todas as publicações da Biblioteca (antiga) passaram a estar disponíveis num único edifício. Esta realidade permitiu os trabalhos seguintes:

- a) separação da parte dos livros registados, classificados e catalogados (10.000 livros). Organização destes livros por ordem de assuntos da CDU no primeiro andar do edifício da Biblioteca. Elaboração de um ficheiro definitivo para estes livros.
- b) Como a maioria das publicações da biblioteca (antiga) não tinha registo, classificação e catalogação, foi necessário proceder à separação das publicações em três secções principais:

I — Publicação periódicas;

II — Monografia/diversos;

III — Publicações da época colonial

#### VI — *Relações do INEP com o Exterior*

##### a) Participação em Eventos Nacionais e Internacionais

— Realizou-se de 1 a 12 de Agosto de 1986, nas instalações do INEP, um seminário de reciclagem de guardas florestais.

Este seminário foi primeiro do género na Guiné-Bissau e teve como objectivo fundamental contribuir para o aumento das possibilidades de protecção dos recursos florestais do país, através de uma adequada capacitação dos agentes directamente responsabilizados para desempenhar esta função. A USAID decidiu financiar a publicação dos textos de apoio do seminário no quadro da colecção do INEP.

O INEP foi ainda convidado para algumas actividades que se desenrolam fora do Instituto, das quais se destacam:

- seminário sobre «A luta dos trabalhadores do ensino por uma educação unida, democrática e de um alto nível científico, a favor da paz e do desenvolvimento», Abril de 1986, UNTG e Federação Inter-africana dos Sindicatos da Educação através da Camarada Conceição Pina;
- Mesa Redonda sobre «O desenvolvimento de África», PAIGC, 25 de Maio de 1986 (Dia de África), através do Camarada Rui Ribeiro.

Objectivo: Diana Lima Handem, participou na conferência sobre problemas socioeconómicos da gestão de recursos hídricos em África e elaboração de políticas sectoriais, conferência promovida pela UNESCO, Etiópia (Addis Abeba), Junho de 1986 onde apresentou uma comunicação.

## ACTIVIDADES DO INEP

Diana Lima Handem tomou parte numa conferência do CODESRIA sobre os efeitos sociais e as respostas à crise económica em África, no Senegal (Dakar) em Julho de 1986 onde apresentou uma comunicação.

Carlos Cardoso e Arassi Taveira, participaram no seminário sobre o balanço das experiências da tradição oral na África Ocidental, reunião promovida pela DGC da ACCT no Malo (Bamako), Agosto de 1986.

Diana Lima Handem participou numa reunião do ENDA Senegal (Dakar), Setembro de 1986 sobre «O impacto social e ambiental das políticas de ajustamento em África», em representação do Ministério do Plano.

Carlos Lopes presidiu em Portugal, Setembro de 1986 a reunião consultiva da Subcomissão de Investigação, Formação de Quadros e Acção Cultural com a Gulbenkian para a preparação duma reunião que teve lugar em Paris em Janeiro de 1987.

Carlos Cardoso participou na Suécia e Portugal, Setembro de 1986 no seminário da AKUT/Universidade de Uppsala sobre «Trabalho e democracia: transformações económicas e lutas populares, apresentando uma comunicação sobre este problema na Guiné-Bissau.

Mário Santos e Ibrahima Djaló, participaram em Portugal, Outubro de 1986 no 2.º Encontro das Associação Portuguesa da Linguística apresentando duas comunicações relativas à situação linguística na Guiné-Bissau.

### *b) Missões Estrangeiras recebidas no INEP*

O sr. Mário Murteira, do CESO deslocou-se ao INEP onde com a coordenadora do CESE traçaram linhas mestras de colaboração entre os dois organismos, nomeadamente a realização em Bissau de cursos de formação de técnicos de alto nível para avaliação de projectos de desenvolvimento e a associação do INEP/CESE aos estudos encomendados a esse organismo português.

A 10 de Junho esteve entre nós a sra. Louise Pellerin da Cooperação Canadiana (Gabinete de Dakar) acompanhada pelo sr. Serge Blais, representante local do CECI, ONG canadiana que desde 1985 tem apoiado os Arquivos Históricos do CEHC e a BP na implantação das suas estruturas.

Na sequência das conversações encetadas com a SAREC a propósito da implantação do CEHC, esteve em Bissau a sra. Ann Stodberg, da Divisão de Ciências Sociais desse organismo.

Em inícios de Julho o INEP recebeu o sr. David Philpol, responsável pelo programa de bolsas de estudo do Conselho Ecuménico das Igrejas, sediado em Genebra.

A apresentação do CEI e do seu programa de atribuição de bolsas foram os temas discutidos. O CEI manifestou também o interesse na disponibilidade do INEP em acolher investigadores associados que desejam trabalhar sobre a Guiné-Bissau.

Com o objectivo de estudar a integração da componente mulher nos programas NATCAP e a pedido do RESPEC/PNUD, esteve connosco a sra. Mariana Aribot, directora do programa para a Mulher da AO da UNECA. A sra. Aribot teve encontros com o Camarada Carlos Lopes.

## **CEHC**

Recolher e inventariar os documentos históricos dispersos por instituições nacionais e estrangeiras

Organizar a recolha dos testemunhos orais da Luta de Libertação Nacional

Coordenar as actividades de pesquisa no domínio da História, Antropologia, Etnografia e Sociologia

## **CESE**

Assistir o Governo na pesquisa macroeconómica, estudos sectoriais e investigação sócio-económica

Pôr à disposição de todos, documentação sócio-económica especializada sobre o país

Colaborar com outras entidades na elaboração de estudos, pareceres e análises

## **CDT**

Recolher a documentação de ordem tecnológica relevante para o país

Colaborar com os Ministérios para incentivar e assistir as iniciativas de investigação tecnológica

Promover o intercâmbio e a integração nas redes internacionais de informação tecnológica

## **BP**

Coligir e inventariar livros e documentos tornando-os acessíveis ao público em geral e particularmente aos estudantes

Promover o interesse pela leitura como primeiro passo no caminho do estudo e da pesquisa

**GUINE  
BISSAU**

# FICHA TÉCNICA

**Direcção:** Carlos Lopes, Abdulai Silá  
Carlos Cardoso, Diana Handem

**Conselho Consultivo** Ana Maria Gentili (Itália)  
Okwudiba N'Noli (Nigéria), Armando Entralgo (Cuba), Lars Rudebeck (Suécia),  
Luís Moita (Portugal), Manuel dos Santos (Guiné-Bissau)  
Manuel Rambout Barcelos (Guiné-Bissau)  
Mário Murteira (Portugal), Vasco Cabral (Guiné-Bissau)

**Conselho de Redacção:** Nelson Fernandes  
Fernando Delfim da Silva

**Concepção Gráfica:** Nelson Fernandes

**Impressão:** Gráfica 2000

**Tiragem:** 1 000 exemplares

**Preços:**

- Guiné-Bissau: 600,000 PG
- Portugal: 500\$00
- Assinatura via aérea (4 números): US\$ 15.00

**Locais de Venda:** Casa da Cultura e INEP (Bissau)

**Estrangeiro:** Pedidos a CIDAC, Centro de  
Informação e Documentação Amílcar Cabral  
R. Pinheiros Chagas 77, 2.º Esq.º — 1000 LISBOA  
SORONDA, Revista semestral do INEP,  
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa  
Complexo Escolar 14 de Novembro, CP 112 Bissau  
Guiné-Bissau